

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

Revista de Cultura

Diretoria Executiva

Diretor: Reitor *Prof. Marcionilo de Barros Lins*

Diretor-Assistente: *Prof. Luiz Delgado*

Secretário: *Prof. César Leal*

CONSELHO DIRETOR

Prof. Aluísio Bezerra Coutinho

Prof. Arlindo Pontual

Prof. Ariano Suassuna

Prof.^a Cecília Maria Domenica Sanioto Di Lascio

Prof. Lourival Vilanova

Prof. Nilo Pereira

Prof. Ruy João Marques

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

COLABORADORES

RUBENS COSTA

Economista, durante alguns anos foi superintendente da SUDENE, ex-superintendente do Banco do Nordeste do Brasil, presidente do Banco Nacional da Habitação.

KLAUS SCHARMER

Doutor em Ciências e Tecnologia, Head of the International Bureau, Kernforschungsanlage Jülich GmbH.

JOSÉ LUIZ MARQUES DELGADO

Auxiliar de Ensino de Direito Internacional Privado da Faculdade de Direito da UFPe.

IVANISE BECHARA

Professor Titular de Filologia Românica da Universidade Federal da Paraíba e Assistente da mesma disciplina na Universidade Federal de Pernambuco, doutor em Direito, está concluindo na U.F.GB. o Curso de Mestrado em Filologia Românica, realizou pesquisas sobre Dialectologia em Portugal.

SEBASTIÃO VILA NOVA

Professor de Sociologia da Universidade Católica de Pernambuco, está concluindo o Mestrado em Ciências Sociais no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFPe, compositor e poeta.

FLÁVIO GUERRA

Historiador, escritor, autor de numerosos livros sobre nossa história política e social, pesquisador.

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

Professor Catedrático de Geografia e Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFPe. Cursos de Especialização das Universidades do Rio de Janeiro e de Paris.

ÂNGELO MONTEIRO

Poeta da nova geração.

JACI BEZERRA

Poeta, lançado em 1965 por César Leal que editou seus primeiros poemas no *Diário de Pernambuco*, e livros publicados através desta revista.

Algumas considerações sobre o desenvolvimento no Nordeste

RUBENS VAZ DA COSTA

"O Regionalismo moderno esteia-se solidamente na supremacia do interesse nacional".

DAVID E. LILIENTHAL

1. Faz mais de ano que cessaram minhas responsabilidades oficiais no Nordeste, ao assumir eu a Presidência do Banco Nacional da Habitação. Pela primeira vez, desde então, aceitei convite para tratar em público, do desenvolvimento regional. Talvez o tempo que dediquei a outros aspectos da problemática geral do desenvolvimento econômico, especialmente às intrincadas questões da rápida urbanização que ocorre em nosso País, me permita ter agora perspectiva mais ampla do que durante os cinco anos em que me devotei exclusivamente e com afinco à promoção do desenvolvimento do Nordeste.

2. A causa básica dos desequilíbrios regionais no Brasil tem raízes no fato de que o crescimento econômico tem sido muito mais rápido e diversificado no Centro-Sul do que noutras regiões. O Nordeste vem obtendo taxas respeitáveis de crescimento econômico, as quais têm sido inferiores, no entanto, à média nacional, com exceção de alguns anos na década passada, quando o ritmo de crescimento da economia nordestina superou o do País.

3. Há um século, quando foi realizado o primeiro recenseamento geral no Brasil, o Nordeste tinha 45% da população do País. Embora não existam estimativas de renda nacional para a época, é possível que a economia nordestina representasse cerca da metade da economia do País. Hoje, a produção do Nordeste corresponde a 16% da produção do Brasil; a população a 30%, e o nível de vida médio do nordestino é apro-

ximadamente a metade do brasileiro. A tendência secular que as estatísticas revelam deve ser alterada. Em vez de continuar declinando, apesar de incontestável progresso, o Nordeste tem que manter a atual posição e eventualmente recuperar ao menos parte do tempo e do terreno perdidos.

4. O atraso relativo do Nordeste e a tendência de longo prazo ao seu agravamento, à medida que outras regiões avançam mais rapidamente, não são problemas regionais. É o mais importante problema nacional com que se defrontará o Brasil no futuro. A sua importância decorre da sua magnitude e não da sua natureza. Todos os países têm problemas de disparidades regionais de renda, de riqueza e de ritmo de desenvolvimento. Em nenhum, são tão graves quanto no Brasil. Aqui afetam a vida e o futuro de um em cada três brasileiros. Entre nós, trata-se do porvir e das frustrações, das aspirações e das condições de vida, das promessas e das realizações, do presente e do potencial de 30 milhões de brasileiros.

5. As implicações políticas, sociais e econômicas da constante deterioração da posição relativa de parcela tão grande da nacionalidade, não são difíceis de antever. A continuada atração exercida pelo magneto que é o mercado de trabalho do Centro-Sul, levará ao crescente congestionamento e à multiplicação dos problemas das áreas metropolitanas do Sul, especialmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Significará, também, o aumento do seu mercado consumidor e das oportunidades de trabalho, em relação às áreas deprimidas. Nestas as migrações têm efeito contrário: enfraquecem o crescimento do modesto mercado de consumo e, conseqüentemente, debilitam as oportunidades de ocupação remunerada. Este processo de causação circular deve ser interrompido, sob pena de se agravarem os problemas das áreas desenvolvidas e, talvez, de até ser comprometido o seu futuro. O círculo vicioso da pobreza deve ser roto através de políticas e programas que devolvam a esperança, o entusiasmo e a fé às populações das áreas de menor desenvolvimento econômico.

6. Remédios e paliativos para aliviar os problemas dos desequilíbrios regionais, são conhecidos dos brasileiros há mui-

tos anos e vêm sendo aplicados com maior ou menor intensidade. Os resultados não têm sido totalmente satisfatórios. Noutros países, com problemas idênticos, os programas de desenvolvimento regional também deixam a desejar. Recente estudo sobre políticas de desenvolvimento regional concluía com uma nota pessimista: "No entanto, mesmo na falta de uma avaliação sistemática, é claro que tais políticas não realizaram suas expectativas. Desigualdades regionais persistem em todos os países... É provável que as disparidades tivessem aumentado se as políticas regionais não tivessem sido postas em execução. De certo, alguns países como o Japão, a Iugoslávia e a Índia, sofreram aumentos nas diferenças regionais de renda, no após guerra". (*)

7. O desenvolvimento regional, que é a solução para os problemas dos desequilíbrios entre regiões, tem muitas facetas e envolve diferentes políticas e variedades técnicas. A sua complexidade pode ser resumida, no entanto, numa proposição simples: criação de empregos e estímulos às atividades econômicas, em nível suficiente para que a taxa de crescimento da economia regional se iguale e depois ultrapasse a média nacional. Noutras palavras, é necessário levar as oportunidades de emprego para as regiões com excedente de mão de obra. Caso contrário, a mão de obra continuará se deslocando, em ritmo crescente, em busca das oportunidades de emprego.

8. Numa economia de livre empresa, como a nossa, esta política requer que o governo intervenha nos mecanismos do mercado, porque o seu livre funcionamento tende a agravar as disparidades regionais. A intervenção governamental deve ser flexível e bem orientada, de modo a aumentar a mobilidade do fator capital, isto é, estimular os investimentos nas regiões de menor desenvolvimento, com o que possivelmente se obterá um aumento do emprego e, conseqüentemente, uma diminuição na migração inter-regional da mão de obra. O estímulo aos investimentos privados deve ser reforçado com o aumento dos inves-

(*) Frank J. B. Stilwell, "Regional Economic Policy", Macmillan London, 1972, pág. 62.

timentos de infra-estrutura e com o incremento dos serviços prestados pelo governo nas regiões cujo desenvolvimento é necessário acelerar. Noutras palavras, a ação do Governo deve ser caracterizada por crescente transferência líquida de recursos das áreas mais desenvolvidas para as menos desenvolvidas, a fim de que as disparidades se reduzam.

9. Por outro lado, os investimentos em capital humano — educação, saúde, formação de mão de obra, etc. — não só apoiam os investimentos nas regiões menos desenvolvidas, como ampliam a mobilidade do fator trabalho, de tal maneira que as migrações internas, inevitáveis e desejáveis numa economia livre e dinâmica, resultem em melhor utilização social dos recursos humanos, bem como em níveis de vida mais elevados para os que buscarem oportunidades de trabalho nas regiões mais prósperas.

10. Os investimentos assim como os gastos de custeio governamentais devem, por conseguinte, ser cuidadosamente programados, a fim de que o aumenço do desenvolvimento regional apoie e acelere o desenvolvimento nacional. Nenhum programa regional pode ser justificado se o seu resultado final for uma menor taxa de crescimento da economia do País. A redução das disparidades regionais não pode ter como preço a diminuição do crescimento econômico nacional, nem significar o desperdício dos escassos recursos com que conta o País. A compatibilização da promoção do desenvolvimento regional, com a maximização do crescimento econômico do País, é, pois, tarefa difícil e cheia de percalços.

11. A seca de 1877, de trágicas consequências, pôs em foco o problema do Nordeste. A resposta do Governo Imperial foi o envio de socorro às populações famintas. No começo deste século, criou-se a Inspetoria de Obras Contra as Secas, posteriormente transformada no Departamento Nacional de Obras Contra as Secas, com o objetivo de amparar as populações assoladas pelo flagelo climático. Embora o seu objetivo parecesse ser meramente assistencial, na verdade a IFOCS representou experiência válida não só na construção de estradas e de açudes no Nordeste, na realização de estudos e experimentos sobre la-

vouras e pastagens resistentes à seca, como deu emprego durante as crises climáticas, realizou importantes obras públicas e organizou a migração de nordestinos para outras partes do País. A política que executou foi correta e adequada ao seu tempo: investimentos em infra-estrutura e em estudos e pesquisas, criação de empregos na região, apoio a maior mobilidade da força de trabalho que a economia do Nordeste não podia absorver.

12. Meio século depois, os instrumentos foram atualizados, mas os objetivos da política executada pela SUDENE e pelo Banco do Nordeste, são fundamentalmente os mesmos. O problema já não é definido como o de combate aos efeitos de uma calamidade pública. É visto como um caso especial de subdesenvolvimento econômico. A receita é, pois, elevar a taxa de crescimento da economia. Com isto, os recursos da região serão melhor utilizados e mais empregos serão criados. Às transferências de recursos através dos investimentos federais, foram adicionados os estímulos do crédito ao setor privado através do BNB, isenção do imposto de renda às firmas estabelecidas na região e disponibilidade de capital acionário por meio do sistema dos artigos 34/18, das leis da SUDENE, e outros incentivos às empresas.

13. O Nordeste eem participado da prosperidade crescente do País, integrando-se cada vez mais na tessitura da economia nacional, através da modernização dos meios de transporte, da implantação do sistema nacional de telecomunicação, da ampliação dos programas de água potável e esgotos sanitários, do incremento ao turismo, dos financiamentos habitacionais, do fomento às exportações, etc. Mas quando o País cresce a 10% ao ano, é extremamente difícil conseguir que uma região como o Nordeste avance a passo igual ou mais rápido. O Nordeste está crescendo a taxas altas, porém menores do que as logradas pelo País. E sua posição relativa, em decorrência, volta a se deteriorar.

14. Conquanto seja difícil estimar precisamente o montante das transferências dos recursos do Governo Federal para o Nordeste, é lícito supor que são consideráveis. Os incentivos fiscais do imposto de renda somavam, antes da criação do PIN

e do PROTERRA, cerca do equivalente a US\$ 200 milhões por ano. No ano passado, se elevaram a Cr\$ 778 milhões. Tais recursos são aplicados pelo BNB na dinamização da economia regional, através de empréstimos ao setor privado e aos governos, até que sejam sacados para financiar os projetos aprovados pela SUDENE. No ano de 1971, o Banco do Brasil, por seu turno, deu uma injeção líquida de recursos financeiros da ordem de Cr\$ 600 milhões no Nordeste.

15. A arrecadação federal no Nordeste corresponde a cerca de 7% das receitas da União. Embora não seja possível quantificar os investimentos diretos do Governo Federal e os seus gastos de custeio naquela Região, pode-se afirmar que representam porcentagem bem maior que a da arrecadação, pois a região tem 30% da população e 20% da área do País.

16. A ação do BNH no Nordeste não tem sido considerada na avaliação das transferências para a região. No entanto, constituem importante saldo líquido de meios para dinamização da economia regional. Os depósitos feitos no BNH como contribuição ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço, e a poupança voluntária, através dos depósitos com correção monetária e da colocação de letras imobiliárias, somam Cr\$ 1,8 bilhões. Os desembolsos dos programas habitacionais, e outros programas do BNH, se elevam a Cr\$ 3,3 bilhões. A posição líquida é que para cada cruzeiro que o BNH recebe do Nordeste, desembolsa Cr\$ 1,70, do que resulta que o BNH transferiu para o Nordeste Cr\$ 360 milhões por ano, em média, nos últimos quatro anos, sendo que em 1971, a transferência se elevou a Cr\$ 520 milhões. Ademais, nos financiamentos através do PLANASA, que soma Cr\$ 1,3 bilhões, em todos os Estados Nordestinos, o BNH cobra juros de 4% e 5% ao ano, enquanto nos Estados mais ricos a taxa é de 8%. É este importante elemento redistribuidor da renda em favor do Nordeste.

17. O Fundo de Participação dos Estados e Municípios é outro fator de redução das disparidades regionais. Em 1971, os Estados e Municípios do Nordeste receberam Cr\$ 849 milhões do FPEM e do Fundo Especial, para investimentos em projetos prioritários do setor público e para custeio de suas

atividades. Se somarmos as transferências ao Nordeste do FPEM, com os valores dos incentivos fiscais do Imposto de Renda, temos um total de Cr\$ 1,6 bilhões, no ano passado. A atuação do Banco do Brasil e do Banco Nacional da Habitação significou uma injeção de Cr\$ 1,1 bilhões na economia nordestina. Apenas como termo de comparação, o total das transferências referidas — Cr\$ 2.727 milhões, — representa 7% do Produto Interno Bruto do Nordeste, o que bem demonstra o esforço do Governo Federal na redução das disparidades regionais.

18. A realocação de recursos dos incentivos fiscais para o PIN e para o PROTERRA, implica numa mudança de ênfase dos projetos privados industriais e agrícolas, para projetos de infra-estrutura, irrigação, crédito agrícola subvencionado, subsídio a insumos modernos para o desenvolvimento rural e reforma agrária. É possível que, no final das contas, venham a representar mais recursos para a região do que seriam carreados pelos incentivos fiscais, embora com menor poder multiplicador de investimentos.

19. A reorientação de ênfase através da adoção de tais programas, significa maior atenção ao setor agropecuário. Os elevados subsídios que estão sendo concedidos à lavoura e à pecuária, atuarão no sentido de sua rápida modernização, do aumento dos rendimentos por hectare cultivado e da melhoria das condições de vida do homem do campo. E isto é, precisamente, o que o Governo quer. Parece-me, sem embargo, que terão como subproduto inevitável a aceleração da migração do campo para a cidade. Quanto mais assistência o Governo der à agricultura, mais esta se capacitará para produzir alimentos e fibras mais eficientemente, isto é, com menos gente. E só assim aumentará a renda do agricultor e se ampliará o mercado rural para os bens e serviços produzidos nas cidades.

20. A principal crítica feita ao programa de industrialização da SUDENE é a de que a criação de empregos, não foi a desejada. Apesar das centenas de milhares de empregos gerados pelos projetos industriais implantados com recursos de incentivos fiscais, o problema da falta de ocupação nas cidades nordestinas continua grave. No entanto, se minhas suposições

forem corretas, a ênfase ora dada aos projetos de irrigação e de desenvolvimento rural, que transformará a agricultura da região, terá, a prazo médio, efeito desempregador, com o que se tornará maior a necessidade de criar empregos nas áreas urbanas.

21. Diante de tal perspectiva, parece-me indispensável analisar em maior profundidade as perspectivas da evolução da economia nordestina nos próximos anos, a fim de que se determinem as medidas e programas adicionais que se fazem necessários para acelerar as migrações para a área da Transamazônica e para o Brasil Central, para incrementar as atividades econômicas na própria região nordestina, a fim de aumentar o emprego urbano, elevar as taxas de crescimento econômico e reduzir as disparidades regionais. O Banco do Nordeste acaba de concluir extenso estudo sobre as perspectivas da economia regional na década de 70, cujas conclusões e recompensas merecem exame e consideração especiais.

22. A estratégia da SUDENE se estriba na idéia central de que os elementos críticos faltantes no Nordeste para o seu desenvolvimento, são capital e experiência gerencial. Os incentivos fiscais dos artigos 34/18 tornam ambos disponíveis. Oferecem ao contribuinte do imposto de renda opção irrecusável: depositar no BNB à ordem da SUDENE, parte do imposto de renda devido, para investimento em projetos aprovados pela SUDENE, ou pagar o total tributado. Estes mecanismos carregam bilhões de cruzeiros que são investidos no Nordeste. A existência dos recursos atraiu talento empresarial que organizou projetos, construiu fábricas e as está administrando, na maioria dos casos, com grande sucesso.

23. O custo de tais recursos para a empresa é, teoricamente, o da sua captação e a remuneração futura quando a empresa pagar dividendos e distribuir ações bonificadas. Deverá ser idêntico, aproximadamente, ao das empresas que lançam ações ao público, na bolsa ou através de bancos de investimento. Estas também pagam os gastos de captação e distribuem dividendos e ações bonificadas. Disse "teoricamente" porque a SUDENE e os demais órgãos que administram incentivos co-

meteram — e continuam cometendo — o grave erro de comprometer recursos em volume muito superior às disponibilidades. O resultado tem sido o preço alto que o mercado responde ao desequilíbrio entre oferta e procura: no caso, elevadas comissões a intermediários, que podem chegar a comprometer o êxito dos projetos menos rentáveis.

24. A disponibilidade de capital e a suposição de que os recursos são ilimitados, podem ter resultado em sobre-investimento nalguns projetos. Afora tais casos, que são a exceção e não a regra, é inválida a crítica de que os projetos aprovados pela SUDENE são excessivamente intensivos de capital. Para o mesmo tipo de indústria, não há razão por que o investimento por emprego seja mais elevado no Nordeste, que em São Paulo, por exemplo. A tecnologia a ser utilizada é a mesma, porque não havendo tarifas internas e dada a constante redução dos custos dos fretes interregionais, devido a melhoria do sistema de transporte de cargas, nenhum empresário se arriscaria a optar por tecnologia inferior, sob pena de não poder competir. A opção de usar maquinária usada, não deve sequer merecer consideração séria. Nenhuma região ou país aceita ser receptáculo de sucata de áreas mais desenvolvidas.

25. Aos que argumentam que a SUDENE deveria preferir projetos de atividades industriais intensivas de mão de obra, a resposta é que tais projetos sempre foram bem recebidos. Se maior número não foi implantado no Nordeste, é simplesmente porque as indústrias se destinam a produzir os bens que o mercado demanda e não a ocupar a mão de obra disponível. Estas mesmas pessoas geralmente criticam a SUDENE por não ter dado mais alta prioridade aos projetos agropecuários. Mas as cifras mostram que são precisamente os projetos agropecuários os que tem maior investimento por emprego criado.

26. Não me parece séria a crítica de que a SUDENE deliberadamente optou porque tecnologia moderna, em detrimento da criação de empregos industriais. A questão do emprego nas cidades — que se inscreve entre as mais importantes que o País deve equacionar nesta década — deve ser analisada do ponto de vista dos estímulos relativos ao investimento de capi-

tal e da penalização ao emprego de mão de obra. Até agora tem faltado à nossa política de desenvolvimento econômico a componente explícita de uma política de emprego.

27. Como o desenvolvimento econômico está intimamente ligado ao investimento de capital e como este por definição e escasso, a política desenvolvimentista tem sempre se orientado no sentido de facilitar, subsidiar e encorajar o investimento em capital fixo. Taxas de juros negativos ou subsidiadas cobradas pelos bancos oficiais — o BNH é honrosa exceção; isenção de direitos aduaneiros na importação de máquinas e equipamentos, empréstimos a longo prazo, participação societária do Governo, isenção de imposto de renda, isenção do IPI e do ICM, e vários outros tipos de subsídios diretos ou indiretos, reduzem o custo do fator capital. Por outro lado, o emprego do fator trabalho é sujeito a toda sorte de regulamentos, restrições e ônus, que elevam o custo financeiro e os encargos administrativos da utilização da mão de obra. Salário mínimo profissional, reajustamentos periódicos, previdência social, complementação de aposentadoria, seguros, FGTS, e outros encargos sociais, em média, elevam o custo real da folha de pagamento em 50% ou mais.

28. A conjugação de um esforço perene para reduzir o custo do fator capital, com a conveniência política e social de fomentar a redistribuição da renda através do aumento constante da remuneração do trabalho, torna inevitável que as empresas procurem intensificar o uso do fator capital em substituição ao emprego de mão de obra. O exame desta questão transcende o âmbito regional, pois afeta a economia nacional como um todo. Mas numa área crítica como o Nordeste, onde o problema do emprego assume proporções sérias, seus efeitos podem ser mais dramáticos e induzir a conclusões errôneas sobre os resultados da política de desenvolvimento regional.

29. A preferência pelo uso de capital — máquinas, equipamentos, veículos, etc. — sobre o emprego de mão de obra que os subsídios induzem, sugere que à política de desenvolvimento do Nordeste, seja adicionado elemento compensatório e equilibrador, isto é, subsídio ao emprego. Tal ajuda, cujo objetivo seria fomentar o aumento da ocupação, reduzindo os

custos da mão de obra utilizada, poderia ser dividido em duas partes: I) possibilidade de participação societária crescente dos governos nos projetos, em função do número de empregos diretos criados; garantias de subscrição dadas (underwriting) pelos bancos oficiais diretamente proporcional ao número de empregos criados; comprometimento dos recursos dos incentivos fiscais diretamente proporcional ao número de empregos criados — este apoio financeiro contrabalançaria, pelo menos em parte, o efeito dos estímulos ao investimento de capital, não os substituindo, mas aos mesmos sendo adicionado; II) subsídio diretamente proporcional ao valor da folha de pagamentos em relação ao faturamento global, sob a forma de redução do IPI, ICM e outros tributos, ou, nos casos em que tal não seja exequível na prática, sob a forma de pagamentos diretos pelo Governo Federal, em função dos subsídios diretos em dinheiro, concedidos pelos Estados e Municípios. Este tipo de subvenção tornaria atraente o uso de mão de obra em muitas tarefas em que, a custo mais baixo que o atual, pode perfeitamente substituir o uso de máquinas. Ademais, tornará a indústria nordestina mais competitiva em termos de custos de produção, compensando certas desvantagens locais do Nordeste e restabelecendo, em parte, a proteção que os elevados custos de transporte significavam no passado.

30. Subsídios diretamente relacionados com o emprego de mão de obra no Nordeste, me parecem mais válidos para a região do que uma redistribuição do ICM, de cujos benefícios para o Nordeste tenho dúvidas. Seria o primeiro passo para a introdução da componente emprego na política de desenvolvimento econômico. Teria a vantagem de aumentar a ocupação no Nordeste e, ao mesmo tempo, elevar o poder de competição da região noutras áreas do País e no Exterior, pela redução dos custos de produção. Em consequência poderia reduzir a migração de nordestinos para outras partes do País, inclusive para as áreas metropolitanas do Rio de Janeiro e São Paulo.

31. Reconheço que uma mudança de política da magnitude da que ora sugiro, requer estudos aprofundados e análise detida das suas consequências. A experiência dos países, como

a Inglaterra e a França, que subsidiam a criação de empregos para reduzir disparidades regionais, deve ser analisada criticamente e estudada sua relevância para o Brasil. A determinação do nível de subsídio, bem como o relacionamento do volume do emprego com o apoio à execução dos projetos, são elementos políticos que não cabe sequer esboçar no momento. Mas se a idéia merecer um mínimo de consideração das autoridades competentes, um Grupo de Trabalho poderia ser formado para examinar sua viabilidade e preparar recomendações específicas, a quem de direito.

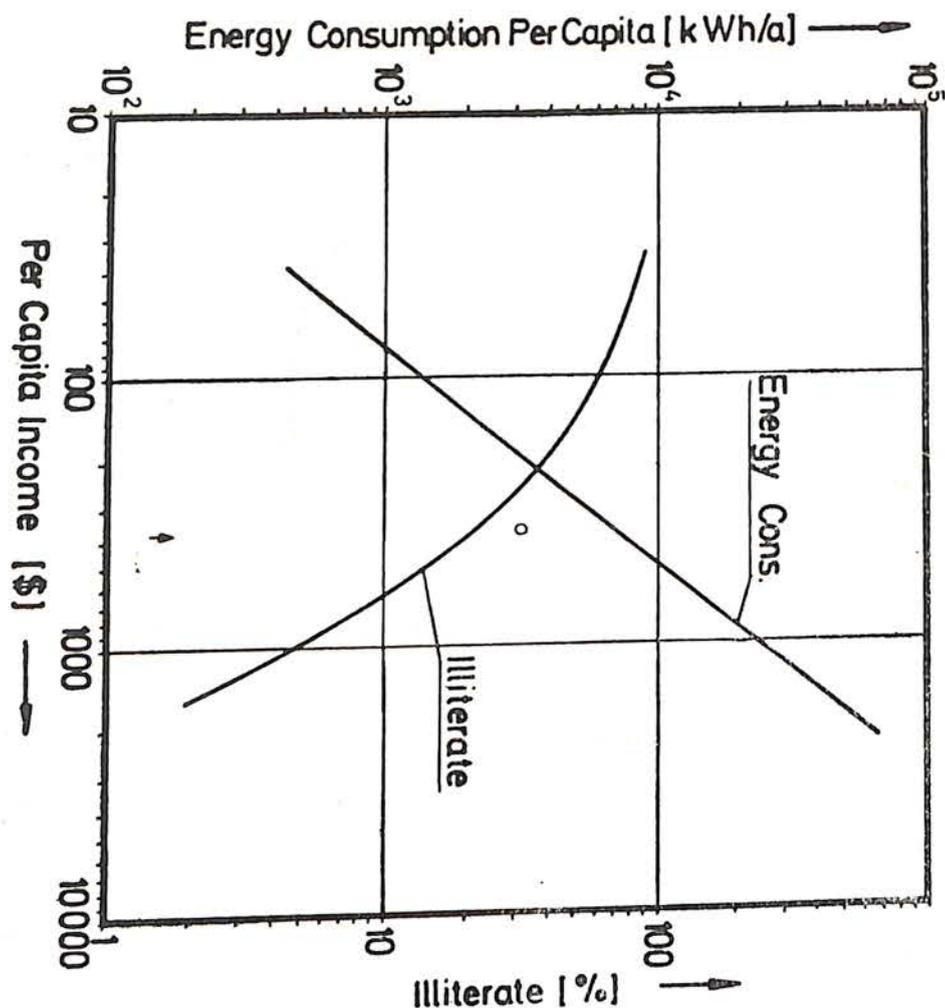
32. Havendo chegado à conclusão de que esta sugestão poderia ser elemento positivo numa eventual reformulação da política de incentivo para o Nordeste, decidi apresentá-la como uma contribuição estritamente pessoal e que não envolve a responsabilidade do BNH, de qualquer outro órgão do Governo e, muito menos, de qualquer autoridade do Ministério do Interior. Se não for considerada válida ou oportuna, não ficarei desapontado e continuarei buscando a informação e o conhecimento necessários a colaborar no encaminhamento da solução dos problemas do Nordeste.

Produção da energia e a humanidade no espaço vital

K. SCHARMER

O desenvolvimento da sociedade moderna se caracteriza pela luta por uma constante entrega ao indivíduo de todas as coisas de natureza quer espiritual, quer material, luta que, nos chamados países ricos, vem sendo considerada como uma necessidade vital. Desde que tais coisas custam dinheiro, o procedimento econômico de cada país, na dependência, é claro, de seus regimes políticos, se orienta no sentido do enriquecimento do indivíduo ou do Estado, o que equivale a dizer que se procura o aumento da renda per capita. Contudo, excetuados alguns potentados que vivem exclusivamente da venda de direitos de poços de petróleo, tal aumento somente pode ser alcançado pela refinação industrial dos produtos, isto é, pela produção de bens em excesso. Como toda espécie de indústria consome energia, há uma estreita interdependência entre a renda per capita e o consumo de energia per capita (ver Fig. I). A percentagem de analfabetos foi aqui adicionalmente considerada como uma função da renda per capita, pois uma boa educação é, ao mesmo tempo, uma condição fundamental para o desenvolvimento e um objetivo a que aspira o indivíduo tão logo assegura uma base material na vida. Parece-nos um raciocínio correto dizer-se que o índice de industrialização aumentado implica, correspondentemente, em um índice de analfabetismo mais baixo.

Se as condições atuais devem melhorar, será necessário que a produção de energia experimente um crescimento maior que o da população. Este nos parece, na verdade, o caso, quando consideramos a situação mundial, tomada em termos médios. Com uma média de crescimento anual de 8%, a produção industrial de energia duplica cada 8.7 anos, enquanto o crescimento da população mundial aumenta em cerca de 2% ao ano.



O consumo de energia e a percentagem de analfabetos como função da renda per capita anual

Mas, se deixarmos de lado os efeitos favoráveis que tais dados estatísticos nos permitam antecipar, podemos levantar as duas questões seguintes:

- 1) Haverá possibilidade de propiciar fontes de energia suficientes, isto é, energia hidráulica, óleo mineral, carvão e urânio, de modo a fornecer combustível para o enorme número de usinas geradoras, cerca de 10.000 de 1.000 MW cada uma?;
- 2) Até que ponto nosso ambiente será alterado pelo fato de:

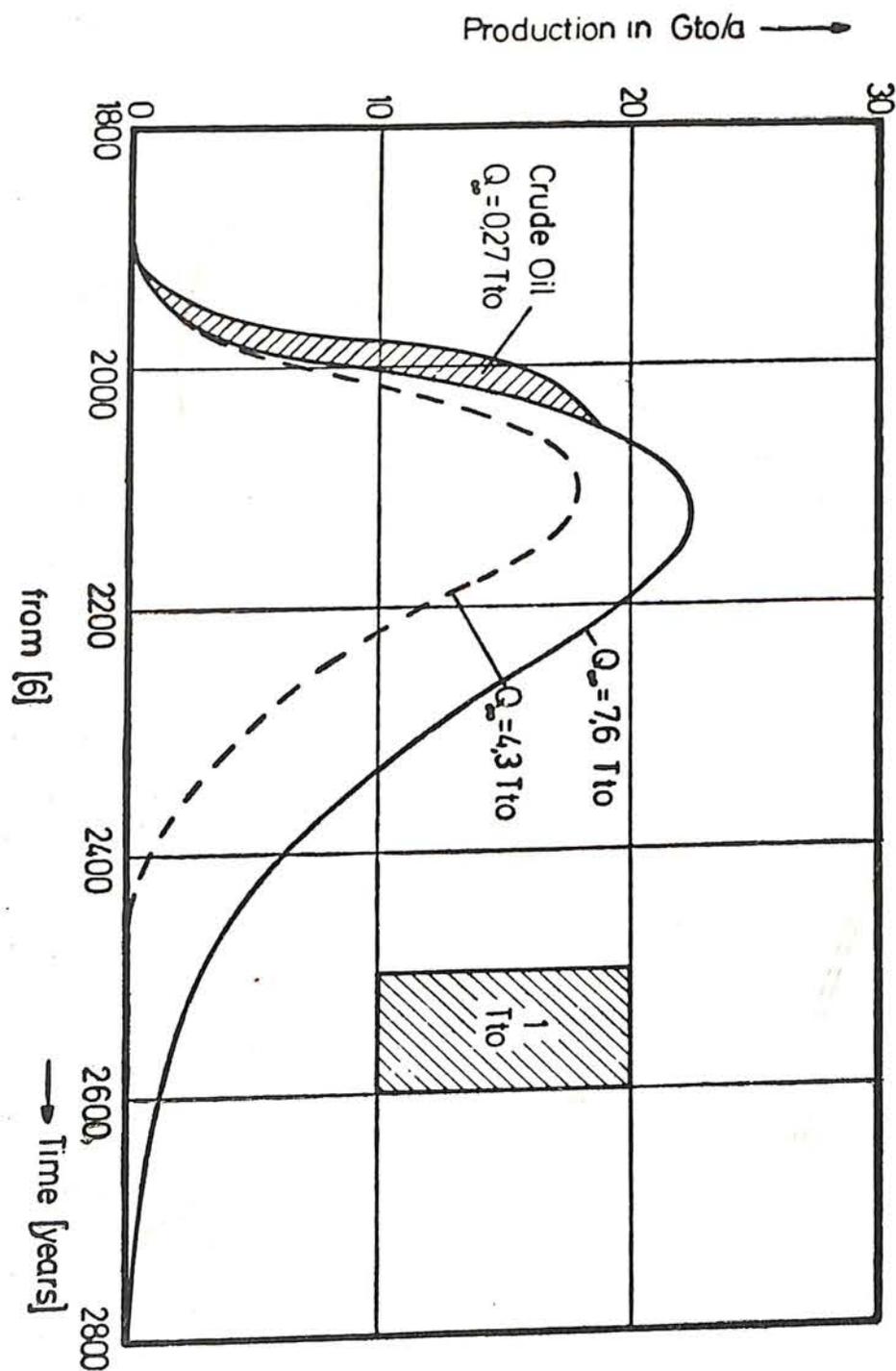
- barragens ribeirinhas estarem sendo construídas;
- todo o carvão e óleo disponíveis estarem sendo consumidos pela combustão das usinas;
- produtos da combustão como CO, CO₂ e SO₂ estarem poluindo a atmosfera;
- os rios e lagos estarem sendo aquecidos pelo “calor perdido”;
- radioatividade adicional estar sendo produzida pela clivagem nuclear?

Quando nos deparamos com tais indagações, as brilhantes perspectivas de riquezas futuras já não nos parecem tão promissoras.

FONTES DE ENERGIA NATURAL

Os dados otimistas das recentes estimativas de depósitos de combustíveis exploráveis somam $7.6 \cdot 10^{12}$ toneladas de carvão e $8.27 \cdot 10^{12}$ toneladas de óleo mineral. Com base em tais dados, e tendo em vista a velocidade de exploração atual, é possível se fazer uma estimativa do tempo necessário até a exaustão dessas fontes, conforme se pode ver pela Fig. 2. A curva ascendente pode ser explicada como a média de crescimento da produção de energia, enquanto a curva descendente se deve ao fato de que a exploração está se tornando improdutivo em comparação com outras fontes de energia. O ponto culminante da energia hidráulica já terá sido superado; o mesmo acontecerá com o óleo mineral aproximadamente no ano 2.000 e, como o carvão, cerca de 100 anos depois. Os recursos da energia fóssil, cuja formação exigiu centenas de milhões de anos, serão gastos em algumas centenas de anos e, com a eliminação dessa fonte de energia, a humanidade forçosamente regredirá ao estado que prevalecia antes da chamada revolução industrial, a menos que uma nova fonte de energia seja encontrada.

Creemos que tais fontes de energia nos são dadas pelo urânio e tório. Os reatores nucleares atualmente em funcionamen-



Exaustão dos suprimentos mundiais de combustível fóssil (óleo cru e carvão)

to ou em fase de construção são, por assim dizer, reatores termais que, praticamente, só estão utilizando o raro isótopo U-235

como combustível. Se continuássemos construindo exclusivamente este tipo de reatores, o período de produção de energia nuclear não duraria muito mais tempo que o do período dos combustíveis fósseis. Todavia, quando operando em geradores, as reservas de tório e urânio até agora conhecidas serão suficientes por período 10 a 100 vezes mais longos do que aquele dos combustíveis fósseis.

Parte da energia solar irradiada sobre a terra se acumula no ciclo hidráulico. A capacidade total da água no mundo soma aproximadamente $3 \cdot 10^{12}$ watts e está sendo explorada, no momento, numa média de 8.5% apenas. A energia hidráulica se encontra em grande parte em áreas economicamente subdesenvolvidas e não pode ser utilizada, na atualidade, para fins econômicos. A criação de novas barragens poderia, possivelmente, afetar a ecologia local e resultar em fenômenos incidentes indesejáveis, tais como terremotos, alteração do nível da água, variações da fauna e da flora, por exemplo, em virtude das margens pantanosas. Além disso, há aspectos estéticos a serem considerados.

Outras fontes de energia podem ser obtidas através:

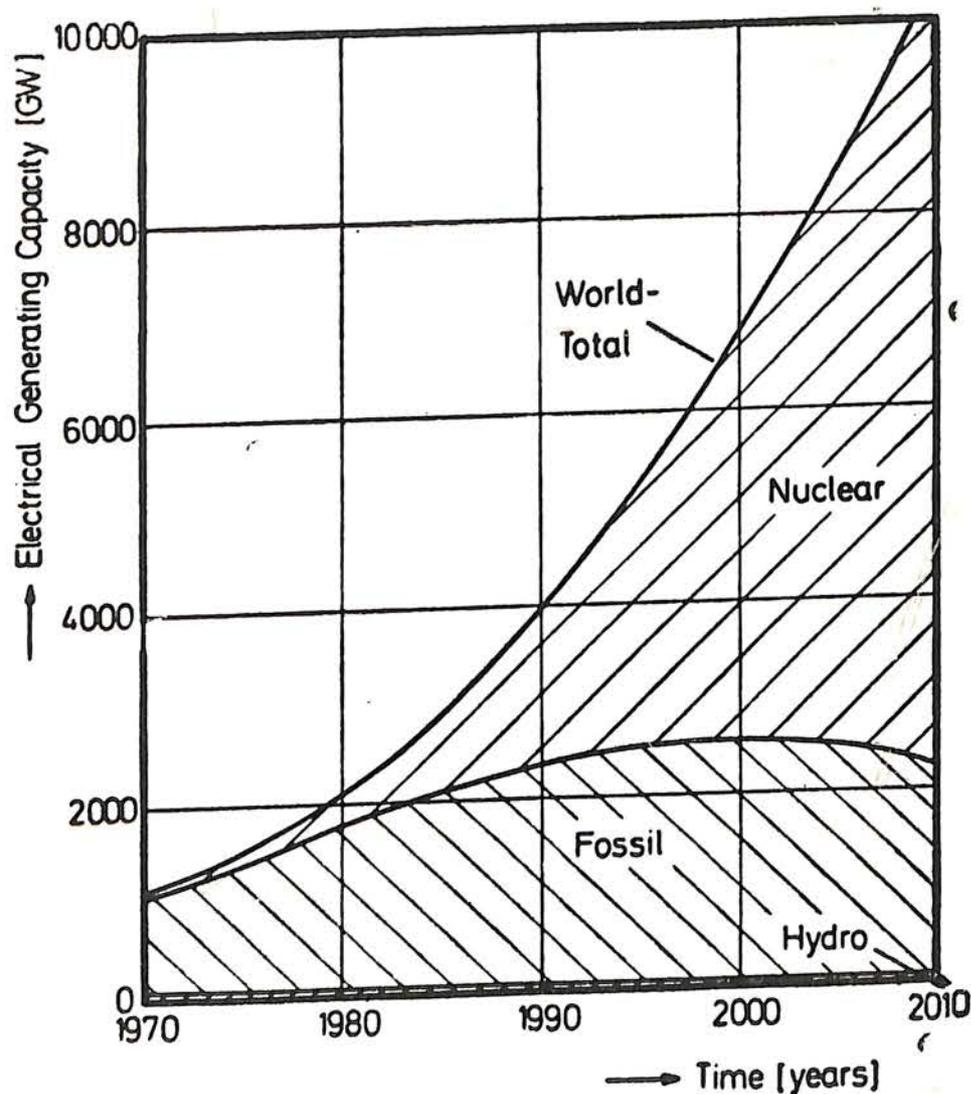
- da energia solar com $1.78 \cdot 10^{17}$ watts;
- da energia geotérmica com $32 \cdot 10^{12}$ watts; e
- da energia dos mares com $3 \cdot 10^{12}$ watts.

Devido ao baixo rendimento energético por área (0.24 watt/cm²) e o pouco rendimento (0.1) em termos de eficiência, é impossível que, em futuro próximo, a energia solar venha a ser empregada por estações geradoras (uma estação de 1.000 w. necessitaria de uma área coletora de 42 km!). Quanto à energia geotérmica e das marés, trarão rendimentos apenas locais e insignificantes, mesmo no futuro.

Resta, pois, no momento atual, lidar com dois tipos de geradores, isto é, aqueles em que se utiliza combustível fóssil e o em que se recorre à energia nuclear.

Com base na quantidade de combustível fóssil conhecida, energia hidráulica e urânio, e com o devido respeito pelas despesas específicas do fornecedor, é possível avaliar como, no futuro, a crescente demanda de energia poderá ser coberta. É o que demonstramos na Fig. 3.

De acordo com esta avaliação, já será em 1995 que aproximadamente metade do consumo de energia deverá ser coberto pelos geradores de energia nuclear. Esta idéia provoca temor em muitos e a construção de usinas nucleares está cada vez mais



Previsão da capacidade de produção mundial de energia

ligada ao quadro de um mundo contaminado pela radioatividade e tornado inabitável.

O modo como nosso ambiente é afetado por geradores com combustível fóssil ou energia nuclear merece ser discutido em maiores detalhes.

REPERCUSSÕES NO AMBIENTE PELO USO DE COMBUSTÍVEL FÓSSIL

Produtos da combustão e seus efeitos sobre o Homem e o Meio

Basicamente, toda usina geradora a carvão, óleo ou gás natural, tem um ciclo aberto: o oxigênio é retirado do meio ambiente, do ar externo, pelo forno. Em troca, o ar carregado dos produtos da combustão — CO , CO_x , SO_x , hidróxido de carbono, NO_x e poeira, — é devolvido à atmosfera. Somente nos Estados Unidos, este processo envolve as seguintes quantidades:

- 75 milhões ton CO
- 27 milhões ton SO_2
- 20 milhões ton hidrocarbonados
- 13 milhões ton NO_x
- 11 milhões ton Poeira e cinza de combustível
- 4.000 milhões ton CO_2

Efeitos Gerais no Mundo

O estoque de CO_2 da terra tem se distribuído equilibradamente, em milhões de anos entre:

- a respiração
- a assimilação
- a dissolução nos oceanos.

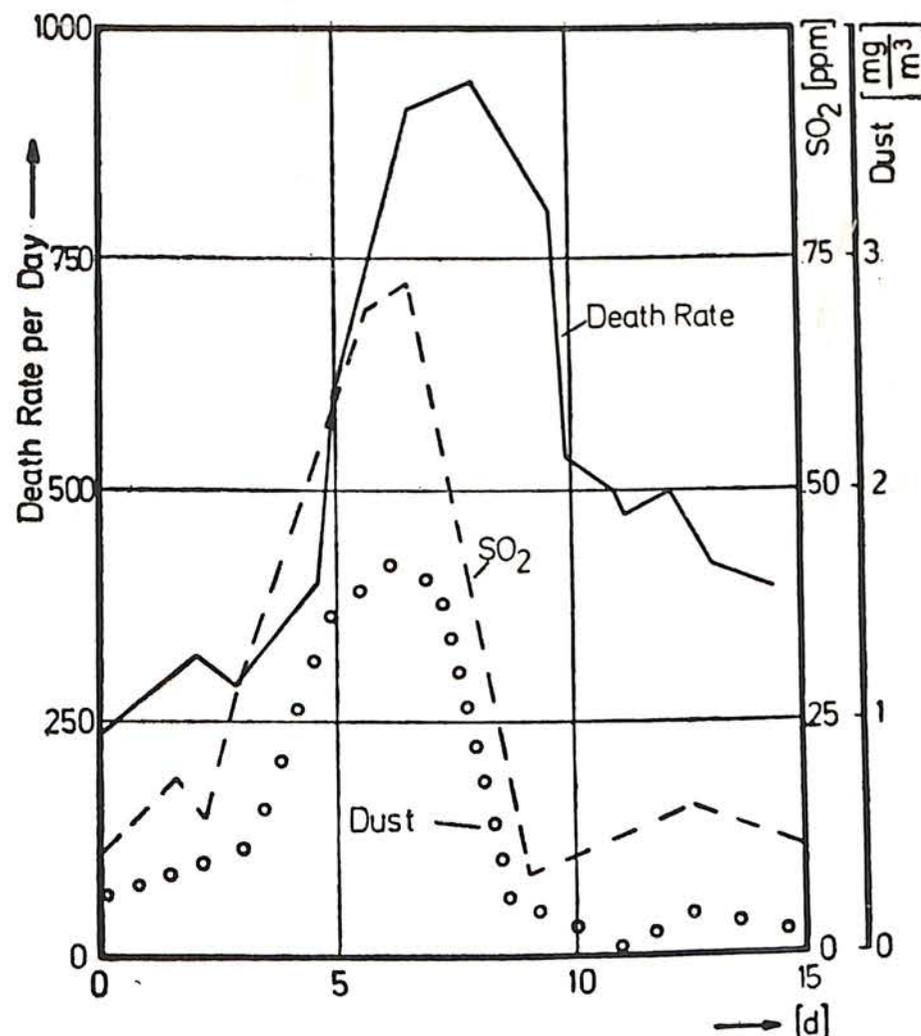
Na eventualidade do CO_2 adicional ser gerado pelos vários processos de combustão industrial, qualquer das seguintes alternativas pode se verificar:

- a) O volume total de CO_2 produzido adicionalmente se dissolve no oceano e é assinalado pela vegetação ambiente aumentada, não se verificando, no caso, reação alguma;
- b) O CO_2 adicional não se decompõe e se incorpora ao CO_2 previamente existente.

Considera-se que somente parte do volume se decompõe e o nível do CO_2 aumenta lentamente. No decorrer dos últimos 100 anos aumentou de 30 ppm, correspondente a cerca de 1/3 do CO_2 resultante da combustão industrial. Em consequência, o conteúdo de CO_2 seria praticamente duplicado até o ano 2.000. Considerando-se que o CO_2 absorve radiação de ondas longas em muito maior grau que a radiação de onda curta, haverá, à mesma irradiação solar, menor perda de calor no espaço que no momento presente, de modo que a temperatura média da terra sofrerá um acréscimo de 2 a 10°C . Um aumento desta última ordem, 10°C , poderá resultar na temida dissolução das calotas polares, com todas as suas consequências. Tal resultado pode ser contrabalançado, até um certo grau, pela formação de poeira na atmosfera. A produção de cinza de combustível, contudo, será cada vez mais reduzida, em virtude dos malefícios causados à população, de sorte que o problema continuará a existir.

RISCOS QUANTO A SAÚDE DA POPULAÇÃO

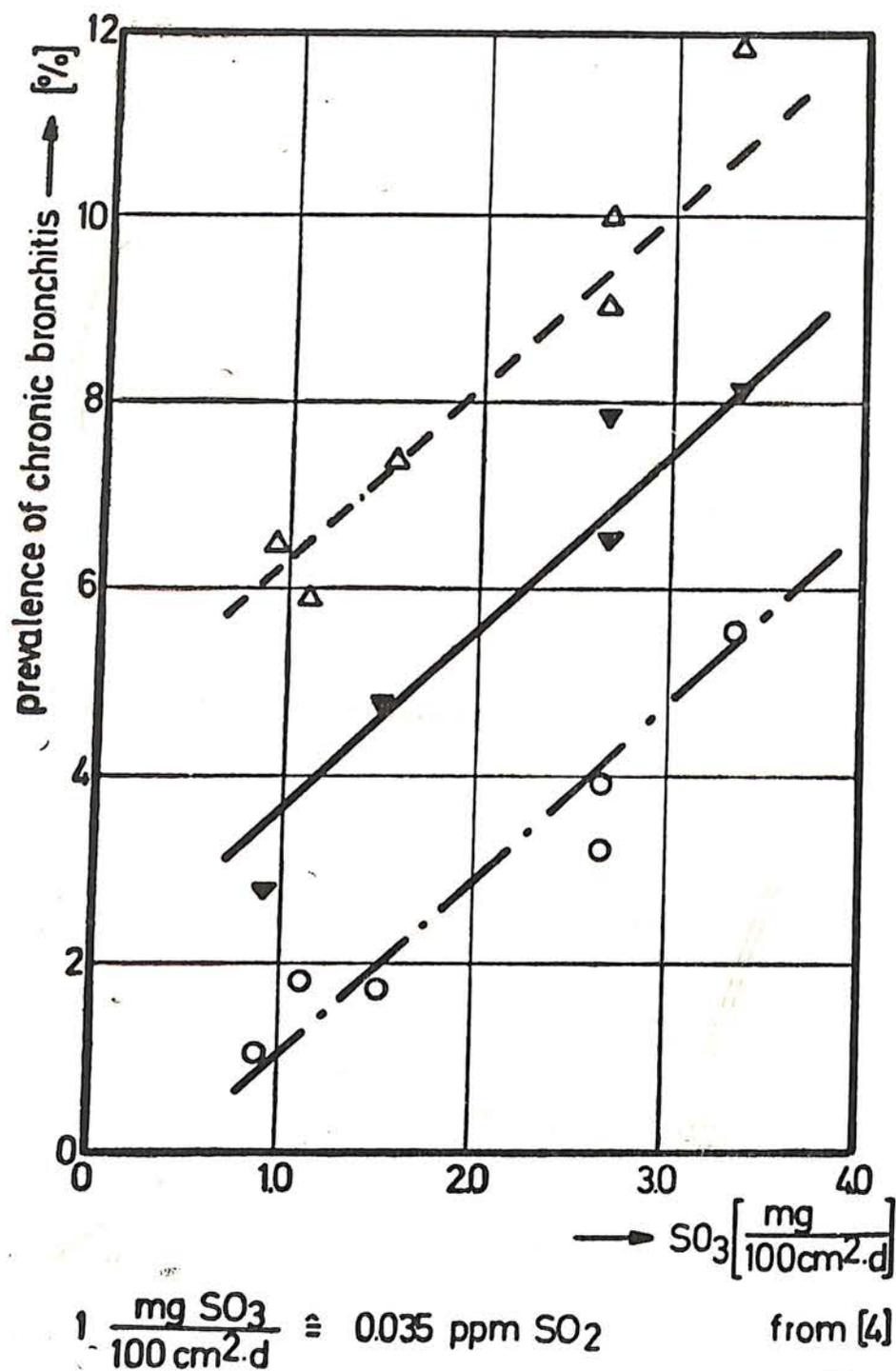
Logo no início da era industrial se pôde constatar sérios danos ocasionados à vegetação, nas regiões onde óxidos sulfúricos eram produzidos juntamente com o ar expulso das fábricas. O grau em que as concentrações de SO_2 poderiam tornar-se fatais, ficou patente durante condições adversas de tempo verificadas em Londres, em dezembro de 1952, quando, no espaço de cinco dias, o índice de mortalidade atingiu a 4.000 pessoas. Na Fig. 4, o índice de mortalidade, bem como a concentração de SO_2 e poeira aparecem ilustradas no momento crítico. Ficou provado, fora de qualquer dúvida, que o aumento da mortalidade não é causado diretamente pelas condições climáticas, mas se relacionam diretamente com a concentração de gás de exaus-



Índice de mortalidade diária com SO_2 e poeira concentrados no ar de Londres em dezembro de 1952

tão. No caso, contudo, somente o SO_2 foi a substância causadora dos danos.

Recentemente, foram realizados estudos em Osaka sobre os efeitos do SO_2 a longo prazo. Ficou então claramente estabelecido que as concentrações de SO_2 até um grau tolerável em áreas industriais aumentaria consideravelmente as probabilidades de bronquite crônica, em virtude do aumento da suscetibilidade. Uma carga contínua de cerca de 0.11 ppm SO_2 no ar respirável causa os mesmos efeitos danosos que o consumo de 15 cigarros por dia. (Ver Fig. 5).



Prevalência da bronquite crônica como função da concentração de SO_2 e o hábito do fumo

- · — · — não fumantes
- — — 1-10 cigarros por dia
- - - - - 11-20 cigarros por dia

Testes levados a efeito na Tchecoslováquia e Alemanha, com crianças de 9 a 12 anos, demonstraram que as crianças das regiões industriais (Gelsenkirchen), em comparação com a média do país,

- tiveram a osteogênese retardada de 7 a 10 meses; e
- em 85% dos casos examinados foi constatada tendência acentuada a amidalite séria e linfonodos cervicais.

Tais fatos são igualmente atribuídos ao óxido sulfúrico.

Deve-se mencionar também a ação dos óxidos de nitrogênio e dos derivados carbonados do hidrogênio. Sob a influência da radiação UV ambos os componentes formam substâncias com propriedades altamente oxidantes, provocando irritação dos olhos e dificuldades respiratórias (como a poluição em Los Angeles).

O PROBLEMA DO CALOR-EXCESSO

Em virtude do segundo teorema fundamental da termodinâmica, um processo mediante o qual o calor deve ser convertido em trabalho, terá como consequência a produção de uma certa quantidade de calor que deve ser devolvida ao meio ambiente. Dependendo do tipo de geradora, este "calor-excesso" pode atingir até 200% do trabalho realizado.

Atualmente o excesso de calor de um grande número de geradoras é dispersado nos rios e lagos, prática que desde agora se torna um problema crucial em regiões densamente habitadas. Por exemplo, todas as usinas geradoras planejadas ou construídas, no momento, na região do Reno, devem ser equipadas com torres de resfriamento, as quais são postas em funcionamento tão logo a temperatura do rio atinja um valor específico. No ano 2.000, a capacidade das usinas geradoras instaladas nos Estados Unidos bastariam pra aquecer de 20° o potencial líquido total na superfície americana.

Todavia, as águas dos rios e marés podem ser aquecidas em grau muito limitado, porque mesmo uma alteração muito pequena na temperatura causará um deslocamento do equilíbrio

biológico. O resultado é que a fauna e a flora decairão, em virtude da falta de oxigênio e do fato de que, a princípio, certas espécies de algas e, finalmente, apenas bactérias se desenvolverão, por não necessitarem de oxigênio livre. Durante a fase de putrefação e fermentação ora se realizando, amônia e sulfito de hidrogênio são produzidos, e, com seu odor desagradável, darão a aparência de líquido de esgoto. Esta, a razão por que, atualmente, se processa o sistema de resfriamento e se utiliza o calor-excesso, pelo menos em parte, para aquecimento de ambientes, aquacultura, clarificação de esgotos, etc.

INFLUÊNCIA DAS USINAS NUCLEARES NO AMBIENTE

O estágio inicial das usinas nucleares foi obscurecido pelos "cogumelos" das bombas atômicas militares. Desde então, tudo que se relacione com divisão nuclear tem merecido o ódio e a destruição em todo o mundo. Em vista disso, foi desde o desenvolvimento da pedra fundamental, lançada há quase exatamente 30 anos, isto é, 2 de dezembro de 1942, numa sociedade esportiva de Chicago, que os idealizadores de usinas nucleares têm procurado fazer com que os efeitos possíveis do seu uso sobre a população sejam reduzidos a um índice tão baixo e controlável quanto possível.

As usinas nucleares deveriam representar, assim, a solução do problema de energia, com vantagens especiais para com o ambiente, no decorrer dos séculos vindouros. Não obstante, as atitudes espetaculares tomadas pelos opositores do sistema, fortemente contrários ao uso da energia nuclear, vêm crescendo não apenas nos Estados Unidos, onde projetos importantes estão sendo retardados, mas também na Europa, particularmente na França, Alemanha e Suíça.

Não é somente pela considerável perda de dinheiro ocasionada pela demora da instalação das usinas que consideraremos aqui as particularidades de alguns argumentos utilizados pelos opositores do sistema, mas também porque se tornou evidente que, neste campo tecnológico, qualquer informação imprecisa ou errada, levada à população, pode ser de efeitos chocantes. Alguns dos eternos slogans são os seguintes:

- uma usina nuclear é uma bomba atômica em potencial;
- a operação normal dos reatores implica em emissão de radioatividade que põe em perigo qualquer tipo de vida orgânica;
- na eventualidade da produção de energia ser entregue aos reatores, acontecerá que, em pouco tempo, toda a terra estará coberta por montanhas de resíduos atômicos;
- nenhuma usina nuclear está protegida contra terremotos, desastres aéreos, sabotage, etc. e durante tais acidentes, uma grande parte da radioatividade (25% segundo uma publicação suíça) é liberada para o meio ambiente.

Um Reator Nuclear Equivale a Uma Bomba Atômica?

O primeiro dos slogans acima citados, utilizado como argumento, equivale a comparar uma bomba de alto poder explosivo com uma usina nuclear. Em ambas, um gás expansivo é utilizado como veículo de trabalho e motor de combustão interna; a despeito disso, todavia, nenhum motorista de automóvel aceitará a idéia de ter sob o capuz de seu carro uma bomba em potencial. Em relação a todos os tipos de reatores, o isótopo combustível utilizado o é em escala tão reduzida que qualquer semelhança com uma bomba é absolutamente impossível.

Risco de Explosão à Radiação Natural e Artificial

Cada reator nuclear gera nova radioatividade, parte da qual pode ser liberada sob condições normais de operação e/ou durante um possível acidente. O máximo permissível é especificado por lei em todos os países interessados. Os regulamentos de cada país, em geral, obedecem aos valores recomendados pela Comissão Internacional de Proteção Contra a Radiação. Alguns dos valores aplicáveis à população aparecem compilados na Fig. 6.

Organ or Tissue	Dose, rem/yr				
	ICRP	FRC		IAEA	NCRP
		Indiv.	Pop.Ave.		
Whole Body	0.5	0.5	0.17	0.5	0.5
Gonads	0.5	--	0.17	0.5	0.5
Red Bone Marrow	0.5	0.5	0.17	0.5	0.5
Bone	3.0	1.5	0.5	3.0	3.0
Thyroid	3.0	1.5	0.5	3.0	3.0
Other Single Organs	1.5	--	--	1.5	1.5

Table 1 : Annual Dose Rate Guidance for the Public

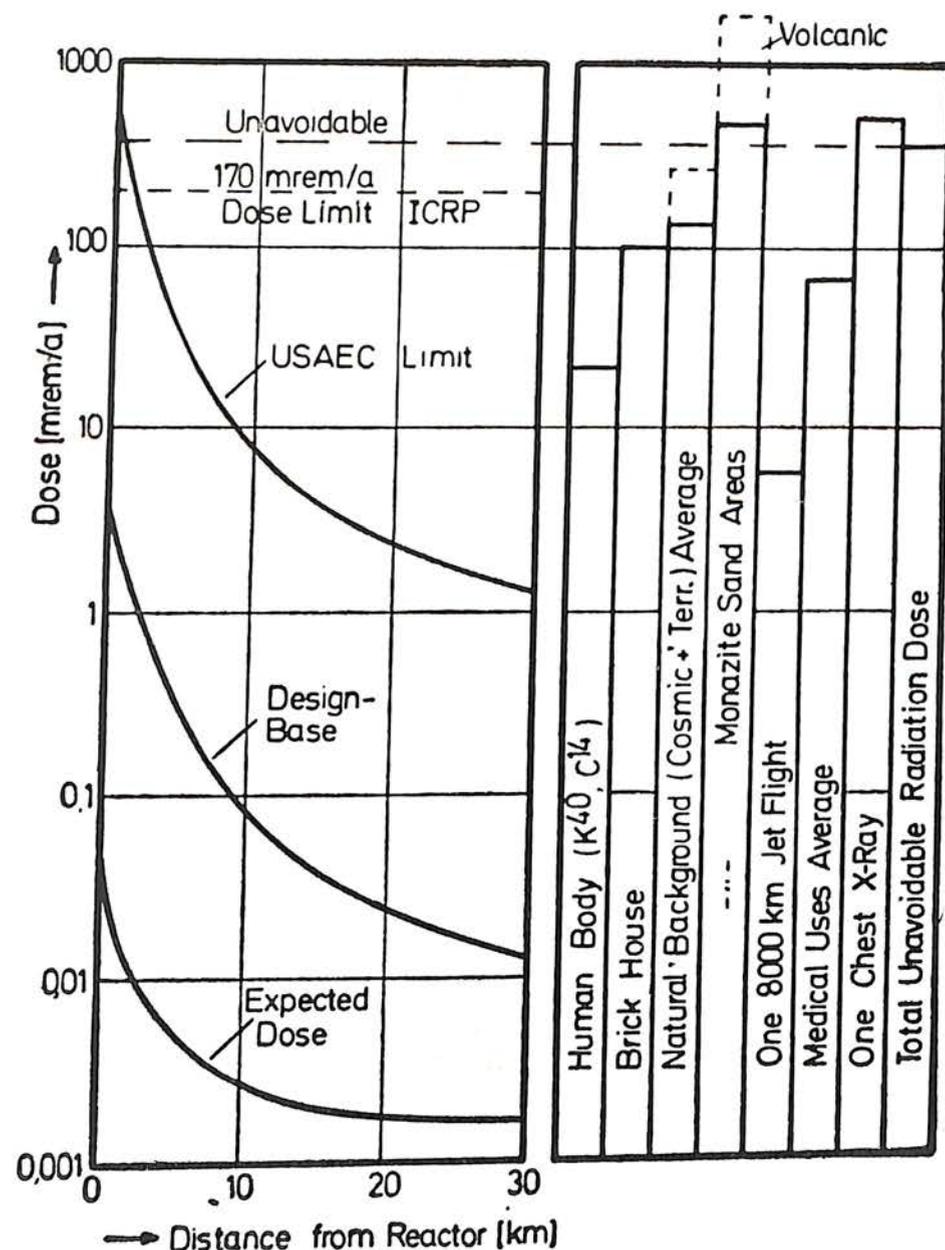
A exposição à radiação por usinas nucleares é causada essencialmente por gases nobres, isto é, particularmente Kr 85 e por Tritium, que não sofrem enriquecimento por fixação em nenhum órgão, de modo que, neste particular, só a dose corporal total de 500 mrem ou 170 mrem, de acordo com as especificações próprias da USAEC, teriam significação. Para que se esclareçam melhor esses dados, convém colocá-los em relação com as doses de radiação a que o homem está sujeito no momento:

Radiação corporal (K-40, C-14)	22mrem/a.
Background natural	125-300mrem/a.
Background natural nas areias monazíticas brasileiras	500mrem/a.
Background natural em áreas vulcânicas brasileiras	1.600mrem/a.
Habitação em alojamento de tijolo	100mrem/a.
Diagnóstico médico, em média 1 radiografia do tórax	55mrem/a. 20-500mrem/a.
1 exame do trato gastro-intestinal	5000-400000mrem/a.
Mostradores luminosos de relógio de pulso	2,5mrem/a.
Usinas nucleares para os habitantes das áreas adjacentes	1.10^{-4} 0,77mrem/a.

Estas comparações aparecem ilustradas na Fig. 7. A interpretação se baseia no fato de que 1% dos elementos do combustível está sob escapamento. A dose limite somente seria alcançada se todos os condutos da combustão apresentassem vazamento. Na verdade, as doses esperadas estão em nível bem mais baixo.

Não entendemos como uma exposição adicional à radia-

ção, muito abaixo do nível de variação da exposição à radiação natural, possa ser responsabilizada por incidentes tais como aumento da mortalidade infantil. E mais, consideramos uma falta irresponsável quando médicos se referem a fotografias de deformidades causadas por radioterapia médica (sic!) ou em fun-



Exposição da população à radiação de uma usina nuclear em função da distância, em comparação com outras doses de radiação

ção de reações químicas (Talidomid), em sua campanha contra as usinas nucleares.

Oferece um certo problema a liberação de Kr 85 pelas usinas nucleares. Por causa da meia-vida de 10.76 anos, o orypton é enriquecido na atmosfera e representaria uma exposição adicional de 1 a 2mrem/a., no ano 2.000. Contudo, o conteúdo de Kr 85 no ar em excesso, proveniente das unidades de reprocessamento e reatores, pode ser consideravelmente reduzido, p. ex., pelo método do congelamento. Trituim ($T_{1/2} = 12a$) também é produzido pelos reatores nucleares e, no ano 2.000, o seu nível, resultante dos testes com armas nucleares, seria quase alcançado. Todavia, corresponde a uma carga adicional de não mais que 0.001mrem/a.

À guisa de contribuição à discussão quanto a “omissão zero” relativamente às usinas nucleares, devemos lembrar aqui o fato constantemente negligenciado de que as usinas a carvão também emitem gases radioativos, devido ao fato do carvão conter urânio e tório, encontrados igualmente na fuligem. Dados tomados por Martin e outros indicam que uma moderna usina geradora a carvão produz uma dose adicional de $8.6 \cdot 10^{-6}$ — dose ICPR — atingindo os habitantes circunvizinhos, ou seja, cinco vezes mais que um moderno reator pressurizado para água, de igual capacidade.

REMOÇÃO DO MATERIAL RADIOATIVO

Contrastando com as usinas geradoras a carvão, nas quais o material radioativo já existente é apenas redistribuído, os reatores nucleares produzem nova radioatividade. A parte predominante permanece dentro dos condutores e é transferida para as unidades de reprocessamento, depois da queda dos produtos de curta duração. Nestas unidades, os elementos da combustão (urânio e plutônio) são separados do restante, de onde ainda uma série de isótopos são retirados, para fins médicos e tecnológicos. Uma vez reduzidos a uma forma que economize o má-

ximo de espaço, o excesso é armazenado até que sua atividade decaia a um ponto tal que possa ser tratado como restos normais. Na hipótese do resto conter elementos de vida longa, será removido para os chamados depósitos finais, representados por formações geológicas que provavelmente não poderão ser destruídas no correr da história humana. As formações salinas que aparecem no subsolo geológico se prestam magnificamente para tal fim. Neste caso, o excesso é revestido de concreto e depositado em caixas de aço. Sob as condições de extração normal de sal no ano 2.000, o excesso radioativo não atingirá mais do que 1% do volume do sal extraído.

SEGURANÇA DAS USINAS NUCLEARES

Ao contrário de muitos outros campos técnicos, tais como, p. exemplo, o desenvolvimento das usinas a combustível fóssil, a fabricação de automóveis, etc., o desenvolvimento dos reatores — à parte do objetivo de produzir energia em nível mais econômico, teve como suporte a idéia de que, mesmo sob condições extremas e extraordinárias, o potencial de riscos acumulados no reator não teria nenhum efeito sobre a população humana. Extrapolaria a intenção deste trabalho a discussão de todas as possíveis medidas de segurança, como seja embainhamento sob pressão do material, sistemas de fechamento, etc., para evitar a saída da radioatividade, causando acidentes críticos. Para tanto, fatores como terremotos, sabotage e desastres aéreos, foram amplamente considerados.

Ao longo do período de trinta anos de desenvolvimento nuclear, 7 pessoas morreram em consequência de acidentes por radiação relacionada com reatores. Todos esses acidentes envolveram pessoas ligadas a experiências, ou pessoal de operação, e não pessoas estranhas às instalações do reator. Nenhum dos acidentes, além do mais, ocorreu em instalações destinadas à produção comercial. Os dados atuais relativos a acidentes não são suficientes — felizmente — para que se possa preparar um relatório estatístico sobre a segurança das usinas nucleares. Mesmo sob as mais desfavoráveis perspectivas de que um sério aci-

dente ocorra cada mil anos, o risco do meio ambiente próximo a usinas nucleares parece-nos reduzido em comparação com os riscos da vida diária, como se pode verificar pelo quadro abaixo:

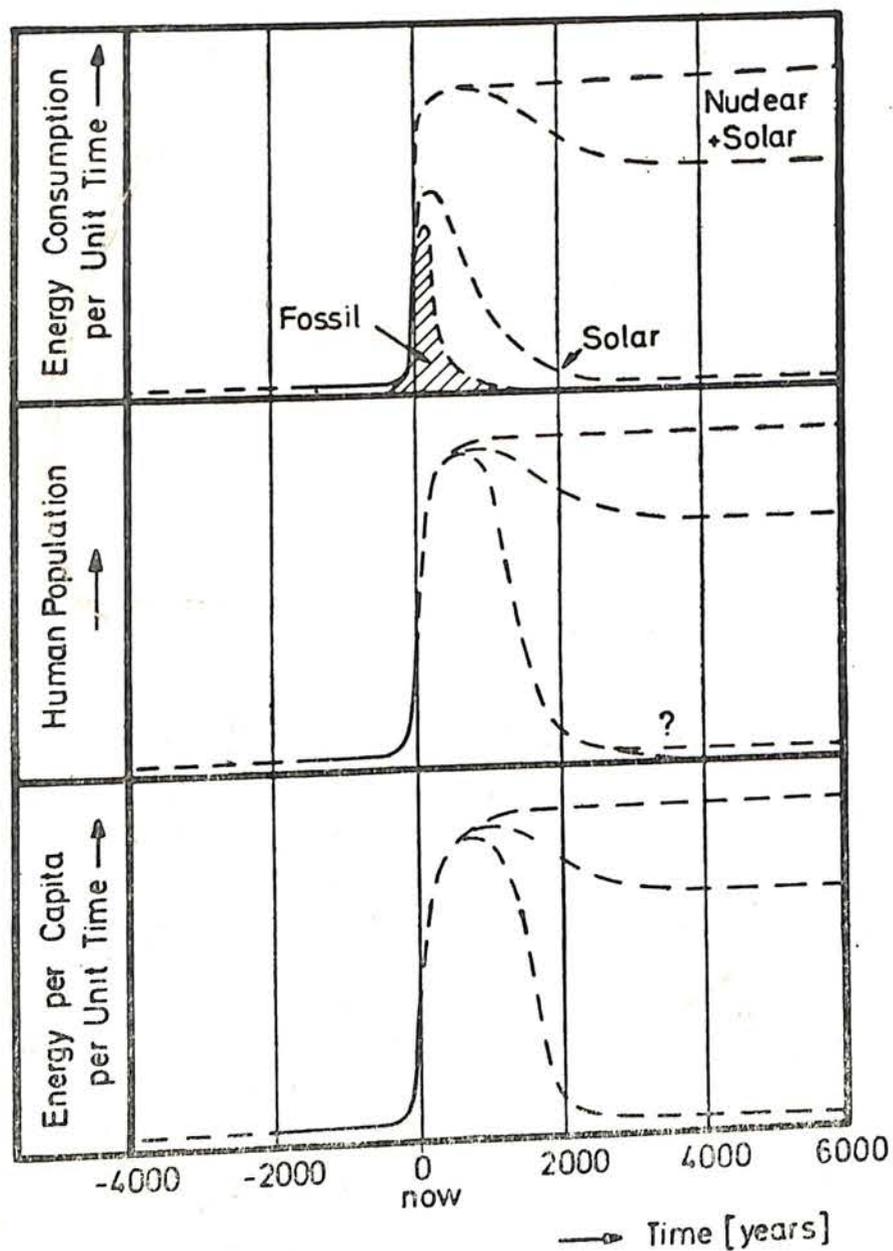
<i>Natureza do Risco</i>	<i>Vítimas por 10⁶ Pessoas e Por Ano</i>
Doenças naturais	10.000
Acidentes	500
Acidentes de tráfego	250
Guerra	200
Suicídio	200
Aplicação de energia elétrica	20
Usinas a carvão e óleo	3
Catástrofes	1
Usinas nucleares	0.1

Quadro I — Riscos da vida diária.

PERSPECTIVAS PARA O FUTURO

Olhando-se a curva relativa à população mundial, em sua evolução, nos últimos cinco milhões de anos, verifica-se que o índice de crescimento manteve-se muito pequeno até o período final da Idade Média. Contudo, um crescimento sensível se estabeleceu por volta de 1.600 e, na atualidade, um dobro de trinta e cinco anos já foi atingido. Desde que a superfície terrestre não é infinita, o crescimento da população tem de parar, mais cedo ou mais tarde. Se consumirmos agora todos os recursos de energia, o padrão de vida comparado ao consumo de energia per capita necessariamente regridirá ao nível da era pré-industrial e, finalmente, a população volta também ao nível de 1.600, em virtude da falta de assistência médica e alimentos. Neste caso, o período total da “sociedade da energia” terá tido apenas poucas centenas de anos. Este processo se encontra diagramaticamente representado na Fig. 8.

Um padrão de vida elevado somente poderá ser mantido depois da exaustão dos recursos carboníferos, pela utilização de meios outros de produção de energia. E a única fonte que já alcançou o estado de maturidade tecnológica foi o da energia nuclear.



Evolução esquemática do consumo de energia e da população humana

Nós, que no presente concentramos nossa atenção no crescimento, consumo e progresso, devemos fazer uso de toda nossa habilidade para evitar que a transição da fase de crescimento para a da estabilidade seja acompanhada por uma catástrofe. Temos de ser bem sucedidos em atingir um alto padrão de vida dentro de um ambiente longe, tanto quanto possível, da poluição. A energia nuclear, se convenientemente utilizada, tem certamente condições de contribuir decisivamente para este objetivo.

Jacques Maritain ou a santidade da inteligência (*)

JOSÉ LUIZ MARQUES DELGADO

*A Mércia (**)*

Quantos não nos sentimos órfãos, nesse 28 de abril de 1973, em que faleceu, lá em Toulouse, às margens do Garona, numa pequena comunidade de religiosos a que se recolhera e em que acabara ordenando-se sacerdote, ele, o filósofo entranhadamente leigo, este Jacques Maritain que iluminou todo o nosso pensamento, todo o pensamento católico no século XX...

Ei-lo que se vai, afinal, para junto dos seus, deixando este mundo que se transformara para ele, como o confessou na derradeira entrevista (1), num cemitério. "Todos os meus amigos morreram. Estou só".

Ei-lo que se vai, afinal, para louvar, no céu, ao lado de sua bem-aventurada Raissa que treze anos atrás o precedera, o nome do Deus três vezes santo, que tanto ele louvou, aqui na terra, em vida e em pensamento, em palavras e em obra.

Ei-lo que se vai, afinal... E ainda aqui é preciso louvar o Senhor. Pois, ficamos profundamente gratos a Deus por ter levado Maritain para junto de Si agora, só agora, depois de

(*) Um resumo deste trabalho foi lido na sessão em que, aos 20 de junho de 1973, a Sociedade Cultural Paulo VI homenageou a memória de Maritain.

(**) Que leu estas páginas, pouco antes de sua morte — primeira alma por quem pedi a Maritain que intercedesse, no céu, junto a Deus.

(1) As notas numeradas referem-se a citações relacionadas ao final do trabalho.

ter permitido que ele se demorasse conosco tanto tempo, noventa anos (*) de uma existência tão bem vivida.

E agora, que ele se foi, e que é preciso, como bons herdeiros, recolher a herança, — que nos resta?

Sua obra, decerto — imensa, variada, lúcida, fecunda. Meio dispersamente construída, sem a estruturação harmoniosa, goticamente medieval, da de Tomás, mas obra adaptada ao nosso tempo. Obra que haveremos de meditar, de compreender, de estudar, de discutir. Que haveremos de dissecar em todos seus aspectos, de difundir, de prolongar, de amar. Porque é imortal. Porque é fiel integrante da chamada “filosofia perene”. Porque “uma filosofia tão harmoniosa, tão clara, tão coerente, tão verdadeira como o tomismo, não pode ser desprezada por muito tempo” (2).

Mas não é dela que me ocorre falar agora. Para isto não faltará tempo.

É que há também outra herança que ele nos deixa. É a herança de sua pessoa. Não a lição que Maritain nos deu, mas a lição que Maritain, ele próprio, foi. A lição dele mesmo. A lição de sua vida.

(*) O que são noventa anos? “Noventa anos é muito”, dissera Maritain na mesma entrevista. Basta pensar que, em 1926, quando era condenada a “Action Française”, Maritain passava dos 40 anos — aliás, justamente esta idade é a razão do protesto de Gustavo Corção, no seu poderoso “O Século do Nada”, contra a ingenuidade que desculparia as atitudes de Maritain relativamente ao movimento de Maurras. E em 1946, quando a revista “A Ordem” reuniu duas dezenas de colaboradores brasileiros numa homenagem ao filósofo francês, era o 40.º aniversário de sua conversão o que então se comemorava e Maritain já passava dos 60 anos. Quem haveria de supor que sua obra que já atingia, nessa época, os 40 volumes, ainda tanto se estenderia depois, em magnífica fertilidade espiritual?

Rendam-se graças a Deus, então, por essa longevidade. Como não ver nela um desígnio especial da Providência divina? São Tomás viveu apenas 49 anos — é que seu século, o décimo terceiro, não precisaria talvez de mais do que isto: era o século de S. Francisco e de S. Antônio, de S. Domingos e de S. Boaventura, de S. Luiz rei de França, o século dos dominicanos e dos franciscanos, dito o mais belo século da Cristandade. Mas o nosso século XX, este século que Corção diz “do nada”, precisaria de muito mais que os breves 49 anos de Tomás: precisou dos 90 de Maritain.

E o que é que ele foi, acima de tudo?

Bem sei que se trata de um filósofo — o maior filósofo do nosso tempo, diremos seus discípulos. De resto, outra coisa não dizia ele de si mesmo: “sou apenas um filósofo”. Mas, penso que não terá penetrado o segredo dessa alma quem ficar nesta primeira constatação. Na verdade, quem quiser compreender o mistério da existência e da grandeza de Maritain, tem de dizer dele outra coisa. Tem de dizer, aceite-se a palavra, que Maritain é um santo.

Aceite-se a palavra, repito. Pois, a santidade, parece que o nosso mundo moderno vai aos poucos esquecendo, vai-se distanciando dela. E toda a idéia que hoje se faz a respeito, se é que se faz alguma, é a de remetê-la para um passado longínquo: a de que havia santos na Idade Média, a de que a vida dos santos se perde nas brumas da lenda.

Por isto, assusta-nos a idéia de um santo entre nós.

Um santo concreto, de carne e osso, que vimos e escutamos, — a nos advertir de que a santidade não é apenas um ideal, é também uma exigência de nossa natureza, porque a ela somos chamados, todos os homens. “Não tenho alma de santo”, dissera, certa vez, um sacerdote. E o gigantesco León Bloy, com sua voz poderosa que sacudiu tantas consciências, replicava: “pois bem, digo-lhe com toda a certeza, que eu tenho alma de santo; que meu senhorio, que é um abominável burguês, meu padeiro, meu açougueiro, meu quitandeiro, que são talvez uns grandes canalhas, todos têm almas de santo, visto terem sido todos chamados — como o senhor e eu — tanto quanto S. Francisco ou São Paulo, chamados à vida eterna e resgatados pelo mesmo preço, *magno pretio empti estis*” (3).

Sim, o que Maritain foi, acima de tudo, foi um santo.

Desses que a Igreja, mais cedo ou mais tarde, seguindo sua sábia prudência, canoniza.

Porque é preciso distinguir santidade de santidade. Umas há, ocultas, discretas, cuja beleza só há de ser conhecida no fim

dos tempos, quando os eleitos do Pai, definitivamente apartados dos malditos, forem expostos à admiração comum. Não são santos apenas os que a Igreja declara. Muitos há, além desses, muitíssimos mais. A Igreja só canoniza uns poucos, aqueles cuja santidade é visível, é pública. Não uma santidade recolhida, mas uma santidade digamos ostensiva. Que, de tão evidente, pode ser apontada como modelo e como exemplo para os homens.

A santidade de Maritain é deste último tipo. É modelo e exemplo. Mesmo porque é ostensiva. E descubro, com redobrada alegria, que não estou sozinho ao afirmá-la (*). Quantos testemunhos não encontro a me dizerem a mesma coisa — que Maritain é santo! Como se se tratasse de uma intuição coletiva, algo que, no íntimo, mais conscientemente uns, meio inconscientemente os outros, todos pressentimos.

Basta recordar dois depoimentos. Um, o de Afrânio Coutinho, que conviveu de perto com Maritain, frequentando inclusive seu próprio lar, em Princeton, nos Estados Unidos. Que impressão Afrânio guarda dele? Fundamentalmente, esta: “Maritain foi a figura que ainda me deu até hoje a impressão da perfeição humana; um misto de paz e de grandeza, de santidade e sabedoria” (4). Pense-se um minuto no que significa tal depoimento prestado, com a maior seriedade, por um intelectual dos mais respeitáveis; pense-se no que representa, para um homem, atingir este reconhecimento e provocar tamanha admiração. “Impressão de perfeição humana”... Adiante, Afrânio Coutinho nos transmite outra impressão: “se não tínhamos a sua esperança, escreve referindo-se às idéias de Maritain acerca do após-guerra, — se não tínhamos a sua esperança, homens de pouca fé, gente imperfeita e descrente, ao menos ficássemos com uma certeza: ele jamais trairia”. Ele jamais trairia... Perfeição humana... Não se eleva bem acima dos comuns mortais quem pode merecer semelhante confiança e inspirar tão bela certeza?

(*) Ainda nisto não sou original... E, de resto, como é bom não o ser, sentir ao lado e atrás de si todo o valor de uma autêntica tradição!

O outro depoimento é o de Perilo Gomes, que citamos como exemplo dos que não conviveram com Maritain mas foram atraídos pelos seus livros e, no entanto, também souberam perceber a verdadeira natureza do fascínio da pessoa de Maritain. Depois da leitura do livro de recordações de Raissa, o que Perilo diz é que, doravante, não teria mais, por um e outro, marido e mulher, somente admiração intelectual, “porém ainda a veneração que se deve a um santo”. E acrescenta: “não acredito que, mesmo os inimigos de Maritain, possam ler sem lágrimas nos olhos essas páginas estuantes de sinceridade, quentes de afeto, vibrantes de heroísmo e santidade. Digo-lhe mais, não acredito mesmo que, ao fim dessa leitura, se conservarem um pouco de sensibilidade em seu coração, deixem de sentir um desejo imenso de reconciliação, de beijar as mãos de ambos — da esposa e do esposo, pelo fervor de sua fé, pela pureza e heroísmo de sua vida exemplarmente cristã” (5).

Sim, é de santidade, numa palavra, sem arroudeios nem simulações, que se trata. A santidade que reconcilia. A santidade que purifica. A santidade que reúne ovelhas dispersas. A santidade que converte pelo exemplo e pela admiração.

É em terra sagrada que estamos pisando. Tiremos a sandália dos pés. Sacudamos a poeira dos caminhos.

Terá sido o que fez Antônio Carlos Vilaça, o entrevistador, representante de todos nós, ao se dirigir para aquela que seria a derradeira mensagem de Maritain, a última lição que ele deu ao mundo, e que o fez, aliás, por intermédio de um brasileiro (*)?

(*) Parece haver uma particular ligação entre Maritain e o Brasil. “Tenho pelo Brasil uma ternura especial e sempre nova”, afirma Maritain nessa última mensagem. Aliás, os dois gigantes do novo Mundo foram justamente os países em que mais se difundiu o pensamento de Maritain, como ele próprio reconhece: “creio que o Brasil e os Estados Unidos foram os dois países em que houve maior influência da minha obra”. De resto, esta entrevista final não foi concedida senão pela conjunção de duas circunstâncias: “por causa da mensagem do meu querido Amoro Lima, a quem rendo a minha homenagem” e por causa dessa situação singular em que ser brasileiro é um trunfo. “O senhor tem um trunfo — é brasileiro”, dissera o religioso com quem Vilaça acertou a entrevista (6, de novo).

O próprio Antônio Carlos Vilaça o conta (6). Primeiro, houve a dúvida: “um religioso contemplativo de noventa anos não dá entrevistas a ninguém”. Depois, a notícia de aceitação da entrevista. “Não, não estava emocionado, nem angustiado, confessa Vilaça. Estava numa grande paz, certo de que, no sábado ou no domingo, meus olhos pousariam nos olhos de um santo”. De novo, a intuição da santidade e o surpreendente efeito que daí decorre: “eu estava numa grande paz”. A santidade pacífica.

Vilaça não deixa de assinalar o traço do pecado que marca nossa condição, desde Adão: “em Princeton, na visita anterior, eu notara certa afetação no falar, certa dignidade austera de senhor professor, docências, colega de Einstein, sumidades sumas. Ali, não. Deixara tudo. Parecia mesmo um menino”. “O que mais me impressionou em Maritain foram os olhos, uns olhos líquidos, límpidos, de infância, olhos sem nuvens”. “Era isto que emanava dele, o velhinho que diante de mim expunha seus pensamentos — limpeza. Nenhuma pose. Nenhuma afetação”. “Quando pude sentir na ponta dos meus dedos que ele deixara tudo, se despojara de tiques e manias, era apenas o Irmão Jacques, o irmãozinho universal. O discípulo de Foucauld. O mestre da Universidade de Princeton identificado ao mais pobre, por amor”. “Então me comovi. Porque só estas coisas têm importância”.

Sim, só tem importância isto que Maritain repetiu várias vezes na sua entrevista: “Tenho sede de silêncio”. E Vilaça nos diz que silêncio é este: “Um silêncio tão de dentro. A paz total. A solidão. O silêncio. Ouso dizer, a santidade”.

E em que consistiria a santidade de Maritain?

Bem sabemos que os santos são muito diferentes entre si. Que a santidade é rica como o coração humano. Que se pode atingi-la por vários modos e seguindo diversos caminhos. Que a casa do Pai tem muitas moradas.

A santidade de Maritain não é a santidade da pobreza, como a de um São Francisco de Assis, nem a santidade do po-

der, como a de um São Luiz, rei de França, nem a santidade do heroísmo e da fidelidade à Igreja, como a de um São Tomás Morus. Ela é propriamente a santidade da inteligência (*). Sua lição, a de que a inteligência é, em si mesma, uma coisa santa e se pode e se deve ser santo em se vivendo a vida intelectual.

Porque, antes de mais nada, a santidade da inteligência supõe um rigorosíssimo compromisso com a Verdade. Ora, Deus é a Verdade. Não foi o que Ele disse de si próprio? “Eu sou o caminho, a verdade, e a vida”. “Eu vim ao mundo para dar testemunho da verdade”. “A verdade vos libertará”.

Foi dessas palavras, proferidas pelo próprio Deus, que se originou na nossa cultura, conforme assinala Maritain (8), um respeito religioso pela verdade: “toda verdade, mesmo a mais obscura, mesmo a mais perigosa ou a que mais nos contraria, tornou-se sagrada enquanto verdade”.

Ah, a verdade... — Raissa a chama (9) “dama não me nos pobre do que a pobreza, tão cara a São Francisco, e que exige, também ela, se quisermos servi-la, a ciência do dom de si próprio e de tudo o que se tem”. *Magis amica veritas.*

O Pe. Clérissac que tão decisivo papel exerceu na formação dos Maritain, ensinava esta lição essencial: “a inteligência é a base da vida cristã... Deus é, antes de tudo, a Verdade,

(*) Será necessária uma palavra para mostrar como a santidade da inteligência não é alienada da situação dos pobres? Uma palavra de resposta à idéia, meio prestigiada hoje, de que só se pode ser santo pelo serviço dos pobres, e de que o cristianismo consiste, sobretudo, num engajamento com a pobreza? Então, que seja essa palavra a de Gustavo Corção, que nos fala de dois serviços aos pobres, um direto, outro indireto, e nos ensina que também “trabalha socialmente para os pobres aquele que indiretamente traz sua contribuição para o bem comum — todos os professores que ensinarem bem o que sabem; todos os profissionais que cumprirem seu dever de estado, trabalham para todos, e, portanto, para os pobres” (7). Dentre estes, o filósofo, que se encarrega da verdade e cuida de afastar os graves erros que perturbam o pensamento moderno. Quem ignora as consequências práticas, concretíssimas, que decorrem, para a vida de todos, e, portanto, para a vida do pobre, das especulações filosóficas aparentemente tão abstratas e tão distantes? Quem nasceu ontem e conhece o comunismo, e Marx e Hegel, — que ignore o explosivo poder das idéias?

ide a Ele, amai-O sob este aspecto” (10). É que ele pensava, como Santo Agostinho, que a bem-aventurança eterna é a alegria pela verdade — “*gaudium de veritate*”.

Maritain amou acima de tudo a Verdade (*) e é esse seu amor vital que o faz tão superior às confusões que o cercam. Em torno dele, a polêmica permanente, as discordâncias, a espada que o Cristo trouxe, o sinal de contradição. E, da parte dele, uma absoluta superioridade. Como diz Alceu Amoroso Lima, “quando se pensa no mundo de lutas, de intrigas, de mesquinhas que a paixão política desencadeou contra o autor de *Humanismo Integral*, e se vê a figura admiravelmente espiritualizada de Maritain, tão superior a tudo isto, tão alto, tão longe, tão perto da Fonte de toda Beleza, de toda Bondade e de toda Inteligência, fica-se compreendendo melhor o que é a mediocridade dos homens comuns e a grandeza dos verdadeiros grandes homens” (13). Ou, completo eu, a santidade dos verdadeiros grandes santos. Os quais bem sabem que nosso destino não está sendo decidido em torno de nós, nesses acontecimentos exteriores e espetaculares que perturbam a visão do essencial, mas sim no recôndito de cada alma, por uma íntima adesão ou rejeição ao Deus sábio e amoroso.

Ora, um autêntico compromisso com a verdade só pode ser efetivado em clima de profunda humildade espiritual. Porque verdade e humildade andam juntas.

A este respeito, Maritain nos dá o mais belo exemplo den-

(*) A ponto inclusive de escrever, de certa feita, este pensamento ousado: “se houvesse salvação fora da Verdade, eu não desejaria essa salvação porque prefiro a Verdade à minha alegria e à minha liberdade” (11). Acusar-se-á de herética tal afirmação? Não, porque, de fato, que pode haver de mais cristão que o amor à Verdade, a qual nos libertará? “Bem sei, completa Maritain, que só a verdade pode me dar alegria e me libertar”. Acrescente-se que, na hora crítica, quando a fé que descobrira, parecia incompatível com a frágil filosofia que conhecia, Maritain optou pela fé e renunciou à filosofia, segundo nos conta Walcheren (12): “recebe uma bolsa de estudos e parte para Heidelberg, para — ele, que *renunciou à filosofia*, na medida em que é capaz — estudar biologia com Hans Driesch”.

tre os filósofos contemporâneos (*). Simplesmente renuncia à edificação de uma sua filosofia pessoal, de um seu sistema particular de pensamento — fato absolutamente inédito desde Descartes. Integra-se numa tradição. Põe-se atrás de uma longa fila. E diz de si mesmo (14) que é apenas “uma ponta, uma continuação, uma espécie de sujeito chamado Jacques Maritain Caetano de Santo Tomás”. Ao que Gustavo Corção observa que, assim, Maritain “escondia-se na ponta de uma longa genealogia; mas é nessa dependência, nessa filiação, nessa humildade, que reside sua maior grandeza: os reis também têm nomes muito longos”.

Não foi exatamente a humildade do grande filósofo o que mais impressionou o Pe. Berto, ao assistir a aula magna de Maritain na Semana Tomista de 1923? “Esta conferência, afirma o Padre, foi certamente um grande exemplo de tomismo praticado, mas o que nos transmitiu foi admiração por um homem que, tendo a estatura e o estofo de um chefe de escola, tivera a magnânima humildade de sentar-se aos pés do Doutor Comum” (15).

De fato, Maritain tinha estatura e estofo de Chefe de Escola. Mas, ele amava demais a Verdade e era-lhe, por isto, humilde e dócil. Assim, ao invés da vaidade de construir um sistema pessoal de filosofia, aderiu àquele, já edificado, já antigo, que reconhecera, no entanto, verdadeiro.

E rendia graças à Igreja, por isto. “Na peroração de sua conferência, conta-nos ainda o Pe. Berto, Maritain rendeu homenagem à Igreja por sua adesão ao tomismo. Não era, disse ele em substância, não era de um doutor qualquer que tínhamos necessidade no desamparo em que estávamos, era daquele mesmo que a Igreja nos propõe, era de Santo Tomás de Aquino”.

(*) Já nem falo aqui da humildade cotidiana da pessoa de Maritain. Baste a referência à sua humildade filosófica. Da outra, lembre-se apenas o gesto de recusa do cardinalato — e ele seria o primeiro cardeal leigo depois de tanto tempo na história da Igreja — que lhe foi oferecido pelo Papa Paulo VI. Ainda aqui parece-se com seu Mestre. Pois a Tomás de Aquino o cardinalato também foi oferecido; e este o recusara; queria ser apenas um frade dominicano.

O Pe. Berto ainda se recorda, emocionado, da “força com que tais palavras, ditas por um homem tão excepcional, atingiram e impressionaram um seminarista de 22 anos, deixando-o numa espécie de êxtase. Ó beata Roma, que com profusão dispensas essas jóias incomparáveis! Como é verdade que só tu ultrapassas todas as belezas do mundo!”

Maritain, porque amava a Verdade acima de tudo, teve a humildade necessária para aderir à filosofia de Tomás de Aquino. Antes de mais nada, foi nisto, no tipo particular de santidade que viveram, a santidade da inteligência, — que o filósofo francês se identificou com o frade dominicano. Maritain realizaria, no mundo moderno, a mesma santidade do seu mestre medieval; e então a ele também se pode aplicar aquela explicação que sua esposa, Raissa, fizera, um dia, da santidade de Tomás: “é na própria inteligência de Santo Tomás que se operam os milagres da santidade; sua inteligência está toda voltada para Deus, toda entregue à Verdade conhecida ou a descobrir; é por ela que o Santo é elevado do solo; são os trabalhos do filósofo e do teólogo que recebem a aprovação de Deus: Falaste bem sobre Mim, Tomás” (16).

No entanto, ainda por outros títulos, a aproximação entre Maritain e Aquino é inevitável.

Até o nome que Santo Tomás mereceu, “Doutor Angélico”... Não é também Maritain um novo Anjo da Escola? Afrânio Coutinho já via nele uma “fisionomia angélica”: “de longe, avistei sua bela figura que avançava na minha direção; era a mesma fisionomia angélica, a mesma irradiação de bondade e doçura” (17).

Quem souber olhar, há de ver que Maritain parece realmente um Anjo do Senhor. Como se aquele “um outro Alguém”, a que Raissa se refere, como tendo “pré-estabelecido entre nós (entre ela e o seu “maior amigo”) uma soberana harmonia, apesar das grandes diferenças de temperamento e de origem” (18), — houvesse também pré-estabelecido todos os demais passos de Jacques. Houvesse escolhido este homem, um eleito do Senhor, chamado para uma missão particular.

Considerem-se, por exemplo, as singulares condições em que ele exerceu sua atividade intelectual. Sem problemas financeiros, ao contrário do seu padrinho León Bloy: não era rico, mas conseguiu ganhar do seu trabalho de filósofo e de professor, o suficiente para seu sustento. Sem problemas domésticos, e no entanto constituíra família, diferentemente de seu mestre, Tomás, o de Aquino — sem essas preocupações que tanto interferiram na santidade deste outro grande Tomás, o Morus, de Inglaterra: filhos, Maritain não os teve; e os afazeres domésticos ficavam por conta de Vera Oumançoff, a cunhada, a irmã de Raissa, que sempre os acompanhou, a Marta que permitiu a Maritain seu trabalho intelectual e a Raissa, sua vida mística.

E como ele soube, guiado pela mão de Deus, preservar para si o clima necessário ao trabalho do espírito! Um clima de isolamento e, ao mesmo tempo e paradoxalmente, um clima de companheirismo intelectual. Afrânio Coutinho testemunha que Maritain achava que “ao intelectual, ao filósofo, cumpre esforçar-se por criar para si próprio uma situação de isolamento, de solidão, a única realmente fecunda para o seu trabalho”. E que “obras coletivas, agremiações, associações, são prejudiciais, dispersivas e trazem a confusão ao espírito e aborrecimento. Quem quiser fazer um trabalho individual, tem de isolar-se” (19).

Essa convicção, todavia, nunca impediu Maritain de se proporcionar uma saudável convivência com os amigos de idéias. Enquanto residia nos Estados Unidos, por exemplo, viajava todos os anos à França onde se reunia, na Alsácia, com uns poucos tomistas, “os mais estritamente reunidos em pensamento — Charles Jounet, Pe. Phillip, Olivier Lacombe, Pe. Labourdette e alguns outros, mas só os que estão realmente na nossa linha de pensamento rigorosamente tomista, para durante alguns dias discutirmos nossos trabalhos e nossos problemas. Ali não vai nenhum estranho” (20).

Haverá melhor sinal de que a Providência divina cercara Maritain de uma atenção particular, como a um Eleito, do que essa contradição que surpreende na vida de Maritain, ao mesmo tempo tão participante de todos os problemas de seu tempo

e tão livre em face desses mesmos problemas, tão superior às confusões do século? Baste o exemplo de dois episódios significativos: o da "Action Française" e o de "Esprit", publicações em que Maritain colaborou. Na verdade, nunca se confundiu com qualquer desses movimentos (*). Ao contrário, sempre se conservou absolutamente livre, tão acima das humanas paixões em que vivemos mergulhados e perdidos, Deus parecendo tê-lo especialmente preservado para Si.

Sim, Maritain parece pairar muito acima de nossas tentações e de nossas tribulações. É um ser angélico.

Como difere de um Agostinho, tão humano! A cujo respeito bem podemos dizer que o Bispo de Hipona, este é um dos nossos: também perdeu-se no pecado, três vezes caiu, três vezes soergueu-se.

Já Maritain não parece "um dos nossos". Sua grandeza é doutra espécie.

Então eles se completam — dum lado, Agostinho, e do outro, Tomás e Maritain.

A lição de Agostinho é a de que o homem pecador está, apesar do pecado, sempre aberto à graça, à misericórdia de Deus, à salvação. É a certeza de que, no fundo do pecado, o ho-

(*) Quanto ao jornal de Maurras, Maritain nele colaborou sem ser dos principais do movimento e realizando sua obra pessoal, que era filosófica e não política. Resultado: quando o Papa falou, pôde ser-lhe obediente e fiel e dar um magnífico exemplo aos católicos. Enquanto Maurras e Daudet publicavam o seu "Non possumus", Maritain, além de colaborar nas edições coletivas "Pourquoi Rome a parlé" e "Clairvoyance de Rome", preparava sua resposta pessoal, cujo título bem pode ser o símbolo de toda sua obra: "Primauté du spirituel". É nesse exemplo de fidelidade a Roma que Dom Florent Miège vê o segredo da participação de Maritain no movimento maurrasiano: "Deus tira partido mesmo das gafes daqueles que o amam". Na hora decisiva, o testemunho de Maritain há de ter contribuído para esclarecer as almas de boa vontade (21).

Quanto à revista de Mounier, de que se diz que Maritain foi um dos inspiradores, a independência deste não poderia ser mais evidenciada do que pelo depoimento do próprio delegado geral de "Esprit" no mês seguinte à fundação da revista — o qual já afirmava a "independência recíproca total de Maritain e do movimento *Esprit*" (22).

mem ainda pode se redimir — certeza para a qual sua vida representa poderosa garantia: depois de tanto pecado, pecado do espírito e pecado do corpo, Agostinho não conseguiu ainda santificar-se?

Mas, a lição de Maritain é outra. A vida de Santo Tomás e a de Maritain representam para nós uma visão breve do paraíso, uma amostragem rápida das belezas do céu. Eles estão entre nós, mas se vê claramente neles, que não são daqui; que pertencem a outro lugar, de Belezas maiores, e aqui estão apenas de passagem. E nessa passagem, nos deixam uma pálida idéia do que é o Paraíso, que eles nos trazem e que existe no interior de suas almas. Da felicidade, da doçura, da paz, da bondade, da tranquilidade que lá abundam. E deixam em nós o desejo nostálgico de participar desse mundo de venturas. Deixam-nos olhando para o Alto, para a nuvem em que eles se perdem. E assim ficaríamos, absortos, olhando para o Alto, se não viesse, também a nós, um outro anjo a nos recordar a missão que eles deixaram sobre a terra, inacabada, e que é preciso agora retomar.

Retomar agora animados de um ânimo novo: animados pelo seu espírito, pela grandeza desse Tomás e desse Jacques que, com sete séculos de diferença, estão, todavia, tão juntos um do outro, na doutrina e na santidade.

Juntos também na oração com que um e outro coroaram suas vidas intelectuais. "Todas as vezes que Santo Tomás desejava estudar, discutir, ensinar, escrever ou ditar, é seu secretário e biógrafo quem escreve, o frei Reginald, — ele recorria primeiramente ao segredo da oração, chorando diante de Deus para encontrar na verdade os segredos divinos, e, pelo efeito desta prece, que era a oração na incerteza, terminava instruído" (23).

A vida de Maritain não é, também, toda alternada entre o trabalho intelectual e a oração? Quando começou a associar na sua casa, para estudarem juntos, aqueles que se sentiam atraí-

dos pela luz tomista, não ficaram só estudando (*); Raissa logo propôs a todos “o voto de oração, para determinar bem a necessidade da vida espiritual para aqueles que desejam servir a Deus pelo trabalho intelectual” (24). A este grupo de amigos é que se dirigiu primeiramente o opúsculo que depois publicariam e que escreveram juntos, Raissa e Jacques, a pedido do Padre Garrigou-Lagrange — este “pequeno diretório espiritual”, o “De la vie d’oraison”. Como coroamento desse espírito de oração, viria a seguir a inauguração de uma capela no seu lar, já agora transferido de Versalhes para Meudon, e a instalação do Santíssimo Sacramento. Não é, na verdade, esta capela íntima o centro vital dos Círculos Tomistas que se organizavam em torno deles? Em 8 de junho de 1923 celebra-se a primeira missa e Raissa transborda de contentamento no seu “Diário”: “Deus é muito bom. Tenho um pequeno escritório que dá para a capela. Eis uma casa onde posso viver como eremita. Todos os meus sonhos são excedidos”. “Logo a capela era classificada como ‘semi-pública’ por causa dos Círculos Tomistas e de todo o trabalho com as pessoas de fora às quais a casa era destinada” (25).

E o projeto que os Maritain conceberam, e nunca realizaram, de uma *companhia tomista* (inspirada na Companhia de Jesus?), não tinha na oração sua espinha dorsal? Tratava-se de um projeto amplo — “como base, vida de oração e formação tomista; depois, especialização em todas as ciências, em vista do apostolado intelectual” — e nele a oração exerceria um papel nuclear, “para que ninguém tenha a tentação de se desviar de Deus pelo trabalho científico, mas pelo contrário, permaneça sempre vivo em cada um o desejo de servir a Deus e às almas pelo apostolado intelectual” (26).

Assim viviam os Maritain, trabalhando e orando, com a capela dentro de casa, e o Santíssimo, — e de sua oração mais eloquente testemunho não pode haver que o dado por um pro-

(*) E antes, Maritain já havia criado dificuldades para si próprio por causa do seu zelo para com a oração. É que fazia questão, desde o início de sua carreira de professor, de recitar uma Ave-Maria ao começar cada aula. E lecionava então num estabelecimento católico...

testante, Banhofer, depois de participar de um dos retiros anuais dos Círculos Tomistas: “somente aqui, em Meudon, nesses dias de retiro, aprendi a verdadeira oração” (27).

Assim viveram até que, em 1939, ausentes os Maritain, o amigo fiel, Olivier Lacombe, por causa da guerra, mandou retirar o Santíssimo da capela e praticamente pôs um ponto final em anos tão abençoados. Depois, viria a guerra, o exílio, a Embaixada no Vaticano, Princeton, a Universidade americana. Mas aqueles haviam sido anos abençoados.

Anos de conversões. E tantas! E quantas! Raissa falava, pensando em Bergson, em Bloy, em Péguy e Claudel, — de que “nunca houve em um povo um renascimento de espiritualidade mais belo do que nessa França” de então, “nem um tão profundo esforço de cristandade, como nesta França anticlerical e dilacerada” (28). Mas um renascimento de espiritualidade ainda mais belo viria em seguida, em torno dos Maritain, a partir do fogo novo que crepitava em Meudon.

O primeiro de todos os convertidos foi um amigo querido — Ernest Psichari, que, aliás, por primeiro o retratou no seu romance autobiográfico, dizendo que a vida de Maritain era uma “bela vida curvada sobre a meditação e consumida em pureza”. “Aquele sábio tudo pesara, tivera tudo em suas mãos pequenas e, depois, tendo tudo disposto segundo a razão justa e o equilíbrio perfeito, penetrara como dono e sem medo de errar, nas regiões mais altas do espírito” (29).

Mas, quantos viriam depois! Henri Massis, que “era o primeiro estranho que vinha a Jacques” (30), e que descreve o cuidado desajeitado de Maritain pelas almas: “ele olhava para nós, escreve a propósito de sua própria conversão, como se reza, e sentíamos indizíveis laços armados em torno de nós, urdidos apenas com os fios do amor” (31). E Pierre Villaud. E Jean Cocteau. E Maurice Sachs. E Jean Bourgoit. E André Grange. E Paul Sabon. E Alexandre Grunelius (32).

E as conversões dolorosas, aquelas mais desejadas, as mais difíceis porque as mais próximas. A conversão do pai de Rais-

sa, à beira da morte, no meio de tanta apreensão, de tanta preocupação em não ferir a esposa que participara de sua vida mas não participara simultaneamente de sua evolução espiritual. E a conversão, lenta, delicada, da mãe de Raissa, Elisabeth-Marie, ajudada do Alto pelas orações do marido: “rezarei por ti para que venhas ter comigo”.

Diante de tudo isto, como não dizer de Maritain aquilo mesmo que lhe disse, certa vez, um vigário: “você é o missionário do Espírito Santo” (33)? Pois, não é tudo, em Maritain, a vida e a obra, um foco de irradiação de inteligência e de cristianismo, um instrumento de salvação?

Nas conversões e no cuidado das almas é que Maritain sempre identificou o principal de sua vida. Tanto que disse, por exemplo, a propósito de Emily Coleman, que tudo abandonou pelo amor de Deus e para ingressar na Igreja, — que sua história, “Raissa e eu pensávamos ser suficiente para justificar tudo quanto tivemos de sofrer pelas estradas da vida, a fim de que um dia se desse o encontro, em Nova York, desta americana arrancada do Arizona com aquela russa e aquele francês tirados de Meudon” (34). Seus sofrimentos, assim, Maritain não os queria resgatados pela inteligência e profundidade dos seus livros; mas, antes, pela conversão de uma alma, pelo bem que sua vida pôde proporcionar aos outros. Mesmo porque a inteligência e a profundidade dos livros outro objetivo não tinham nunca senão este, o de servir para a salvação espiritual e o de cantar a glória de Deus.

Ah, por causa de um livro de Maritain, quantos não choraram de fato, à semelhança de Gustavo Corção?

Sim, Corção chorou; e Maritain espanta-se, nesta derradeira entrevista, ao saber disso, que “houve alguém que chorasse por causa da conferência” que fez na Academia Brasileira de Letras, no Rio, vindo de Buenos Aires, sobre psicanálise. Corção ligou o rádio, sentiu o impulso de fugir, acabou fechando as janelas e as portas, ouvindo a voz daquele que já estava exercendo importante papel na sua conversão. “E o fato verídico, ridículo, insignificante, banal, inenarrável, é que houve

naquela tarde, um indivíduo que se encostou em uma janela fechada (com medo de um ladrão) e sentia, fora de qualquer dúvida, de um modo bizarro e novo, que aquela voz falava para ele como num sonho” (35). E que, “para espanto de Freud, se o soubesse, para pasmo de Maritain, se o adivinhasse, chorou a propósito da psicanálise”.

A propósito da psicanálise? Não. A propósito do Cristo que é Quem está por trás da obra de Maritain, de sua vida, de cada um de seus gestos. “Dieu, premier servi”.

Quantos não terão sido os que receberam a mensagem de Maritain através dos seus livros?

Mas houve também os que tiveram a graça de recebê-la de viva voz. E, nesses, o convívio pessoal não traíu o encanto da obra. Alceu Amoroso Lima, um dos que tiveram a ventura de participar do convívio de Maritain, o maior amigo do filósofo no Brasil, presta este testemunho: “com Maritain, a exceção vence a regra de que mais vale conhecer os grandes de longe que de perto”; “sua presença, longe de ser uma decepção, foi para mim uma transfiguração”; é a presença de “uma das mais perfeitas expressões da sabedoria eterna e contemporânea” (36). De sua convivência com Maritain, Afrânio Coutinho diz ter-se espantado de encontrar em sua casa “de tudo”: “católicos, protestantes, judeus, incrédulos, agnósticos”. E de ter ouvido, um dia, do filósofo, tão boas referências a um pensador protestante, Denis de Rougemont, que o faz observar: “quem o escutasse, se não soubesse, poderia pensar que não havia a menor divergência de ordem intelectual entre os dois, tal a simpatia, o calor, com que se referia à sua retidão de caráter” (37). Exemplo da tolerância e da largueza de espírito de Maritain.

“Le coeur doux”?

Sim, sem dúvida — mas “l’esprit dur”.

Maritain nunca cedeu, nunca fez concessões. Nunca se deixou seduzir pelo ideal do “espírito frouxo”, da neutralidade; nunca o atraiu a preocupação de ver em tudo “aspectos positi-

vos”, ou, nesta linguagem sumamente moderna e sumamente estúpida, “aspectos válidos”. Sempre denunciou como negativo, errôneo e pernicioso, sempre condenou e combateu com veemência aquilo em que os aspectos negativos predominavam, aquilo que lhe parecia fundamentalmente ou substancialmente negativo. Nunca admitiu que a inteligência se sujeitasse a um jogo de acomodações, a pretexto do que quer que fosse, ecumenismo, diálogo, sei lá. Porque o essencial é sempre a Verdade. Não, ele jamais trairia...

O que ele fez, por isto, foi viver a cada passo de sua carreira, este pensamento nuclear: o de que a aproximação entre os homens, entre os crentes de diversas famílias religiosas, especialmente, “não poderá evidentemente ser obtida à custa de um afrouxamento da fidelidade, ou de uma falta à integridade dogmática ou de uma diminuição do que é devido à verdade” (38)

Ninguém pense que a santidade exige um espírito mole, transigente, ou um espírito neutro, que dê razão a todo mundo. Pelo contrário, bem ela se harmoniza é com um espírito rigoroso, amante da verdade, e, portanto, da crítica inflexível das idéias. Maritain pertence a esta família dos que têm fome e sede da verdade. A esta família dos inconformados — ninguém menos conformista do que esse discípulo de Léon Bloy (39). É nesta linha que se deve entender sua ironia — que ameniza o rigor da exposição e põe a nu, mais visivelmente, os equívocos das posições que combate (*).

Ora, quem bem compreender o que significa este espírito duro, a paixão pela verdade, logo compreenderá como é corolário dele — e outro aspecto da santidade da inteligência — um espírito verdadeiramente *católico*, em sentido adjetivo, universal. Ou seja, a preocupação de incorporar à filosofia perene todas as verdades dispersas, onde quer que se hajam originado,

(*) Uma ironia às vezes até impiedosa, como a que Maritain dirige por exemplo a Bertrand Russell, dizendo que “sempre se encontrarão filósofos muito inteligentes (sem falar no sr. Bertrand Russell) para defender coisas insensatas” (40).

onde quer que se encontrem. Se bem se ama a verdade, amam-se todas as verdades, ainda que estejam no meio de erros, desfiguradas pelo lixo circundante. Isto que Santo Tomás fez relativamente às verdades descobertas antes dele, isto também Maritain vai fazer relativamente às que só se descobriram depois do Aquinata. É a mesma preocupação de integrar. De “buscar mais as concordâncias que as oposições, os fragmentos de verdade mais que as privações e os desvios, salvar e assumir mais do que destruir, edificar mais do que dispersar” (41).

Tudo isto — o amor da verdade, o amor de todas as verdades — não é recente em Maritain, fruto da sabedoria inata da velhice ou resultado de uma conversão qualquer. Veio de longa data, estava inscrito no íntimo de seu ser, desde sempre.

Já se disse de Maritain que, antes de ser cristão, ele era filósofo. No entanto, o que penso é que, antes mesmo de ser cristão, ele já o era. Pois, não é profundamente cristã aquela procura angustiada da Verdade, expressa num tenso capítulo, o “No Jardin des Plantes”, das “Grandes Amizades”? Não é ela basicamente uma procura do Absoluto? E no seu efeito, quem consegue, sem se emocionar, acompanhar esse passeio no qual se expande toda a inquietação metafísica que Raissa e Jacques viveram? Seu tema é o da angústia e da perplexidade de um coração no meio do mundo. A angústia de constatar que só parecem possuir uma pseudo-inteligência, capaz de tudo, menos da verdade. A perplexidade de sentir a vida não como dolorosa, o que ainda seria aceitável, mas como absurda. Tudo isto não é cristão?

Como, também, a necessidade de explicações — “mesmo que não houvesse no mundo senão um só coração que padecesse certos sofrimentos, um só corpo que conhecesse a agonia da morte, isto exigiria uma satisfação”. Também a formulação das perguntas essenciais: “qual a medida de todas as coisas?” “ser é um acidente, um benefício ou uma desgraça?” “se temos de renunciar a achar um sentido qualquer para a palavra verdade, para a distinção entre o bem e o mal, entre o justo e o injusto, não é mais possível viver humanamente”. Neste contexto, aca-

ba sendo cristã até mesmo a idéia do suicídio, única solução teórica que encontraram: “se essa experiência (entregar-se ao desconhecido) não desse certo, a solução seria o suicídio — o suicídio antes que se tivesse acumulado a poeira dos anos, antes que nossas forças frescas ficassem gastas. Queríamos morrer por um ato livre de recusa, já que era impossível viver conforme a verdade” (42).

Mas, a experiência deu certo. Entregar-se ao desconhecido não é entregar-se nas mãos de Deus, o Deus desconhecido que os gregos adoravam e que São Paulo cristianizou? O que os salvou então foi o sofrimento, este condicional que permanecia na alma, abrindo uma esperança pequenina, uma estreita janela para o caminho da luz, pela qual a misericórdia de Deus se pôde fazer presente — levando-os aos três encontros decisivos: Bergson, que lhes renovou as esperanças filosóficas; Bloy, que lhes mostrou, por caminhos propriamente religiosos, Deus e a Igreja; e o Pe. Clérissac, que harmonizou as duas coisas, a filosofia e a religião, revelando-lhes Santo Tomás.

Antes desses encontros, como não sofreram os Maritain à procura do Absoluto! Como não viveram a palavra dolorosa de Santo Agostinho — “meu Deus, meu Deus, vós fizestes meu coração e ele ficará inquieto até que repouse em Vós!”

Não é este, em suma, o segredo profundo da vida intelectual de Maritain? O saber que ela, essa vida intelectual, não se basta a si mesma, não se justifica por si só, como um fim absoluto? É a lição que Maritain nos dá, a de que “se a especulação é boa por si mesma e é um fim em si, como a arte, nem uma nem outra é o fim último para aquele que pensa ou que cria; ele deve reportá-las ao Princípio mesmo ao qual estão suspensos o céu e a natureza inteira e que se chama Amor e Caridade” (43).

Toda a obra de Maritain está voltada para Deus, efetivamente. Em quaisquer dos seus aspectos. Seja quanto ao núcleo central, que é o amor pela Verdade: porque destruir a inteligência e a razão e a verdade natural é destruir ao mesmo tempo os fundamentos da fé, não podendo assim uma “filosofia que

blasfeme contra a inteligência ser, nunca, católica” (44). Seja quanto ao conteúdo — na medida em que o pensamento de Maritain tem por objeto Deus e a Igreja. Seja quanto à origem e inspiração: o olhar impregnado de tanta compreensão, de tanta simpatia, de tanta lucidez que Maritain lançou sobre os homens e a civilização, não é verdade que “somente o amor divino é capaz de infundir no coração de uma criatura” (45)? Seja, por fim, quanto ao método da obra, quanto aos caminhos percorridos: não foram sempre caminhos de uma perfeita fidelidade à Igreja?

Ah, mas aqui, na fidelidade à Igreja, pisamos o difícil problema das relações entre a filosofia e a religião e tocamos justamente a cruz de Maritain. É que o heroísmo próprio de Maritain e, de resto, do filósofo católico em geral, o heroísmo indispensável a toda santidade, estaria justamente nesse martírio de se pretender ser, ao mesmo tempo, ótimo filósofo e ótimo católico.

Bertrand Russell submeteu também Santo Tomás a essa injúria, martirizando-o, ao dizer que nele “o apelo à razão é, em certo sentido, insincero, já que a conclusão a que se há de chegar está fixada de antemão” (46). O comportamento do católico em filosofia é, para Russell, o pior possível: “é improvável que ele abandone certas crenças, mesmo que se convença de que os argumentos de São Tomás são maus; inventará outros argumentos ou procurará refugiar-se na revelação”. E conclui: “há muito pouco do verdadeiro espírito filosófico em Aquino. Não se dispõe ele a seguir, como o Sócrates platônico, para onde quer que seu argumento o possa levar. Não está empenhado numa pesquisa cujo resultado não possa ser conhecido de antemão. Antes de começar a filosofar, ele já conhece a verdade; ela está declarada na fé católica. Se, aparentemente, consegue encontrar argumentos racionais para algumas partes da fé, tanto melhor; se não, basta-lhe voltar de novo à revelação. Ora, a descoberta de argumentos para uma conclusão dada de antemão, não é filosofia, mas uma alegação especial”.

É o mesmo tipo de injúria que se levantará contra Maritain. A injúria de lhe negar até mesmo a única condição que

sempre reivindicou para si, o único título: “sou apenas um filósofo”...

Ora, observe-se logo que essa pretensa contradição entre a filosofia e a fé é denunciada pelos que negam a verdade num dos lados do problema: seja por não admitirem que possa haver uma verdade em filosofia, seja por negarem que possa haver uma fé verdadeira, que a crença católica seja a verdadeira religião. Então, também esses negadores trairiam o “espírito filosófico” porque já têm, de antemão, uma resposta prévia e padecem, assim, do mesmo vício de que acusam São Tomás e Maritain. É que é sempre um mau recurso esse, o das alegações genéricas. O bom filósofo pede razões, uma por uma, e, uma a uma, discute, examina a procedência, pondera.

Depois, observe-se ainda que o próprio Tomás e o próprio Maritain repudiam, o mais veementemente possível, esse comportamento. “O argumento de autoridade é o mais fraco de todos”, dizia Tomás. E ambos sustentam que a filosofia só pode encontrar suas razões em si mesma; mesmo porque se uma filosofia não tirasse sua validade de suas próprias razões, simplesmente não a tiraria de lugar nenhum.

Então? Como explicar que a Igreja tenha adotado uma filosofia e a recomende como sua, como sua doutrina comum?

Maritain, que tratou do assunto sistematicamente em pelo menos dois de seus livros (não era a sua cruz?) — o “*De la philosophie chrétienne*” e “*Le Docteur Angélique*” — propõe uma distinção que pode resolver o problema: a que se há de fazer entre a ciência propriamente dita e a “*via ad scientiam*”, o aprendizado. Assim, o apoio da crença e da revelação ou do magistério oficial da Igreja não podem, como é óbvio, constituir uma demonstração intrínseca da validade de uma filosofia, mas são “argumentos e garantias extrínsecos, sinais que determinam a inteligência do crente a uma confiança bem fundada”. Ora, dentre “os sinais exteriores aptos a produzir a opinião verdadeira e que podem dispor um espírito de boa fé a dar crédito a uma doutrina, depois a examiná-la, a estudá-la com respeito e confiança, digamos até com esta alegria produzida

pela esperança razoável de encontrar nela a verdade”, — o apoio do magistério oficial da Igreja é, dentre todos esses sinais, o mais persuasivo e o mais notável (47). Assim, se “no domínio próprio da ciência, o argumento de autoridade é o mais fraco de todos, no domínio da aprendizagem, na ordem de preparação para a ciência, da *via ad scientiam*, em que precisamente o espírito, sustentado por sinais e argumentos extrínsecos, se vai habituando, pouco a pouco, a avançar por si próprio, com passo de evidência, — a autoridade de um mestre tem um papel preponderante”.

Êsse, o significado da adoção, pela Igreja, do pensamento de Tomás de Aquino, que ela recomenda a todos os estudantes e filósofos católicos. Então, Maritain pode ser as duas coisas ao mesmo tempo, católico e filósofo, e enfrentar as injúrias do mundo. Pode viver o seu martírio e praticar a santidade da inteligência, que é sua vocação.

O que seja, em resumo, essa santidade da inteligência, quem nos diz é o próprio Maritain, falando da santidade de Tomás de Aquino: “não somente sua filosofia mantém, melhor que qualquer outra, os direitos e a nobreza da inteligência, afirmando sua primazia de natureza sobre a vontade, reunindo sob sua luz toda a diversidade hierarquizada do ser, identificando-a lá onde ela se encontra em ato puro, com a natureza infinitamente santa de Deus vivo; e na ordem prática, nos lembrando sem cessar que a vida do homem e toda a vida cristã tem na base a inteligência, — mas ainda, a santidade mesma de Tomás de Aquino, sua caridade, seu sacrifício de louvor, sua consumação em Jesus, tudo se completa e brilha nele na perfeição do espírito, nesta vida da inteligência que Aristóteles declarava melhor que a vida humana. São Tomás é, num sentido eminente, o puro intelectual, porque a própria inteligência é o seu meio por excelência de servir e amar a Deus, porque a própria inteligência é sua hóstia de adoração” (48).

Nisto tudo vejo a santidade da inteligência de Maritain.

No seu amor à verdade. No fazer da inteligência seu instrumento de serviço e de amor a Deus. Na oração a que sempre

recorreu e em que sempre se refugiou. Na fidelidade à Igreja. No martírio das injúrias. Na retidão da doutrina, cuja natureza evidentemente condiciona a santidade (*). Nos frutos pelos quais conheceremos a obra, os frutos das conversões. Na angélica superioridade diante das contingências e das paixões do mundo. Nas amizades, na “arte maravilhosa do acolhimento” (49) que ele praticou. No espírito de infância perene. Na santidade do lar cristão, no carinho amoroso por Raissa, essa Raissa tão amada que, quando lhe faltou, o deixou completamente arrasado para a vida temporal, só voltado agora para o céu.

(*) Ninguém faça a injúria de imaginar que pretendamos, os tomistas de todos os níveis, buscar na santidade de Maritain um argumento exterior em favor do tomismo. Numa palavra, isto seria uma injúria — uma injúria ao tomismo, que não precisa desse recurso, uma injúria aos seus discípulos, uma injúria à inteligência, uma injúria ao próprio Maritain. Nenhum de seus discípulos pretenderá que se deva seguir a Maritain, adotar suas idéias, aderir a suas posições, porque se trata das idéias e posições de um santo. São coisas diferentes (e no entanto de algum modo entrelaçadas: é fácil ver que não pode ser declarado santo pela Igreja o autor de certas filosofias negadoras de verdades ou valores essenciais que a Igreja proclama e defende, ainda que nessas negações se deva identificar uma implícita procura, às cegas, desses mesmos valores e verdades; e ainda que, no momento decisivo de suas vidas, tenham tais autores, num gesto de despojamento e redenção, glorificado ao Senhor no íntimo de suas almas) — são coisas diferentes a verdade de uma doutrina e a santidade da vida de um pensador.

Ou não tivemos, em pleno século XIII, a defender idéias opostas ao menos parcialmente, dois filósofos — um, de Aquino, dominicano, o frei Tomás, o outro, cardeal de Albano, franciscano, o frade Boaventura — que a Igreja depois haveria de igualmente canonizar, intitulado este de “Doutor seráfico” e aquele de seu “Doutor comum”? E não são igualmente santos este Tomás da Escolástica e aquele Agostinho da Patrística, os dois maiores doutores da Igreja, mas nem por isto formuladores ou adeptos de filosofias idênticas ou sequer coincidentes?

Em relação a essa diferença entre a santidade do autor e a verdade da obra, há dois erros graves a evitar; este primeiro, de pretender deduzir, por argumento de autoridade, da santidade pessoal do autor, a verdade da obra; e também um segundo, o de formular, por conta de eventuais discordâncias à obra, reservas à santidade da pessoa. Neste último equívoco unem-se alguns membros de posições postas dentro da Igreja e que, por razões diferentes, fazem reservas à obra de Maritain — uns progressistas que a vêem, sobretudo nos livros mais recentes, como uma defensora das posições antigas, e uns integristas que a vêem como responsável pelo “aggiornamento” e pelas confusões em que se debate hoje a Igreja de Cristo — unem-se esses todos para deduzir, dessas censuras à obra, reservas à pessoa de Maritain e temer assim uma declaração oficial de sua santidade. Mas nenhuma declaração de santidade é manobra política; e devem-se distinguir a pessoa e a obra. Apesar de já ter passado a Escolástica, sempre se exigirá da inteligência a sutileza de proceder às distinções necessárias...

Pois que lhe restava, agora, que Raissa se foi? Recolher-se a um convento — primeiro como professor leigo, depois fazendo seu noviciado e professorado aos 89 anos; tornar-se irmãozinho de Foucauld; decidir-se a publicar o Diário de Raissa — “estas páginas estão em condição de ajudar e esclarecer muitas almas” (50); e, por fim, voltar-se só para o céu, o céu onde estão os seus, Vera, Bloy, Raissa, onde sobretudo está Deus.

É o que ele nos diz, neste derradeiro depoimento que, penso, por si só o santificaria, não bastasse toda a vida passada, passada em santidade.

“Não entrei nos irmãozinhos para agir, mas, sim, para me preparar para a morte” (51).

Ser irmãozinho de Foucauld era para mim “uma plenitude. Era o coroamento de uma vida que só teve uma finalidade, uma aspiração, um sentido — Deus, não o Deus dos filósofos, mas o Deus amor, dos cristãos, dos místicos”.

E quem assim fala, note-se, é o filósofo por excelência...

Mas agora ele não se reconhece mais um filósofo: “mais do que nunca sou o que sempre quis ser — um contemplativo”. “Tenho grande sede de silêncio”.

E de que se ocupa então este contemplativo, este Anjo do Senhor? Do céu, evidentemente, da transcendência de Deus. “Por favor, os cristãos não se esqueçam da transcendência de Deus — eis o assunto que hoje me empolga. Que os cristãos, na luta legítima e necessária pela justiça, não se esqueçam da especificidade de sua vocação, que é uma vocação de transcendência”. “O que me preocupa e interessa é a vida eterna. O céu. Estudo o céu. Leio tudo que São Tomás nos ensinou sobre o céu. Não há nada que me interesse hoje como isto, o céu. Como é o céu?”

Nada obstante, continua curioso e inquieto o velho filósofo...

“A terra, já conheço; resta-me conhecer o céu”. “A vida eterna é onde não existe mais a ferida da morte. O céu é a luz inacessível. É a liberdade. É a plenitude. É a visão face-a-face. Mundo em que não há obstáculo nenhum ao Amor. Em que tudo é só Amor”.

E continua com as mesmas magníficas crenças, que a proximidade da morte só faz robustecer: “creio na fecundidade da oração. Creio na primazia da contemplação. Creio no valor do sacrifício. Creio na vida sobrenatural”. “Cristianismo é humildade, silêncio, solidão, oração”. “Tenho a virtude teologal da Esperança. Espero. Creio na Providência. Creio na misericórdia. Creio no Amor infinito. Creio nas reservas do homem visitado pela Graça. Creio no trabalho do Espírito Santo”.

Quanto ao mundo, ele permanece o mesmo homem impressionado com a onda de desespero que parece elevar-se de todos os recantos da terra e, simultaneamente, paradoxalmente, otimista. Sabe das crises da Igreja mas não se assusta: “vamos para a frente; a história da Igreja é uma crise contínua”. Sabe das perplexidades das cúpulas religiosas mas sabe também que “quem renova são as bases” e assinala “quantos movimentos de extraordinária renovação se processam, hoje, na Igreja” — o dos irmãozinhos de Foucauld, por exemplo: não é paradoxal que, neste “século do nada”, surja na Igreja uma nova ordem religiosa? Inquieta-se com os rumos do pensamento (“Hegel está dando as cartas na mesa da filosofia”) mas sabe que o tomismo voltará — não se fundou agora uma Faculdade São Tomás de Aquino na Califórnia? “São Tomás no Pacífico, imagine! Em plena Califórnia dos *hippies*...”

Sabe, sobretudo, e é esta sua lição final, que “tudo começará outra vez”. “É bem possível que um rapaz neste minuto em que conversamos, no silêncio desta tarde de domingo, esteja descobrindo o Evangelho pela primeira vez. Ou a Suma Teológica. Ou os poemas de um São João da Cruz”.

Tudo começará outra vez... “Quem sabe se um chinês, perdido no interior de uma província, não está, a esta hora em

que tão despreocupadamente conversamos no Languedoc, descobrindo a mensagem de Jesus Cristo em pleno maoísmo...”

Tudo começará outra vez...

Mas para nós outros, que não temos sua fibra de santo, que somos fracos, o que nos resta é o abandono de sua ausência, é a falta desse guia.

Agora, que ele se foi, quem nos esclarecerá? Quem o continuará? Quem continuará a mesma vida? a mesma obra? a mesma oração?

Veremos ainda outra primavera espiritual tão maravilhosa quanto esta? Assistiremos a outro renascimento do tomismo e do espírito?

Acontecerá com Maritain o mesmo que com o Padre Charles de Foucauld, que morreu, assassinado, no deserto do Saara, em 1916, sem ter conseguido um só discípulo em vida, coitado? “Que imenso malogro. E, de repente, depois de morto, os discípulos chegaram, às dezenas, às centenas”. Chegarão assim também, às dezenas, agora, depois de morto, os discípulos deste extraordinário contemplativo que morreu só?

No fim da entrevista, Maritain pediu ao repórter que fosse discreto, lembrando sua idade e sua condição de religioso contemplativo; e pediu que rezasse o repórter, rezássemos nós, por ele.

Mas, na verdade, somos nós que precisamos, agora, das orações deste mestre querido, que sem dúvida está no céu e a quem já veneramos como a um santo. Que viveu à perfeição o pensamento definitivo de Léon Bloy — “não há senão uma tristeza, é a de não se ser santo”. Que soube se manter tão acima de nossos problemas e nossas confusões, porque soube ser fiel à missão que reconheceu em si e que realizou integralmente — “vae mihi si non thomistizavero”. Sem dúvida, nós é que precisamos das orações deste santo do século XX, santo da inteligência.

Quantos não nos sentimos órfãos e sós nesse 28 de abril de 1973 em que ele se foi...

NOTAS

- 1) Concedida a Antônio Carlos Vilaça e publicada no *Jornal do Brasil* de 11 de novembro de 1972.
- 2) Mesma entrevista.
- 3) Referido por Pierre van der Meer de Walcheren, *Encontros*, Agir, 1964, p. 73.
- 4) Afrânio Coutinho, *Testemunho*, in "A Ordem", maio/junho de 1946, p. 85 (volume de homenagem a Maritain).
- 5) Citado por Alceu Amoroso Lima, *A filosofia sintética de Maritain*, in "A Ordem", maio/junho de 1946, p. 33.
- 6) Antônio Carlos Vilaça, *Lembrança de Maritain*, in *Jornal do Brasil* de 5 maio de 1973.
- 7) Gustavo Corção, *O Século do Nada*, Distribuidora Record, p. 102.
- 8) Jacques Maritain, *De la Philosophie Chrétienne*, Atlântica Editora, Rio, 1945, p. 65.
- 9) Raissa Maritain, *As Grandes Amizades*, Agir, 1947, p. 324.
- 10) *Ibid.*, p. 166.
- 11) Jacques Maritain, *Princípios de uma Política Humanista*, Agir, 1946, p. 150.
- 12) Walcheren, *op. cit.*, p. 117.
- 13) Alceu Amoroso Lima, *Visita a Maritain*, in "A Ordem", setembro/outubro de 1951, p. 60.
- 14) Citado por Gustavo Corção, *Jacques e Raissa Maritain*, in "A Ordem", maio/junho de 1946, p. 148.
- 15) Citado por Gustavo Corção, *O Século do Nada*, Distribuidora Record, p. 59.
- 16) Raissa Maritain, *op. cit.*, p. 174.
- 17) Afrânio Coutinho, *op. cit.*, p. 85.
- 18) Raissa Maritain, *op. cit.*, p. 40.
- 19) Citado por Afrânio Coutinho, *op. cit.*, p. 93.
- 20) Citado por Alceu Amoroso Lima, *Visita a Maritain*, in "A Ordem", setembro/outubro de 1951, p. 62.

- 21) Citado por Raissa Maritain, *op. cit.*, p. 291.
- 22) Henry Bars, *Maritain en notre temps*, Editions Bernard Grasset, 1959, p. 380.
- 23) Jacques Maritain, *Le Docteur Angélique*, Atlântica Editora, Rio, 1945, p. 45.
- 24) Jacques Maritain, *Diário de Raissa*, Agir, 1966, p. 102.
- 25) *Ibid.*, p. 114.
- 26) *Ibid.*, p. 125.
- 27) *Ibid.*, p. 149.
- 28) Raissa Maritain, *op. cit.*, p. 152.
- 29) Ernest Psichari, *Le Voyage du Centurion*, Louis Conard Éditeur, Paris, 1922, pp. 31 e 32.
- 30) Raissa Maritain, *op. cit.*, p. 276.
- 31) *Ibid.*, p. 276.
- 32) Jacques Maritain, *Diário de Raissa*, Agir, 1966, pp. 129, 143, 145, 147, 148, 153.
- 33) *Ibid.*, p. 146.
- 34) *Ibid.*, p. 216.
- 35) Gustavo Corção, *Jacques e Raissa Maritain*, in "A Ordem", maio/junho de 1946, p. 147.
- 36) Alceu Amoroso Lima, *Visita a Maritain*, in "A Ordem", setembro/outubro de 1951, pp. 59 e 69.
- 37) Afrânio Coutinho, *op. cit.*, pp. 90 e 91.
- 38) Jacques Maritain, *Princípios de uma Política Humanista*, Agir, 1946, p. 145.
- 39) Afrânio Coutinho, *op. cit.*, p. 90.
- 40) Jacques Maritain, *O Homem e o Estado*, Agir, 1952, p. 102.
- 41) Jacques Maritain, *Le Docteur Angélique*, Atlântica Editora, Rio, 1945, p. 5.
- 42) Raissa Maritain, *op. cit.*, p. 62.
- 43) Jacques Maritain, *La Philosophie Bergsonienne*, 5a. ed., Téqui, 1948, p. IX.
- 44) Raissa Maritain, *op. cit.*, p. 322.
- 45) René Voillaume, prefácio ao *Diário de Raissa*, p. 14.
- 46) Bertrand Russell, *História da Filosofia Ocidental*, livro 2.º, Cia. Editora Nacional, 1957, pp. 182 e 183.

- 47) Jacques Maritain, *Le Docteur Angélique*, Atlântica Editora, Rio, 1945, p. 138.
- 48) Ibid., p. 105.
- 49) Olivier Lacombe, em carta transcrita no *Diário de Raissa*, p. 280.
- 50) Jacques Maritain, *Diário de Raissa*, Agir, 1966, p. 22.
- 51) Esta e as seguintes são citações da última entrevista, *Jornal do Brasil* de 11 de novembro de 1972.

“Pidgins” e línguas crioulas

IVANISE PESSOA BECHARA

INTRODUÇÃO

O atual panorama dos estudos lingüísticos referentes aos “pidgins” e línguas crioulas tem-se revelado surpreendente e promissor, não somente em razão das pesquisas intensificadas e de formulações em pleno processo de elaboração como por conterem, estes estudos, uma representação crítica dos conhecimentos já adquiridos.

Quase todos os trabalhos aparecidos na década de cinqüenta e, especialmente, aqueles surgidos após a 1a. Conferência Internacional de Estudos das Línguas Crioulas, realizada em Mona, Jamaica, em 1959, mostram que se está formando uma nova corrente de pensamento que pode trazer uma revisão de posições teóricas com diferentes rumos de investigação e de abordagem para o fenômeno lingüístico das chamadas línguas de contacto.

Por outro lado, a unificação do campo de estudos, a aplicação de postulados sociolingüísticos à consideração de sua gênese e desenvolvimento, o reconhecimento de que os crioulos são línguas genuínas e não apenas deturpação das línguas européias têm provocado interesse e estimulado esforços em setores especializados da Lingüística Geral e Aplicada.

Evidentemente não cabe, nas dimensões deste trabalho, uma completa apreciação destas renovações. Entretanto, tentarei colocar, na medida do possível, as questões teóricas que vêm sendo discutidas a partir da obra pioneira de Schuchardt (1), em 1882, mostrando a evolução das concepções correntes a

1) SCHUCHARDT, William. *Kreolische Studien*. Wien, 1882-1891. 9 v.

respeito destes idiomas, seu conceito, características, bem como sua importância para o esclarecimento dos problemas gerais da linguagem.

OS "PIDGINS" E AS LÍNGUAS CRIOULAS

1. Conceito de "pidgin". A teoria do "life cycle"

Classificam-se, mais ou menos indiscriminadamente, sob as denominações de *pidgins*, línguas mistas, línguas de recurso, línguas de necessidade, línguas francas, línguas comerciais, etc., os tipos de linguagem que nascem do contacto e do desejo de intercompreensão de grupos de indivíduos que falam idiomas diferentes e mutuamente ininteligíveis.

Originários de situações de emergência (nos portos marítimos ou nas fases iniciais de colonização), os *pidgins* são instrumentos lingüísticos improvisados que desempenham suas finalidades comunicativas nas relações entre pessoas que usam, concomitantemente, sua língua própria.

A palavra *pidgin* foi empregada, primeiro, para designar o *pidgin-English*, nos mares da China e depois aplicada a qualquer língua do tipo similar. O termo talvez derive do inglês "business" e revela, de modo explícito, sua condição limitada, circunstancial.

São suas principais características o fato de serem bilaterais, conscientemente empregadas como línguas restritas de relação e nunca constituem o único ou principal meio de expressão de uma comunidade. Por sua funcionalidade reduzida a certas situações, constituem os *pidgins* uma "praxis" simplificada e mais ou menos assistemática de um instrumento lingüístico normal, tomado por base, cujo vocabulário e esquemas gramaticais são alterados em grande parte.

De certo modo, as exigências momentâneas de intercâmbio fazem com que, em cada ato comunicativo, criem os falantes formas improvisadas ou analógicas para expressarem suas urgentes e transitórias necessidades. Entretanto, se a comunicação

entre os indivíduos aloglotas adquiriu certo caráter de continuidade, é possível que o *pidgin* atinja, também certo grau de fixação, chegando a possuir um inventário léxico e gramatical constante, embora esse inventário continue pobre em razão mesma de sua aplicação a um círculo restrito de fórmulas lingüísticas (avisos, ordens, informações, reclamações etc.) quase sempre invariáveis e rotineiras.

Muitos *pidgins*, nascidos de circunstâncias especiais, tendem a extinguir-se quando cessam ou se transformam essas circunstâncias. Mas os recursos limitados de um *pidgin* podem ser a verdadeira causa de sua sobrevivência, se a necessidade deste *pidgin* mínimo persiste na comunidade. É exemplificativo, neste particular, o caso do *pidgin-English* que sendo, na verdade, muito limitado, resistiu, ativamente, por muitas centúrias.

Assim, podemos concluir que, se a situação interlingual, que provocou o aparecimento do *pidgin*, permanece inalterável, este também permanecerá, mas, se não persiste, ele desaparecerá ou terá um desenvolvimento subsequente que vai depender, intrinsecamente, das condições sociais (como a constituição das sociedades mistas) transformando-se em língua crioula.

Afirma-se, geralmente, que foi Bloomfield (2) o primeiro a declarar o parentesco histórico entre o *pidgin* e o crioulo mas foi Robert Hall (3) quem destacou esta filiação, considerando a fase *pidginzante* como essencial na sua definição de língua crioula e chegando a postular uma espécie de "life cycle" lingüístico, começando com a geração espontânea de um *pidgin*, seguida de uma gradual evolução para o crioulo. Deste modo, o *pidgin*, desenvolvendo a sintaxe e o vocabulário, ampliando sua esfera comunicativa para atender a relações constantes na vida social, torna-se a língua nativa de uma comunidade e, depois desta metamorfose, sobrevive, além do período de simples contacto interlingual, como instrumento lingüístico com estatuto

2) BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York. Holt, 1933.

3) HALL Jr., Robert A. *Pidgin and creole languages*. New York. Ithaca, 1966.

próprio e sistemático. *Pidgin* e crioulo seriam, pois, etapas diferentes de um mesmo fenômeno lingüístico.

Embora a teoria do "life cycle" seja mais ou menos admitida entre os especialistas, variam, no entanto, os modos de encarar os pormenores do processo e o próprio conceito de língua crioula, dependente, em grande parte, dos preconceitos sócio-culturais e de diversas orientações lingüísticas.

2. Primeiras concepções sobre os crioulos

Por serem considerados, durante muito tempo, como simples deturpação das línguas européias, os crioulos merecem atenção tardia dos estudiosos. Seu tratamento científico data do século XIX, quando Schuchardt publica seus *Kreolische Studien* sobre as várias modalidades crioulas, estabelecendo, pela primeira vez, as questões relativas a estas línguas.

É de notar-se que, no âmbito da língua portuguesa, o interesse pelas línguas crioulas manifestou-se um pouco mais cedo, em 1880, com Francisco Adolfo Coelho e o seu primeiro artigo sobre *Os dialetos românicos ou neoplatinos na África, Ásia e América* (4), estudo que, apesar das modestas dimensões, apresenta critérios rigorosamente científicos e concepções avançadas para o espírito da época.

De qualquer modo, nesta fase inicial, ainda eram os crioulos considerados, geralmente, como uma espécie de língua degenerada, "pot-pourri" lingüístico de elementos heterogêneos, adotado por indivíduos carentes de qualquer cultura e em ínfimo estado social.

Reflexo desta concepção são as definições propostas por vários estudiosos, muitos deles de inquestionável valor intelectual e formação lingüística sólida, que revelam uma atitude desdenhosa em relação ao crioulo.

4) COELHO, Francisco Adolfo. *Os dialetos românicos ou neoplatinos na África, Ásia e América*. Lisboa. Boletim da Sociedade de Geografia, 1880.

Assim, Meyer Lübke o considera como:

"... chapurreo de una lengua extranjera, aprendida en el trato diario por gente en su mayor parte inculta, en vista de las necesidades más elementares y usando los medios de expresión más sencillos". (5)

Também Meillet (6) vê o crioulo francês de Maurícia e Reunião apenas como um imperfeito francês que os negros aprendiam de seus senhores e muitos outros autores consideram os crioulos como toscas línguas mistas, termo certamente impróprio por implicar não somente uma mistura heteróclita de elementos ou um confuso inventário de corrupções interlinguais, como por lhe negar, implicitamente, uma estrutura capaz de lhe garantir individualização lingüística.

Temos, mais ou menos neste sentido, a declaração de Leo E. Rens:

"The mixed nature of creole language is to be found in their grammatical and phonetical structures rather than in a mixed vocabulary". (7)

Serafim Silva Neto (que teve o inegável mérito de iniciar estes estudos entre nós), embora considere os crioulos como falares que têm vida própria e caracteres definidos, classifica-os como transitórios e inferiores, mera deturpação de línguas européias e irremissivelmente identificados com a mísera situação de seus falantes. Diz o saudoso filólogo brasileiro:

5) LUBKE, W. Meyer. *Introducción a la lingüística románica*. trad. esp. Madrid. s.d.

6) MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris, 1931, 1.º vol.

7) RENS, Leo E. *The historical and social background of Surinam negro-english*. Amsterdão 1953.

“Crioulos são falares de emergência, com caracteres definidos e vida própria que consistem na deturpação e simplificação extrema de uma língua europeia imperfeitamente transmitida e aprendida por gente de civilização inferior”.

Apresenta, a seguir, os elementos essenciais de sua definição:

- “a) o crioulo é um falar *transitório* (*);
- b) o crioulo apresenta caracteres definidos que se deixam prender por um fio condutor;
- c) o crioulo tem vida própria: ele é o meio de expressão de que dispõe o grupo;
- d) o crioulo é a *deturpação* e a simplificação de uma língua europeia (português, francês, espanhol, inglês, holandês etc.);
- e) essa língua básica foi transmitida deficientemente;
- f) o crioulo serve de instrumento de comunicação entre *seres inferiores e subalternos*”. (8)

Embora esta definição contenha elementos pertinentes que caracterizam a natureza lingüística do crioulo, peca, no entanto, por revelar uma atitude depreciativa e superior em relação a essas línguas, afastando-se da indispensável isenção de uma abordagem científica, porque, para o entendimento de sua realidade idiomática, não importa estabelecer confronto com a língua “standard” básica, nem determinar o “status” inferior do crioulo — solução mais cômoda e aparentemente mais óbvia — porém colocar os problemas concretos que suscitem investigação lingüística objetiva.

* Os grifos são nossos.

8) SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Livros de Portugal, 2 ed. 1970.

Para isto, cumpre afastar, “in limine”, os parâmetros de normalidade e superioridade subjacentes à ideologia colonizadora do homem branco civilizado, investigando, sem preconceitos, a estrutura característica das línguas crioulas e sua eficácia comunicativa.

Sabemos que uma tosca língua tribal é inerentemente capaz de, expandindo seu vocabulário e desenvolvendo suas formas internas, chegar a língua nacional, quando as condições sociais são favoráveis.

Assim, não se pode, “a priori”, negar ao crioulo a possibilidade de ascender a um “status” natural que lhe permita, em futuro próximo ou remoto, atingir a condição de língua de civilização, como também, não é de se considerar, em razoável sentido antropológico, seus utentes como inferiores e subalternos.

Dentro da moderna orientação lingüística, temos a judiciosa afirmação de Martinet de que:

“Em princípio, nada na estrutura lingüística do crioulo o desclassifica como língua de cultura, mas, enquanto o crioulo for sentido como forma bastarda de alguma grande língua de civilização, o seu “status” pouco diferirá do “patois”. (9)

No mesmo sentido, opina Herculano de Carvalho:

“O crioulo pode-se comparar a qualquer língua natural, distingue-se, apenas, pelo prestígio social e não serem utilizados como instrumento de expressão de uma atividade mental superior, filosofia, ciência, literatura”. (10)

9) MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. trad. port. Lisboa Livraria Sá da Costa, 1964.

10) CARVALHO, J. Herculano de. *Sobre a natureza dos crioulos e sua significação para a lingüística geral*. Coimbra, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Actas, vol. 3 1966.

Entre os que defendem a autonomia do crioulo, enxergando-o numa perspectiva inteiramente favorável, está Rodolfo Lenz, estudioso do crioulo de Curaçau e grande entusiasta do seu progresso. Já em 1928 ele declarava que:

“El Papiamento de Curazao es, según mi opinión, el mejor ejemplo de una lengua criolla que se ha levantado hasta el nivel de una lengua de alta cultura”. (11)

Mesmo descontando-se a ênfase manifesta do eminente lingüístico, pode-se reconhecer que este crioulo tem língua escrita e conta, em seu ativo, uma pequena mas florescente literatura, sobrepondo-se, galhardamente, ao holandês oficial.

Também o Bahasa, hoje língua nacional da Indonésia, experimentou, nos últimos anos, um notável desenvolvimento e elevação social.

Admite-se, atualmente, que, embora os crioulos representem uma simplificação às vezes extrema da língua originária, a reinterpretação que realizam com os significantes adotados cria um novo sistema diverso do inicial e, de certo modo, bastante complexo.

Além disso, por mais pobre que seja a sua forma idiomática, ele constitui o instrumento lingüístico principal e até mesmo único de uma comunidade, bastando para satisfazer todas as suas exigências de comunicação.

Deste modo, os crioulos não são apenas *deturpação* das línguas européias, mas uma verdadeira reestruturação dos elementos fornecidos pela língua base, em razão da influência dos substratos e de específicas condições psico-sociais.

Este ponto de vista é defendido por notáveis lingüistas em todo o mundo. No domínio português, citaremos, particularmente, Herculano de Carvalho (12) e Jorge Morais Barbosa (13).

11) LENZ, Rodolfo. *El Papiamento, la lengua criolla de Curazao, la gramática más sencilla*. Santiago do Chile, 1928.

12) CARVALHO, J. Herculano de. Op. cit. pp. 257-273.

13) BARBOSA, Jorge de Morais. *Crioulos*. Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1967.

Em conclusão, podemos afirmar que está completamente afastada, por não científica, a concepção que via, nos crioulos, línguas bastardas e desprezíveis, desprovidas de estatuto lingüístico. A esta atitude discriminativa, Marius Valkhoff chamou, significativamente, de “albocentrism”, acrescentando:

“We cannot help branding this as an unscientific attitude because in science every object of investigation ought to be approached with an open mind. The botanist who studies certain types of moulds will not complain of their alleged ugliness and will not prefer flowers to them, nor will the pathologist declare that he is disgusted by some new disease which he is observing. Moreover, the Creole varieties do not all deserve this contempt and can boast of fine qualities of picturesqueness as well resourcefulness”. (14).

3. *Modernos estudos sobre os crioulos*

Os crioulos vêm sendo estudados sob duas perspectivas principais: a genética e a estrutural.

A primeira procura descobrir a origem destas línguas e analisar-lhe o progressivo desenvolvimento a partir de fases iniciais. A segunda investiga, sincronicamente, suas características estruturais. Ambos os critérios poderiam ser, entretanto, complementares e caberia indagar, de maneira ampla, se os idiomas geneticamente considerados crioulos constituem, também, um grupo lingüístico tipologicamente definido.

Cada uma destas investigações pode trazer contribuições importantes não só para a exata caracterização destes falares, como para uma melhor interpretação de seus sistemas e “performances” lingüísticos.

14) VALKHOFF, Marius F. *Studies in portuguese and creole*. Johannesburg, Witwatersrand University Press, 1966.

As teorias genéticas sobre a origem dos pidgins e crioulos estão distribuídas em dois grupos principais: as teorias monogenéticas e as teorias poligenéticas. Segundo estas, cada pidgin-crioulo, ou cada crioulo de diferente comunidade, é o resultado de um ato separado e espontâneo de criação e desenvolvimento a partir da correspondente língua "standard" da qual ele divergiu sob a influência de situações sócio-lingüísticas desiguais. De acordo com as teorias monogenéticas, todos os pidgins e crioulos tiveram um ancestral comum que se desenvolveu em linhas divergentes, no tradicional sentido genealógico, sob o influxo da língua "standard" predominante, resultando em distintas e ininteligíveis variedades idiomáticas.

Até recentemente, as teorias preponderantes eram as poligenéticas que apresentavam diversas explicações para os problemas da origem dos crioulos.

Uma teoria que teve alguma fortuna entre os estudiosos, apesar de sua abordagem simplista, foi a teoria do "baby talk". Segundo ela, cada pidgin e crioulo começava como uma espécie de linguagem infantil, usada pelos proprietários de fazendas e comerciantes para comunicarem-se com seus escravos, empregados e fregueses.

No intuito de facilitar o intercâmbio, cada falante europeu mutilava, deliberadamente, a própria língua, eliminando as flexões gramaticais, restringindo o número de traços fonológicos e esquemas sintáticos e limitando o vocabulário a poucas centenas de palavras.

O resultado desta *súmula* lingüística era descrito, por muitos especialistas, como uma *corrução* da língua "standard", destinada a mentes pueris e de baixo nível intelectual, sem "status" de verdadeiro idioma.

Esta teoria apresenta inúmeros pontos vulneráveis que podem ser facilmente refutados.

Se é crível que os colonizadores brancos reduzissem as formas de sua linguagem para fazerem-se entender pelos nativos, considerar tal circunstância como básica para a origem do cri-

oulo é, sem dúvida, uma excessiva simplificação da realidade. Porque a transmissão imperfeita de uma língua a indivíduos adultos aloglotas, já possuidores de um idioma de estrutura completamente diversa, vai provocar o aparecimento de um sistema novo, bastante afastado do original. E, possivelmente, este sistema novo (o crioulo), nascido da conjugação de elementos vários e elaborado dentro dos esquemas de interpretação dos nativos, é que foi aprendido pelos senhores e comerciantes e não vice-versa.

Além disso, se cada europeu tinha improvisado sua própria variedade de "baby talk", para comunicar-se com seus servos, como explicar o fato de apresentarem os crioulos similaridades notáveis e muitos deles serem mutuamente inteligíveis?

Outra teoria poligenética explica a origem e similaridade dos crioulos pelo substrato comum das línguas nativas, defendendo, ao mesmo tempo, a geração espontânea dos *pidgins* onde quer que houvesse contactos entre grupos de indivíduos de línguas distintas e se fizesse necessária uma forma de comunicação.

Assim, Le Page diz que o francês haitiano é semelhante ao inglês de Jamaica porque os escravos, a quem os colonizadores ensinavam a língua "standard" simplificada, eram todos africanos. Havia um intercâmbio de formas entre eles, dando em consequência uma mistura de línguas européias com elementos das línguas nativas da África. (15)

Um defensor notável da tese poligenética é Robert Hall. Ele fornece duas explicações para o aparecimento de um pidgin ou crioulo em uma dada comunidade: ou a espontânea geração de um novo *pidgin*, por efeito do contacto lingüístico, ou a extensão à dita comunidade de um *pidgin* ou crioulo já estabelecido alhures (por exemplo a divulgação do *pidgin-English* através da Melanésia). Segundo Hall, a existência de crioulos semelhantes, em duas comunidades geograficamente afastadas, po-

15) LE PAGE, Robert B. *General outlines of creole English dialects*. Orbis, 6, 1957.

de ser explicada através de um tardio processo de difusão, pois seria muito difícil que elas improvisassem o mesmo *pidgin* interlingual. (16)

Assim estaria explicada, por exemplo, a uniformidade do crioulo francês, considerando-se que este crioulo se teria institucionalizado na África antes de acompanhar seus utentes às colônias.

No entanto, se continuarmos a explicar todos os fenômenos da similaridade dos crioulos através da difusão, poderemos chegar, facilmente, às teorias monogenéticas que se baseiam, justamente, na difusão e divergência de um único *pidgin* inicial.

As teorias monogenéticas começaram a conquistar a preferência dos estudiosos depois dos anos cinquenta e muitos autores endossaram a tese de um crioulo português como base de todos os *pidgins* e crioulos.

4. A teoria do protocrioulo português

Em 1951, Navarro Tomás observa que o Papiamento não era uma língua indígena caribeano misturada ao português e/ou espanhol com elementos africanos. Parecia-lhe lícito supor que esta língua tinha origem no *pidgin* português usado como língua comercial no oeste da África, durante o tráfico dos escravos. (17)

Esta idéia foi compartilhada por outros autores, seguindo-se a formalização de uma fecunda teoria monogenética do protocrioulo afro-português como ascendente genético de numerosos crioulos da África, Ásia e América.

Em 1956, Keith Whinnon prova que os quatro crioulos das Filipinas não eram falares independentes mas tinham divergido de uma fonte comum nas Molucas e que a base destes crioulos espanhóis era um *pidgin* português muito semelhante ao de Goa,

16) HALL Jr., Robert A. Op. cit.

17) TOMÁS, Tomas Navarro. *Observaciones sobre el Papiamento*. Nueva Revista de Filología Hispanica, 1953. 7.

na Índia. Segundo ele, os crioulos espanhóis da Ásia não eram simplesmente a reinterpretação, pelos nativos, da língua de seus colonizadores da Espanha, mas, basicamente, o desenvolvimento desta língua franca portuguesa com influências espanholas posteriores.

Whinnon salienta a importância deste *pidgin* português que, no século XVI, substituíra o árabe e o malaio como língua comercial no Extremo Oriente e era empregado por comerciantes de todas as nacionalidades, da Índia à Indonésia e no Japão. Ao mesmo tempo sugere que o *sabir*, a famosa língua franca do Mediterrâneo, seria a fonte de todos os *pidgins* e crioulos de base européia do mundo.

Este *sabir*, cuja origem remonta ao tempo das Cruzadas, sobreviveu por muitas centúrias e é descrito por Schuchardt em 1909.

Apesar de seu vocabulário formado com elementos de quase todas as línguas do Mediterrâneo, a proporção da mistura varia de lugar a lugar.

Segundo Whinnon, é muito possível que uma versão deste *sabir*, com predominância portuguesa, vá constituir, de fato, este *pidgin* que, no século XVI, foi levado ao Extremo-Oriente (onde se desenvolveu como crioulos portugueses, espanhóis, e, também, como *pidgin-English*) e ao oeste da África, onde se firmou como forma preponderante, sendo daí transportado para o Novo Mundo, constituindo a base não somente do Papiamento, mas, inclusive dos crioulos francês e holandês. (18)

No mesmo ano de 1956, Douglas Taylor enfatiza a similaridade existente entre os crioulos caribeanos e os crioulos do Extremo Oriente, admitindo que ambos são modificações do *pidgin* português. (19)

18) WHINNON, Keith. *Spanish contact vernaculars in the Philippine Islands*. Hong-Kong. Univ. Press. 1956.

19) TAYLOR, Douglas. *Language contacts in the West Indies*. Word. 12. 1. 1956.

Ainda sobre o Papiamento, H. L. A. van Wijk declara que este é um desenvolvimento do jargão dos escravos do oeste da África. Este jargão, influenciado pelo substrato africano, parece haver sido o padrão para todos os crioulos das Índias Ocidentais. Salienta, ainda, o orgulho que o Papiamento desperta em seus falantes que o preferem, absolutamente, ao holandês oficial. (20)

William Stewart, estudando o parentesco lingüístico, a estrutura e o léxico dos crioulos conclui que a evolução divergente de um simples *proto-pidgin* é muito mais sustentável que a reestruturação convergente de todo um grupo de línguas separadas. (21)

David de Camp endossa a teoria declarando que os estudos modernos se orientam por esta diretriz e que há uma tendência crescente em falar não de crioulos mas de *o crioulo*. (22)

Marius Valkhoff dedica um estudo especial ao crioulo português, demonstrando, largamente, a validade desta tese monogénica no seu livro "Studies in Portuguese and Creole". Refere-se, com detalhes, a um *pidgin* português, língua internacional de emergência, criada especialmente com propósitos comerciais, mas subseqüentemente empregada em relações mais estreitas e cotidianas. Esta língua serviu de padrão para todos os crioulos espalhados em regiões da Ásia, África e América.

Em suas considerações Valkhoff distingue três variedades de português: o português culto, língua literária, usada, às vezes, no ultramar, por representantes da administração portuguesa; o puro crioulo, língua adotada pelos nativos em geral e uma espécie de língua intermediária entre este e o português culto.

20) WIJK, H. L. A. *Spanish contact vernaculars in the Philipinne Islands* Hong-Kong Univ. Press. 1956.

21) STEWART, William. *Creole Languages in the Caribbean*. Washington Frank Rice, 1960.

22) DE CAMP, David. *The field of creole language studies*. Latin American Research Review. 1968. vol. 3 n. 5.

Esta língua intermediária, que admitia várias gradações mais ou menos corretas, teria sido obtida por uma espécie de "lusitanização" do primitivo crioulo e distingue-se deste em muitos aspectos. Chama-lhe Walkhoff de "crioulo primário" e o define como uma nova língua saída do original português e considerada pelos falantes como um pouco diferente da língua mãe (corresponde ao que Serafim da Silva Neto chama de semi-crioulo), um estágio mais aperfeiçoado da primitiva aprendizagem.

Ao crioulo vulgar chama Valkhoff de "crioulo secundário". Corresponde ao verdadeiro crioulo, ou seja, ao português alterado sob a influência dos substratos africanos e falado em quase todos os domínios do Império Português. Esta língua tem uma unidade básica que permite seja entendida dos portos do Brasil a Macau ou Nagasaki, desde o século XVII a fins do século XVIII.

Com este falar os portugueses dirigem o comércio de especiarias e o tráfico de escravos, no Oriente e costas da África, sendo depois adotado por povos de todas as nacionalidades que se ocupavam do mesmo comércio.

Quanto aos escravos africanos, destinados às colônias, só excepcionalmente eram levados, de imediato, do interior da África às terras americanas. Normalmente tinham sempre oportunidade de aprender rudimentos da língua franca, seja no depósito de escravos, onde eram despejados por longos períodos antes de serem transportados, seja durante a morosa viagem a bordo dos navios negreiros. Estes escravos, mais ou menos crioualizados eram chamados de "ladinos" em oposição aos "boçais" que só falavam línguas africanas.

M. Valkhoff demonstra a marcante influência do crioulo português nos diversos crioulos (franceses, ingleses, espanhóis etc.) e até no "Afrikaans", da ex-colônia holandesa do Cabo:

"... broken Portuguese which was then the universal language from the east to the west, this was the lan-

guage which to a certain degree influenced Cape Dutch". (23)

Sem dúvida, a tese do proto-crioulo português, como base genética para os crioulos em geral, tem fortes fundamentos e explica a similaridade destas línguas faladas em tão diferentes e remotos lugares.

Nos séculos XVI e XVII, como bem diz Fernando Pessoa, "o mar sem fim é português". (24)

Os portugueses foram os primeiros a frequentar as costas da África e entrar em contacto com as tribos negras, assim como foram os primeiros a estabelecer núcleos de colonização na Ásia.

Daí a preponderância do crioulo português que serviu de modelo a todas as línguas deste tipo e a incrível vitalidade desta língua que sobrevive, em várias regiões, até os dias atuais.

Seria a presença e o eco daquela glória memorável dos que, segundo o Poeta Maior lusitano:

"Entre gente remota edificaram
Novo Reino que tanto sublimaram".

(Lusíadas, Canto I, 1)

CONCLUSÃO

Os estudos dos idiomas crioulos apresentam, inegavelmente, perspectivas de grande alcance, mormente nas últimas décadas, quando se orientaram para a adoção dos princípios e métodos da moderna lingüística.

Foram feitas muitas descrições sincrônicas destas línguas e está em vias de concretização um trabalho comparativo de apro-

23) VALKHOFF, Marius F. Op. cit.

24) PESSOA, Fernando. *Mensagem* ed. bras. José Aguilar. 1960.

fundamento progressivo que visa a estabelecer os seus traços tipologicamente comuns e característicos.

Haja vista os estudos de caráter estrutural apresentados por Robert Hall (25), Douglas Taylor (26), David de Camp (27) e, inclusive, uma tentativa de aplicação dos princípios da gramática transformacional ao estudo do crioulo por Beryl Lof-tam Bayley.

É de notar-se que, desde 1957, o "Linguistic Bibliography", publicado com a assistência da UNESCO, tem uma divisão reservada às línguas crioulas.

Este interesse particular pelo crioulo resulta não somente de sua importância intrínseca, como da relevante contribuição que pode prestar aos estudos de lingüística geral e teoria da linguagem.

Assim, muitos problemas lingüísticos genéricos podem ser esclarecidos através de pesquisas e investigações referentes aos crioulos.

Poderíamos citar, por exemplo, o problema da transmissão lingüística em geral e, em particular, o da aquisição de uma língua nova por indivíduos adultos aloglotas de toda uma comunidade; a formação de novos sistemas lingüísticos pela mutilação e reinterpretação de sistemas já existentes, sob o influxo de diferentes substratos; a co-variância sistemática entre a estrutura lingüística e a estrutura social; a importância dos fatores culturais na aprendizagem de uma língua, o bilinguismo, etc.

Além disso, sendo os crioulos línguas de formação recente e em processo, por assim dizer, de desenvolvimento inicial,

25) HALL Jr. Robert. *Haitian Creole: grammar, texts, vocabulary*. American Anthropological Association, Memoir 74. 1953.

26) TAYLOR, Douglas. *Structural outline of Caribbean creole*. Word 7. 1951.

27) DE CAMP, David. Op. cit.

é possível observar seus sistemas "in statu nascendi" e deduzir o papel do inconsciente na modelagem lingüística.

Poder-se-ia, também, cogitar da possibilidade de este processo ter-se verificado em muitos outros sistemas que mais tarde se ampliaram e difundiram-se em muitas áreas do mundo.

Finalmente, o estudo das línguas crioulas é fecundo sob inúmeros aspectos que ainda não é possível precisar.

Entre estes, a capacidade da mente humana para exercer sua função criativa no domínio lingüístico, sua propriedade de organização e manipulação dos dados fornecidos pelo ambiente, seu agenciamento de elementos num sistema estruturado, enfim, a característica qualidade do homem de se interrelacionar e comunicar com seus semelhantes, através do instrumento que o faz propriamente humano — a linguagem.

BIBLIOGRAFIA

1. BARBOSA, Jorge de Morais. *Crioulos*. Lisboa, Academia Internacional de Cultura Portuguesa, 1967.
2. BLOOMFIELD, Leonard. *Language*. New York. Holt, 1933.
3. BÜHLER, Karl. *Teoria del lenguaje*. Madrid, Revista do Occidente trad. esp. 4 ed. 1967.
4. CÂMARA, J. Matoso. *Princípios de lingüística geral*. Rio de Janeiro. Livraria Acadêmica, 4 ed. 1964.
5. CARVALHO, J. Herculano. *Sobre a natureza dos crioulos e sua significação para a lingüística geral*. Coimbra, V Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros, Actas, vol. 3 1966 pp. 257-273.
6. ————. *Le Vocalisme atone des parlers créoles du Cap. Vert*. Lisboa IX Congresso Internacional de Lingüística Românica. Actas vol. 3 Centro de Estudos Filológicos. 1962 pp. 3-11.
7. ————. *Sincronia e diacronia nos sistemas vocálicos do crioulo cabo-verdiano*. La Laguna Miscelanea homenaje a André Martinet vol. 3. 1962 pp. 43-67.
8. COELHO, Francisco Adolfo. *Os dialetos românicos ou neolatinos na Africa, Ásia e América*. Lisboa. Boletim da Sociedade de Geografia. 1880.

9. DE CAMP, David. *The field of creole language studies*. Latin American Research Review, 1968. vol. 3 n. 5.
10. ELIA, Silvio. *O problema da língua brasileira*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1961.
11. GLEASON, H. A. *An introduction to descriptive linguistics*. New York, 1958.
12. HOCKETT, Charles F. *Curso de Lingüística moderna*. trad. esp. Buenos Aires, Eudeba, 1971.
13. HALL Jr., Robert. *Pidgin and Creole languages*. New York. Ithaca. 1966.
14. ————. *Haitian Creole: grammar, texts vocabulary*. American Anthropological Association, Memoir 74. 1953.
15. JESPERSEN, Otto. *Language, its nature development and origin*. London 1922.
16. LENZ, Rodolfo. *El papiamento, la lengua criolla de Curazao, la gramatica más sencilla*. Santiago do Chile. 1828.
17. LE PAGE, Robert B. *General outlines of creole English dialects*. Orbis 6 Ailaud, 1901.
18. LEITE DE VASCONCELOS, J. *Esquisse d'une dialectologie portugaise*. Paris. Ailaud, 1901.
19. LOPES DA SILVA, Baltasar. *O dialeto crioulo de Cabo Verde*. Lisboa. Junta de investigação do Ultramar. Centro de estudos políticos e sociais. 1957.
20. L'UBKE, W. Meyer. *Introducion a la lingüística romanica*. tra. esp. Madrid. s/d.
21. MALBERG, Bertil. *Structural linguistics and human communication*. Berlin-Gottingen. Heidelberg. 1964.
22. MARTINET, André. *Elementos de lingüística geral*. trad. port. Lisboa. Livraria Sá da Costa. 1964.
23. MICHAELIS DE VASCONCELOS, Carolina. *Lições de Filologia Portuguesa*. Lisboa, Revista de Portugal, 2 ed. 1956.
24. MEILLET, Antoine. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris, 1921. 1 vol.
25. PIKE, Kenneth L. *Language in relation to a unified theory of the structure of human behavior*. Glendale 1954 3 vol.
26. RENS, Lucien Leo E. *The historical and social background of Surinam negro-English*. Amsterdam, 1953.

27. SILVA NETO, Serafim da. *História da língua portuguesa*. Rio de Janeiro. Livros de Portugal 2 ed. 1970.
28. ————. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, 1951.
29. ————. O crioulo de Surinam, in *Língua, cultura e civilização*. Rio de Janeiro, 1951.
30. STEWART, William. *Creole languages in the Caribbean*. Washington, Frank Rice, 1960.
31. SCHUCHARDT, Hugo. *Kreolische Studien*. Wien 1882-1891. 9 vol.
32. TAYLOR, Douglas. *Language contacts in the West Indies*. Word. 12.1.1956.
33. ————. *Structural outline of Caribbean Creole*. Word. 7.1951.
34. TOMÁS, Tomas Navarro. *Observaciones sobre el Papiamento*. Nueva Revista de Filosofia Hispanica, 7.1953.
35. VALKHOFF, Marius F. *Studies in portugueses and creole*. Johannesburg Witwatersrand University Press. 1966.
36. WEINREICH, Uriel. *Language in Contact*. Paris. Mouton. The Hague. 1968.
37. WHINNON, Keith. *Spanisch contact vernaculars in the Phillipinne Islands. Hong-kong*. Univ. Press. 1956.
38. WIJK, H. L. A. *Origines y evolución del Papiamento*. Neophilologus. 42. 1958.

Universalidade e cosmopolitismo na música contemporânea

À MEMÓRIA DE
MÁRIO DE ANDRADE

SEBASTIÃO VILA NOVA

Apresentação

Acredita-se que a música contemporânea, erudita ou popular, como, de resto, a arte em geral, atravessa um momento de crise — como se costuma dizer —, crise que outra não é senão a crise de adaptação do homem às novas condições da cultura que ele mesmo criou. O antigo problema estético da universalidade da obra de arte, com o agravamento da questão do cosmopolitismo ou nacionalismo como alternativas possíveis para o artista criador na determinação das fontes e do sentido mesmo de sua arte, atinge uma dimensão inexistente em outros contextos sócio-culturais, ultrapassando os limites filosóficos dentro dos quais o problema era, até então, colocado e atingindo o domínio do sociológico. Torna-se, então, necessário abordar o problema nas dimensões com que ele se impõe, complementando com a abordagem histórico-sociológica a especulação estética em torno do mesmo. No caso particular da música, o concurso da musicologia, disciplina auxiliar da etnologia bastante inexplorada, é indispensável à compreensão de fenômenos cujo estudo profundo demanda necessária, mas não exclusivamente, análise técnica apurada.

Com este trabalho, não pretendemos fazer propriamente filosofia da arte. Também, se não é, a rigor, um ensaio de musicologia, o que exigiria análises técnicas mais extensas e cuidadosas dos fatos aqui estudados, nele não descuidamos, quando necessário, os aspectos técnico-musicais imprescindíveis de

serem verificados no estudo do problema. Damos, porém, maior relevo à perspectiva histórico-sociológica.

A ampliação e maior freqüência dos contatos transculturais, intensificados neste século, elevou o grau de informação obtida pelo artista erudito contemporâneo, dos múltiplos padrões artísticos de culturas que não a da sua própria sociedade. Esse aumento do volume de informação de padrões artísticos culturalmente determinados em diferentes sociedades contribuiu para renovar os padrões da arte européia e ocidental, através da incorporação de padrões artísticos de culturas pré-letradas, como ocorreu na pintura de Picasso e nos murais de Rivera, o primeiro voltando-se para a arte de algumas das culturas africanas e o segundo, para a arte azteca. Como acontece, *mutatis mutandis*, com a arte brasileira exemplar de Gilvan Samico, aproveitando em nível erudito a arte da gravura popular. Como também, do mesmo modo, acontece com a arte de Francisco Brennand, embora estes dois últimos artistas de Pernambuco não estejam propriamente voltados para culturas estranhas à sua sociedade, a sociedade brasileira, mas para as subculturas dos setores não eruditos da cultura brasileira, por esta razão escondidas pela superfície cosmopolita da subcultura da vida urbana. Mas a grande arte erudita da Europa, depois tornada cosmopolita, não surgiu senão das subculturas populares da cultura européia. Mas, em contrapartida, esse mesmo acréscimo do volume de informação contribui para despertar ou apurar no artista um sentido agudo, quase sempre não consciente, de relatividade cultural dos padrões artísticos no espaço. Esse senso de relatividade, por seu turno, recoloca em outros termos, para o artista, o problema da universalidade em arte. O aumento do ritmo das transformações, determinado, em última instância, pelas inovações tecnológicas, em todos os níveis da cultura, também contribuiu para, despertando o artista para a relatividade dos valores e padrões artísticos no tempo, aguçar a questão dos critérios de universalidade da obra de arte. A atualidade do problema do cosmopolitismo e do regionalismo enquanto ligado ao problema maior da universalidade, tem, assim, origem direta nos fenômenos sociais da ampliação e intensificação dos contatos transculturais, assim como na ace-

leração do ritmo da mudança, para não aplicar também, ao problema, a já corriqueira noção de defasagem cultural, defendida por Ogburn, segundo a qual, o ritmo da transformação é mais rápido no setor tecnológico da cultura do que no espiritual. Com esta teoria poderíamos ainda supor essa defasagem entre a arte e a tecnologia como fator de agravamento da questão da universalidade. Mas não é nosso objetivo no presente trabalho aprofundar a discussão de tal hipótese.

Qual o lugar do cosmopolitismo e do regionalismo — mais adiante explicamos a razão da nossa preferência pelo termo “regionalismo” em lugar de “nacionalismo” — como alternativas antagônicas e excludentes entre si no equacionamento do problema da universalidade, com o qual sempre se defrontou o músico e o artista em geral, mas que, no presente, assume maiores proporções? Quais as origens do problema, no caso específico da música, conforme configurado no presente? Mostrar em uma perspectiva histórico-sociológica algumas das implicações dessas perguntas e sugerir caminhos ao compositor de hoje — sobretudo ao compositor do mundo não europeu — são os propósitos centrais do nosso trabalho. Vamos a ele.

1. O Problema

A música, enquanto fenômeno físico, é universal. Enquanto fenômeno cultural, é também universal, pois constitui uma das linguagens do homem, observada em todas as sociedades conhecidas até o presente, quaisquer que sejam os aspectos e funções com que se apresente. Se, como fenômeno físico, é absolutamente universal, como linguagem somente o é no sentido acima exposto — o de existente como tal nas mais diferentes sociedades observadas —, pois é a partir da sua dimensão cultural que a música se faz específica para cada uma das culturas de que emerge. Não existe, desse modo, uma linguagem musical, senão em sentido abstrato — embora o homem do ocidente, no seu arrogante etnocentrismo, nem sempre concorde com esta afirmação. A abstração musical somente é possível a partir da existência concreta de múltiplas linguagens musicais observadas nas diferentes culturas espalhadas sobre a terra. Exis-

tindo concretamente na cultura e a partir desta, a música — abstração conceitual — se expressa e se transforma através de múltiplos padrões de linguagem musical culturalmente determinados. Dentre esses padrões, o padrão erudito europeu tem se difundido largamente na maioria das sociedades nacionais modernas, em detrimento dos padrões nativos de linguagem musical das sociedades não-européias, colônias culturais de algumas nações da Europa, desde o século XVI. Esta difusão é explicável pela situação histórica singular das sociedades européias de onde se difundiram esses padrões, sendo desnecessário voltar, aqui, às razões econômicas e tecnológicas dessa situação privilegiada. Mas é essa situação privilegiada na história e a conseqüente difusão dos padrões da cultura européia, em todos os seus níveis, nas sociedades não européias, que tem provocado no homem ocidental e ocidentalizado a crença etnocêntrica, senão na universalidade desses padrões — entre os quais, o padrão erudito europeu de linguagem musical —, na superioridade incondicional desse padrão. Essa superioridade em relação às linguagens musicais do homem não europeu pode ser encontrada até mesmo em um cientista e humanista do tamanho de um Max Weber, profundo conhecedor não somente da cultura européia, mas de várias culturas não-européias do presente e do passado, como se pode ver na sua Introdução a “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo” (1), na qual não se pode negar uma certa dose de vaidade etnocêntrica, embora disfarçada, como convinha a um membro da “inteligêntia”, em elegante e científica imparcialidade. Se, por um lado, talvez possamos falar em uma superioridade técnica demonstrável pelo grau de domínio, manipulação e conhecimento racional dos elementos físicos produtores de som; por outro lado não temos certeza se as tecnicidades da música européia são um indício inquestionável da sua superioridade artística. É o próprio Weber que, no trecho citado, enumera os traços característicos do padrão erudito moderno europeu de linguagem musical:

1) Weber, Max. *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*. Trad. de M. Irene de Q. F. Szmrecsányi e Tamás J. M. K. Szmrecsányi. São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1967, p. 2.

“... música racional — tanto o contraponto como a harmonia —, a formação da sonoridade na base de três tríades com o terceiro harmônio; nossa cromática e enarmônica interpretadas não em termos de espaço, mas, desde o Renascimento, de harmonia; nossa orquestra com seus quarteto de cordas como núcleo e com a organização do conjunto de instrumentos de sopro; nosso acompanhamento de graves; nosso sistema de notação (que possibilitou inicialmente a Composição e o uso de nossos instrumentos, e depois sua própria sobrevivência); nossas sonatas, sinfonias, óperas e os instrumentos básicos que lhes servem de meio de expressão: o órgão, o piano, o violino só existiram no Ocidente...” (2).

Melhor síntese não poderia haver. Aí está a música européia caracterizada desde a sua teoria — contraponto e harmonia até os seus timbres; desde as suas formas — sonata, sinfonia, ópera, etc. — até a exatidão matemática do seu sistema de notação. Sem dúvida, Weber conhecia bem essa música. Há, porém, na descrição de Weber, alguns elementos mais relevantes que outros para a caracterização dessa música como linguagem: o caráter racional, chegando mesmo à preocupação matemática da medição do tempo e dos intervalos sonoros; o contraponto, origem da harmonia; a harmonia, baseada na tríade tonal, com o seu princípio de acompanhamento de graves; o desenvolvimento de um sistema bastante preciso de notação. Mas ao mesmo Max Weber não interessa, dado o caráter passageiro da sua observação sobre a música européia em uma obra de sociologia e economia, observar as limitações desse sistema de linguagem musical para a criação artística. Dessas limitações, duas nos parecem mais significativas no panorama da música no ocidente: a limitação rítmica da barra de divisão de compasso e a limitação melódica do que Mário de Andrade denominou a “tirania do dó maior” (3), ambas essas limitações resultantes do

2) Idem.

3) Andrade, Mário de. *Pequena História da Música*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 6a. edição, 1967.

racionalismo esquematizante e matemático que marca a cultura européia a partir do Renascimento. A limitação da barra de divisão de compasso tem suas origens no mensuralismo dos fins da Idade Média e se consolida gradativamente com o desenvolvimento do sistema de notação musical na Europa. A “tirania do dó maior”, nascendo com a polifonia, desenvolvendo-se pelas mãos do músico-cientista que foi Johan Sebastian Bach, atinge o seu período áureo com Mozart e Beethoven; é o acorde, baseado na terça maior ou menor, determinando os dois modos melódicos da música européia, ao contrário da música sacra da Europa medieval — o canto gregoriano — a qual, sendo exclusivamente melódica, possuía sete diferentes modos herdados e adaptados da música grega da Antiguidade. Como ainda hoje se pode verificar em alguns sistemas de linguagem musical não-europeus, os quais, por não possuírem a concepção do que chamamos harmonia, são ricos em possibilidades melódicas, a exemplo da música indu, entre outras. A essas limitações se opuseram timidamente os românticos e, de modo mais consciente e ostensivo, os impressionistas e pós-impressionistas, através da pesquisa de novas escalas e combinações rítmicas.

Como pertença esse padrão de linguagem musical a nações econômicas, tecnológicas e, em consequência, culturalmente poderosas em relação às sociedades ocidentais não-européias — exceção feita aos Estados Unidos — e às sociedades orientais, desde o século XVI passa esse padrão a prevalecer e sufocar os padrões das culturas dominadas não-européias e mesmo da Europa não-cosmopolita. Os padrões da cultura européia se difundem por todo o ocidente não-europeu que, sob a dominação de um punhado de nações poderosas economicamente, se acomoda àqueles padrões, daí emergindo novas culturas, nas quais os padrões europeus — os padrões do dominador — prevalecem em relação aos padrões nativos — os padrões do dominado —, meros ornamentos secundários para a cultura européia transplantada. E, desse modo, todo o ocidente se torna europeu e o europeu passa ser tido como sinônimo de ocidental.

Já observou, com muita argúcia, Leonard Bernstein que a música erudita contemporânea se caracteriza pelo culto ao passado, ao contrário da música erudita de um passado ainda re-

cente na Europa, que se nutria do presente da cultura em que estava imersa. Mas Bernstein esquece de lembrar que esse passado é precisamente, e não por acaso, o passado europeu. Toda música européia digna de ser ouvida e lembrada tem suas raízes na tradição da cultura musical do povo. E por isso é vigorosa e universal. Porém, não tendo dado ouvidos aos vários universos musicais das colônias e tendo exaurido as suas próprias fontes, a música européia fechou-se a si mesma dentro de um círculo asfixiante: o do formalismo cristalizado, o círculo da música nascida do papel, feita para o papel mais do que para o ouvido, da “música de quadro negro”, como já disse Cocteau a respeito da música moderna. Afirmando-se como padrão dominante de linguagem musical, cria as condições de sua própria decomposição. Dos compositores modernos, somente uns poucos compreenderam esta situação sufocante para o músico criador e a necessidade de renovação da linguagem musical, não a partir do universo já fossilizado da linguagem musical da Europa cosmopolita, mas a partir dos universos musicais das culturas sufocadas pela cultura dominante. É um Stravinsky, um Bartok, deixando de lado inclusive o padrão harmônico de composição em favor do padrão polifônico, com o emprego de novas escalas e modos encontrados nos universos musicais da Europa eslava. Outros, como Schoenberg, voltaram-se para o construtivismo sem outras raízes senão a música teorizada nos livros. Já o nosso Vila-Lobos e os demais compositores da safra de 1922 não fizeram mais do que vestir com a roupa da harmonia impressionista as nossas canções de roda, os nossos cantos indígenas, as nossas cantigas rurais, fazendo uma música européia para consumo de europeu, por isso, “condimentada” com o exótico dos “povos exóticos”. Tudo, em suma, acondicionado em envólucro europeu: “vatapá, jacaré, vitória-régia”, como disse Mário de Andrade (4). O mesmo fizeram os modernos compositores da América do Norte: Gershwin, sinfonizando o jazz; Copland e mesmo, mais recentemente, um artista tão lúcido como Bernstein. Depois disso tudo, os vanguardismos mais extravagantes das músicas concreta, aleatória, eletrônica e não sei que mais, desenvolvidos principalmente por franceses e alemães, europeus, enfim, o que é bastante significativo.

2. *Universalidade e Cosmopolitismo*

A música da Europa, como consequência de uma situação histórica singular já mencionada, torna-se a música dos centros urbanos “civilizados”, não só do ocidente, mas, hoje, de todo o mundo. Dessa forma, passa a constituir o padrão cosmopolita de linguagem musical.

Se aqui não temos uma resposta para a intrincada questão estética de definir os critérios de universalidade da obra de arte, e a isto não ambicionamos neste trabalho, ao menos acreditamos que não é a adoção de padrões artísticos mais difundidos pelos focos de vida urbana modernos que torna universal uma obra de arte, já que a difusão dos padrões artísticos de uma ou outra cultura é um puro acidente histórico-cultural. Se fosse a adoção de tais padrões o critério indiscutível de universalidade, sem dúvida, a música européia seria, *ipso facto*, a música universal por excelência. Mas cosmopolitismo e universalidade não são uma mesma coisa, nem a segunda decorre do primeiro, embora não sejam necessariamente excludentes entre si. Assim, para nós, é um equívoco buscar-se o universal no cosmopolita, somente porque cosmopolita. E o compositor moderno está trancado na preocupação de fazer música cosmopolita, fruto desse equívoco, negando o universo da música euro-

4) ————. *Ensaio sobre a Música Brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Editora, 1962, p. 14. Este autor, do qual repetimos aqui algumas idéias, chega a afirmar, na mesma obra, que “no caso de Vila-Lobos por exemplo é fácil enxergar o coeficiente guassu com que o exotismo concorreu pró sucesso atual do artista” (idem), embora lembre: “Ninguém imagine que estou diminuindo o valor de Vila-Lobos não. (...) Mesmo antes da pseudo música indígena de agora Vila-Lobos era um grande compositor. A grandeza dele (...) passava despercebida. Mas bastou que fizesse uma obra extravagando bem do continuado prá conseguir o aplauso” (idem). Observa ainda que “como a gente não tem grandeza social nenhuma que nos imponha ao Velho Mundo, nem filosófica que nem a Ásia, nem econômica que nem a América do Norte, o que a Europa tira da gente são elementos de exposição universal: exotismo divertido. Na música, mesmo os europeus que visitam a gente perseveram nessa procura do exqu岸ito apimentado” (Ibidem, p. 15). O livro do poeta da “Paulicéia Desvairada”, publicado pela primeira vez em 1928, é, como se vê, de leitura indispensável a quem quer se interessar por esses assuntos.

péia a partir dele mesmo e não tentando enriquecê-lo com a descoberta e valorização inteligente das linguagens musicais do homem não-europeu e do europeu não-cosmopolita. Não estamos nos referindo ao já feito pelos compositores das Américas, à elaboração de uma música européia com tinturas americanas exóticas, mas à descoberta conscientemente despojada das linguagens musicais, com seus modos, seus padrões de ritmo, seus timbres, dos universos musicais ilhados no interior das nações americanas, africanas, asiáticas e da Europa não-cosmopolita, pela cultura cosmopolita da vida urbana.

O problema da universalidade, do cosmopolitismo e do regionalismo ou nacionalismo (adiante explicaremos a nossa idéia do conceito de regionalismo e de nacionalismo) não é absolutamente novo nem exclusivo da arte musical. É uma questão antiga e pertencente a todos os domínios da cultura. Porém, dadas as condições tecnológicas da cultura cosmopolita contemporânea, que “diminuiu” as dimensões físicas do mundo e agravou questões que, em um passado recente, seriam bizantinas, como as que discutimos agora, acreditamos que o problema ganha hoje uma dimensão e uma importância maiores que em outros períodos históricos.

Se é verdade que o universal pode muito bem ser buscado e encontrado no cosmopolita, achamos preferível não esquecer que o cosmopolita é antes uma caricatura do universal. Queremos dizer com isto que achamos perfeitamente legítimo que o compositor contemporâneo se volte para a tradição, bastante respeitável e bem mais ainda respeitada, dos padrões da música européia cosmopolitizada, desde que o seu interesse por essa música não tenha a subserviência que caracteriza aquela atitude de culto do passado — e passado europeu — como já observou Bernstein. Afinal, não devemos nem podemos nos esquecer que fomos colonizados e catequizados — para a religião como para a música, a literatura, etc. — por europeus e que, por essa razão, os padrões de cultura européia são bastante fortes na nossa formação. Mas não devemos, também, em contrapartida, deixar de ter em mente que na América subdesenvolvida ou desenvolvida, bem como nas novas nações africanas e

asiáticas e, até mesmo na Europa, existem culturas cujos padrões, por não serem cosmopolitas, não deixam de ter significação universal. Não devemos esquecer que o nosso estilo de vida e a nossa arte devem ser buscados nessas raízes culturais.

É verdade que estamos tentando contrapor juízos de valor a juízos de realidade. A cultura cosmopolita e o modo de vida das cidades se universaliza a partir do momento mesmo em que se cosmopolitiza. Sem querer simplesmente invocar o direito de defender tais proposições de valor, lembramos apenas um fato significativo quanto animador; o surgimento recente de uma literatura latino-americana tão nova e poderosa que atrai para si a mais entusiástica atenção do mundo ocidental, a literatura de um Gabriel Garcia Marquez, um Julio Cortazar, um Jorge Luiz Borges, um Guimarães Rosa e, mais recentemente, um Ariano Suassuna. O exemplo desses escritores é um modelo para o compositor americano, preocupado em importar as mazelas e vanguardismos da Europa, que ainda nos chegam pelas caravelas, na expressão de Oswald de Andrade. Não se trata de negar a tradição com a experiência cultural do homem não-europeu e do europeu não-cosmopolita. No caso do homem americano, trata-se, a nosso ver, de desfazer o mito de que cultura européia é sinônimo de cultura ocidental. O ocidente, apesar da dominação cultural de algumas culturas nacionais européias e do alastramento do cosmopolitismo urbano, não é a cultura européia somente. O ocidente, com suas Américas, principalmente a América subdesenvolvida, não é a superfície cosmopolita da vida urbana, e todos nós, latino-americanos, sabemos disso muito bem. Para o músico, como para o artista em geral, esta nos parece uma constatação vital. Quanto aos Estados Unidos da América do Norte, é verdade que esta nação, pelo seu nível de desenvolvimento econômico e consequente posição no cenário político mundial, é o principal foco de irradiação de padrões cosmopolitas em muitos setores da cultura, mas, no domínio da arte erudita, da filosofia e do conhecimento não-tecnológico em geral, ainda é a Europa que dita os padrões tidos como ideais, inclusive em relação àquela nação. O que chamamos imprecisamente de cultura ocidental é, assim, hoje, resultado não somente da dominação cultural, remanescente de uma dominação

econômica perdida, de um punhado de nações da Europa, mas também da dominação econômica dos Estados Unidos, já que a Europa perdeu a sua antiga posição na configuração econômica do mundo mas não perdeu a hegemonia no plano da cultura erudita.

3. *Universalidade e Regionalismo*

Chegamos ao problema do regionalismo ou nacionalismo, que também não é novo. Usamos a expressão "regionalismo" de preferência a "nacionalismo" porque achamos a primeira mais abrangente que a segunda, apesar das conotações modernas do termo "regionalismo", sendo o nacionalismo um fenômeno historicamente recente, o que nos permitiria, não fosse a consagração da palavra nacionalidade, falar em "regionalismos nacionais". A palavra "regionalismo" refere-se geralmente a setores intra-nacionais da cultura e a preocupação dos compositores de vanguarda com o compromisso para com as suas culturas de origem é expressa em termos de nacionalismo, já que modernamente o mundo é politicamente dividido em estados nacionais. Porém a delimitação política de regiões geográficas não corresponde necessariamente à delimitação de regiões culturalmente distintas. Há o caso de nações, como o Brasil, que abrangem várias regiões culturais distintas a partir dos elementos de outras culturas que lhes deram origem. O nacionalismo, nesses casos, é concretamente expresso através de manifestações culturais específicas de regiões jurídica e politicamente integradas em estados nacionais. O nacional é, nessas nações, em última análise, o regional intra-nacional. No caso das nações cuja dimensão territorial e relativa homogeneidade cultural nos permitem assimilar o nacional a entidades culturais específicas, também não deixa o nacional de ser regional, já que a forma de estado nacional como unidade política é um acidente da cultura moderna. Donde a nossa preferência pelo termo "regionalismo" em vez de nacionalismo. Não se confunda, portanto, regionalismo com o sentido corrente de regionalismo intra-nacional, neste trabalho.

Qual a importância dos padrões regionais de linguagem musical para o músico criador contemporâneo no ocidente? A

esta pergunta já respondemos indiretamente nas duas primeiras partes deste trabalho. Podemos acrescentar que a importância desses padrões decorre da suposição, aqui defendida, de que a revitalização de um sistema de linguagem musical em decomposição, porque desvinculado de suas raízes culturais, somente pode se tornar efetiva com a valorização dos vários universos de culturas musical ilhados no ocidente, até mesmo na Europa não cosmopolita, e no mundo, reconhecendo nessas culturas a dimensão de universalidade que elas possuem, apesar das nossas vaidades etnocêntricas de “europeus” americanos.

Mas os adeptos do cosmopolitismo têm seus expedientes que lhes permitem mascarar o problema, quer seja negando a validade da alternativa nacionalista (como o problema do regionalismo é posto no presente) e se voltando para a pesquisa de exotismos cerebrais; quer seja buscando o puramente superficial, o exótico dos universos de cultura musical não-européia, para então “empacotar” esses elementos em convenções e orquestralismos europeus.

No caso da canção popular, a indústria discográfica é o veículo por excelência de difusão e cristalização dos padrões cosmopolitas de linguagem musical. Mas aí trata-se sobretudo de padrões musicais norte-americanos, dada a posição dos Estados Unidos na economia mundial.

A difusão dos maneirismos harmônicos e instrumentais do jazz comercializado no Brasil, com a propagação do disco e do filme sonoro, principalmente a partir da década de trinta, deixou marcas bem visíveis na nossa música urbana, música urbana esta quase que exclusivamente restrita ao samba carioca por conta da centralização da vida econômica do país no eixo Rio-São Paulo. Essa penetração da música americana, intensificada com a “good neighbourhood policy” do após-guerra, veio a produzir nos fins dos anos cinquenta o movimento conhecido como Bossa Nova. Qualquer que seja a nossa posição em relação a esse movimento, não se pode negar que ele instaure uma nova fase na nossa música popular. Desenvolvimento, somente alguns poucos compositores conseguiram a síntese feliz entre o cosmopolita, representado pela música norte-americana, e o regional

— o samba carioca —, fazendo música que, não pelo cosmopolita, mas precisamente pelo regional, tem dimensões universais, a exemplo de Antônio Carlos Jobim. Mas a maioria dos compositores desse movimento nem sempre tiveram a felicidade do seu “papa”, caindo precisamente em cima dos modismos superficiais do cosmopolitismo do jazz comercializado — o chamado *west coast style*. E se perderam. E foram esquecidos. Depois, passada a euforia dos primeiros anos da Bossa Nova, outros tentaram explorar universos musicais de regiões economicamente periféricas e dependentes em relação ao eixo Rio-São Paulo — especialmente a região nordeste —, mas apenas como “tempero picante” para a música feita antes para a alimentação da “máquina do disco”, quando não diretamente para os festivais; como puro adorno para os padrões estabelecidos do gosto musical do homem da cidade, que outro não é senão o gosto impingido pelo empresário do disco ao seu mercado. É a encampação da cultura musical regional intra-nacional não como linguagem, mas antes ditada pela busca de sensações fortes, de exotismos.

Mais recentemente, outros compositores populares do Brasil voltaram-se deliberadamente para os sons cosmopolitas, embora denominassem esses sons como universais, sem atentarem para a atitude subserviente de aceitação pouco ou nada crítica de padrões tornados cosmopolitas somente pela posição econômica das nações a que pertencem. Seria o cosmopolita o critério básico de universalidade para esses compositores? Mas o cosmopolita é, em última análise, uma decorrência do poder econômico. Será, então, legítimo concluir que o universal em arte é produto do poder econômico?

Tivemos notícia de que um jovem compositor popular brasileiro teria afirmado que para fazer música nordestina não era preciso vir ao nordeste. Bastava saber que a sétima na “escala nordestina” é sempre menor. Será que existe uma “escala nordestina” única? Já observamos, em outra parte, que o universo musical do nordeste do Brasil é conhecido do brasileiro das cidades o quanto é conhecida a música induzida pelo homem ocidental. Não existe apenas um modo melódico na música nordestina brasileira, no caso, o correspondente ao modo hipolídio

grego. Quem assim acredita não faz mais que atestar uma atitude cosmopolita de superioridade etocêntrica de “civilização”, muito comum em alguns folcloristas de um passado recente no Brasil. E em artistas também. O que existe, na realidade, são modos, escalas, sistemas de linguagens musicais desconhecidos ou antes esquecidos pelo homem ocidental, que já os teve em outras épocas — na Grécia Antiga e na Idade Média — quando a melodia prevalecia como concepção da linguagem musical, ao contrário da concepção vertical moderna de música baseada na harmonia. Outro aspecto importante na análise da música do mundo contemporâneo ocidental é a perda do sentido da música como linguagem, que é fruto de uma concepção particular do papel da música e da arte em geral na vida do homem ocidental: a arte exclusivamente como divertimento, como coisa para passar o tempo; ao contrário da concepção de arte em outras culturas e outras épocas da história ocidental, como, por exemplo, entre os gregos, para os quais a música era de fato uma linguagem comunicando cada um dos seus diferentes modos um estado de espírito, um *ethos*. Cada modo tinha diferentes poderes morais: “uns eram virilizadores, outros sensuais, outros enervantes” (5), outros predispunham à meditação religiosa, etc. Mas é bem difícil para o ocidental moderno conceber o fenômeno música como linguagem. É claro que não nos referimos aqui à parte verbal da canção, mas à música em si mesma. O papel da palavra na canção é um outro problema, aliás, já estudado por Mário de Andrade em dois dos ensaios incluídos no seu “Aspectos da Música Brasileira” (6). A concepção da música como linguagem é difícil mesmo ou sobretudo para o

5) Para análises mais detidas da Bossa Nova, leia-se: Tinhorão, José Ramos. *Música Popular — Um Tema em Debate*. Rio de Janeiro, Editora Saga, 1966. Neste livro o autor esboça uma análise sociológica, a única existente, do movimento. Duas análises bastante interessantes por músicos: Brito, Brasil Rocha — “Bossa Nova”; e Medaglia, Júlio — “Balanço da Bossa Nova”, ambos in Campos, Augusto de et alii. *Balanço da Bossa*. São Paulo, Editora Perspectiva, 1968.

6) Os ensaios de Mário de Andrade aos quais nos referimos são: “Os Compositores e a Língua Nacional” e “A Pronúncia Cantada e Problema do Nasal pelos Discos”, incluídos em *Aspectos da Música Brasileira*. São Paulo, Livraria Martins Editora.

compositor, que produz a sua música exclusivamente para a diversão de um público — no caso do compositor popular — manipulado pelo empresário do disco, embora não devamos nos esquecer que o artista ocidental, antes de depender dos favores da massa, dependia diretamente dos favores dos nobres, dos reis ou dos papas. Mas não é essa dependência em si mesma que nos interessa na presente discussão, mas a perda do sentido da música como linguagem e o fato de que essa perda está possivelmente correlacionada com a acentuação do caráter mercantil da atividade de produção artística através da atribuição de um sentido quase exclusivo do objeto de consumo à obra de arte.

A redescoberta do sentido lingüístico da música é, do ângulo deste trabalho, uma condição indispensável à valorização dos universos de linguagem musical do homem não-europeu, ao contrário da atitude superficial de aproveitamento oportunista dos traços pitorescos dessas linguagens, como um artifício destinado a quebrar a monotonia inevitável de um sistema de linguagem musical desligado de suas origens culturais, vivendo só do pó da teoria morta que não faz a arte. Quando falamos em redescoberta do sentido lingüístico da música não estamos nos reportando a uma pura abstração lírica e nostálgica, mas a uma realidade concreta demonstrável através da análise musicológica dos vários modos, das combinações sonoras existentes para cada cultura, do sentido e das emoções a eles relacionados pela experiência cultural. Mas a perda do que aqui chamamos sentido da música como linguagem, à falta de expressão melhor, não foi absoluta para o homem ocidental. Sabemos que a música é tida, de qualquer forma, como catalizadora de emoções e a atribuição de diferentes significados a diferentes ritmos, escalas melódicas e combinações harmônicas, continua a existir, como não poderia ser de outra maneira, na nossa cultura, o que poderia ser objeto de estudo de uma ainda inexistente semiologia musical. A música existe na cultura como símbolo e, como tal, significa necessariamente alguma coisa. E é esse caráter simbólico que lhe dá existência. Se é relativo essa perda do sentido da música enquanto linguagem, talvez seja melhor falarmos não em uma perda propriamente de sentido, mas em

uma maior ou menor consciência desse sentido, já que o mesmo é uma consequência inevitável do caráter essencialmente simbólico da música.

Voltando, pois, à suposição grosseiramente primária de que o hipolídio dos gregos é a escala característica única do que se chama "música nordestina", tal suposição tem origem no surgimento do baião urbano, em fins da década de quarenta, o qual, na realidade, se não é de toda uma contrafação das linguagens musicais do nordeste brasileiro, é um dos muitos padrões, e, assim mesmo, estereotipado, das linguagens musicais dessa região. É música nordestina adaptada ao gosto urbano e feita para alimentar a indústria do disco. Esse é regionalismo no sentido depreciativo que se usa geralmente empregar a palavra; regionalismo de caipira, de cangaceiro, enfim, restrito ao pitoresco. É exatamente o que não defendemos.

Dos músicos brasileiros, mais interessados nos modismos estrangeiros, atitude facilmente compreensível como efeito-demonstração, poucos, que saibamos, voltam-se para o regional como busca de um idioma musical brasileiro legítimo. Dos raros que, diante das modas internacionais, ainda não tem medo de defender uma posição brasileira, lembramo-nos de Guerra Peixe, músico, compositor e musicólogo dos mais brasileiros. No Recife, o trabalho de Antônio José Madureira, do Quinteto Armorial da Universidade Federal de Pernambuco, é merecedor de nossa maior admiração, pela seriedade e afinação com as idéias aqui defendidas. Além destes, Jarbas Maciel, infelizmente consumido por outros afazeres, deve igualmente ser lembrado não somente como compositor, mas como musicólogo voltado para os problemas da criação de um idioma musical brasileiro. Digno de ser mencionado é o trabalho do jovem compositor Antônio Carlos Nóbrega de Almeida, também do Quinteto Armorial. Capiba, que também se volta com êxito para a música erudita de câmara, deve ser, do mesmo modo, aqui lembrado. Que nos perdoem os compositores aqui omitidos por desconhecimento ou puro esquecimento momentâneo. Mas, de todos os exemplos citados, sem dúvida, é a experiência do Quinteto Armorial o que de mais significativo existe na busca de uma linguagem musi-

cal brasileira. Não deve ser omitida a figura do criador e mentor do Quinteto, "músico" apenas de assobio, mas de grande sensibilidade na intuição dos caminhos mais adequados para a música brasileira: Ariano Suassuna, sem o qual não existiria o Quinteto Armorial. Não sendo músico além do assobio, desempenha, à frente do Quinteto, o papel antes representado por um Mário de Andrade como orientador dos compositores da safra da Semana de Arte Moderna. Fique o nosso depoimento como um dever cumprido.

A posição não-cosmopolita, como entendida no presente trabalho, não nos parece, para o músico de hoje, simplesmente uma alternativa possível na solução do impasse criado pela veneração incondicional do padrão europeu de linguagem musical no ocidente, porém o mais legítimo caminho de renovação da música ocidental, tendo como base a criação, pela descoberta das culturas musicais do mundo não-europeu, de novos idiomas musicais. Melhor nem mais insuspeito exemplo a ser seguido não há do que o exemplo mesmo da música européia (não a música européia contemporânea), cujo vigor, apuro formal e universalidade não é fruto senão das suas raízes no universo musical vivo da cultura à qual estava ligada. Que o músico contemporâneo repita o compositor da grande música européia, mas não repita essa música. Que busque na cultura de sua região, quer na América, na África, na Ásia ou mesmo na Europa não-cosmopolita, a sua linguagem musical, que outra não pode ser senão a linguagem musical da sua cultura.

O arquivo João Alfredo e sua importância

De como se processam na Biblioteca Central, da Universidade Federal de Pernambuco, os trabalhos especializados para sua organização e transformação em instrumento de trabalho universitário.

FLÁVIO GUERRA

Diz Samuel Jamesson que “enquanto a lembrança individual se transforma em pó ou cinzas, a memória coletiva sobrevive em documentos escritos”. E que, por isso, “a guarda, o colecionamento, a classificação, a preservação e a segurança desse material tangível ou intangível deve ser confiada, merecendo todo o cuidado dos poderes públicos, a instituições especializadas e a técnicos em documentação”.

Por sua vez, o conhecido arquivista inglês Sir Hilary Jenkinson, antigo diretor do “Public Record Office”, de Londres, comenta que, na ocasião em que os arquivos deixarem de ser de uso corrente, “a conservação adequada dos seus acervos deverá ainda ser considerada como objeto essencial de preocupação nacional, porque eles (os arquivos), e somente eles, nos dão a orientação indiscutível para a conduta do presente em face da lembrança do passado”. E conclui: “a preservação do material histórico não deverá ser, pois, encarada como um luxo ou algo apenas acadêmico, mas, sim, como uma necessidade nacional”.

Em face disso, o conceito brasileiro de documentação e arquivística já vem de algum tempo se modificando, sendo ponto pacífico em nossos dias a necessidade de tornar acessíveis os documentos históricos ao leitor estudioso, elevando as tarefas públicas nesse sentido a funções de relevância nacional.

Dentro desse espírito, foi que a Reitoria da Universidade Federal de Pernambuco compreendeu a necessidade de salvar o valioso arquivo do pernambucano Conselheiro João Alfredo, que se encontrava até 1970 inativo e seriamente ameaçado de perda ou destruição dentro de pouco tempo, no Rio de Janeiro.

O cuidado e a sensibilidade do ex-Magnífico Reitor Prof. Murilo Guimarães e do atual, Prof. Dr. Marcionilo Lins, perceptíveis ambos à importância moderna da salvação de arquivos históricos e sua preparação técnica, para servir de instrumento de trabalho universitário, foram atentos à situação em que se encontrava aquele valioso acervo documental, carecendo um enquadramento dentro dos conceitos acima expedidos, sobre arquivística e documentação.

Assim, nos fins de 1970, foram iniciadas as demarches nesse sentido, as quais resultaram em:

- a) doação total, pela família Correia de Oliveira, do arquivo do seu finado e ilustre chefe, à Universidade Federal de Pernambuco;
- b) desenvolvimento de um trabalho científico, na preparação de verbetes, classificação, organização, preparação de índices e conservação dos documentos, estimados em 50.000, correspondentes ao referido acervo e recebidos a granel, em péssimas condições de conservação, dos locais onde se encontravam no Rio de Janeiro.

Dado o vulto da documentação e o péssimo e confuso estado em que se achava, estão sendo procedidos inicialmente os serviços de verbetagem e colecionamento, sendo este último feito no sentido de:

- 1) procedência local;
- 2) ordem cronológica;
- 3) procedência pessoal;
- 4) assuntos.

Semelhante processo, em linhas gerais, obedece ao sistema classificatório de T. R. Schelleberg, que prevê, no seu "Ma-

nual de Arquivos" (Rio — 1959), a formação de grupos documentais contendo informações sobre:

- 1) origens;
- 2) épocas;
- 3) pessoas;
- 4) fenômenos-coisas.

Estes serviços estão sendo processados na Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, pelo historiador e Técnico em Pesquisa e Documentação Flávio Guerra, auxiliado pela Bibliotecária Cremilda Leda Pasquale Perruci.

Até agora, dentro daquelas linhas gerais de trabalho especializado, já foi atendido um grande número de documentos, distribuído da seguinte maneira:

Autógrafos de D. Pedro II	106
" da Princesa Isabel	61
" do Conde d'Eu	37
" do Visconde de Camaragibe	128
" do Visconde do Rio Branco	452
" do Barão de Lucena	199
" do Conde de Nioac	60
" de João Alfredo	95
	—
	1138

Correspondência procedente de Pernambuco (diversos remetentes)	986
Idem, idem, do Rio de Janeiro	956
" " de São Paulo	213
" " do Rio Grande do Sul	148
" " da Bahia	137
" " de Alagoas	119
" " do Pará	87
" " do Ceará	79
" " do Maranhão	66
" " de Sergipe	64
" " da Paraíba	59

”	”	de Minas Gerais	50
”	”	do Espírito Santo	47
”	”	do Amazonas	44
”	”	de Santa Catarina	40
”	”	do Rio Grande do Norte	35
”	”	do Piauí	27
”	”	do Paraná	22
”	”	de Goiás	16
”	”	de Mato Grosso	13
”	”	do estrangeiro	84

 3292

Autógrafos de procedências e destinos diversos	129
Documentos vários, tais como Relatórios, Pareceres, Informações, Estudos	210

 4769

Considerando que cada peça desses grupos se compõe, em média, de cinco páginas ou folhas, pode-se estimar uma proporção de aproximadamente 23845 documentos preparados e já prontos para ser consultados, como instrumento de trabalho para estudantes, professores e historiadores.

QUEM FOI JOÃO ALFREDO CORREIA DE OLIVEIRA E O PORQUE DA IMPORTÂNCIA DO SEU ARQUIVO

Esse político brasileiro, dos tempos do Império, nascido em Pernambuco, reteve nas suas mãos, por mais de trinta anos, os maiores segredos de Estado do Brasil. Deputado Imperial por sua terra natal em várias legislaturas; Senador do Império; Ministro dos Negócios do Império durante os governos conservadores do Marquês de S. Vicente e do Visconde do Rio Branco, no período de 1870 a 1875, quando, no último, enfrentou os grandes problemas nacionais da chamada Questão Religiosa, envolvendo os bispos D. Vital e D. Macedo Costa, a Maçonaria e o Império; a discussão e aprovação das leis Sexagenária e do Ventre-Livre; a reforma eleitoral, e outras tantas questões

seríssimas, deixaria o governo para retornar ao Parlamento, exercendo cumulativamente as funções de Conselheiro de Estado.

Em março de 1888, havendo, fazia pouco, deixado o governo da Província de S. Paulo, voltaria ao governo do Império, desta vez como Chefe do Ministério e Ministro da Fazenda, arrostando o climax da campanha abolicionista, que resultou na Lei Áurea de 13 de maio daquele ano, daí chegando até às proximidades da campanha republicana, quando passou a chefia do Gabinete ao Visconde de Ouro Preto, o último Ministério do Império.

Deposta e banida a família imperial brasileira, durante muitos anos ainda coordenou no Brasil as atividades monarquistas, que visavam ao retorno do regime monárquico.

Foi um dos homens fortes de D. Pedro II, atuando em todos os Ministérios, consultado, ouvido, respeitado, nunca discutido. O Imperador D. Pedro II, certa vez na Europa, em 1888, chamou-o em uma carta “o homem da minha maior confiança”. Além da grande perspicácia política e profundo senso administrativo, possuía uma inteligência privilegiada que o distinguia como um homem culto e profundo conhecedor da ciência do Direito e da Economia, o que lhe conferiu as chances de ainda exercer a advocacia e ser o segundo diretor da Faculdade de Direito do Recife, sucedendo ao Visconde de Camaragibe, além de, já na República, durante o governo de Hermes da Fonseca, exercer as funções de Presidente do Banco do Brasil.

Viajava constantemente da corte para o Recife, nunca se desligando da política pernambucana, seu maior centro de atuação. Ao seu encontro estavam constantemente indo conservadores, liberais e até republicanos. Joaquim Nabuco, um liberal dos mais ativistas, era seu compadre e grande amigo. Seu palacete na Madalena (Recife) — ainda hoje se conhece o Palacete João Alfredo, na Praça que tem o seu nome, — era a Meca de toda a política nordestina.

No seu Arquivo encontra-se, pois, uma infinidade de documentos raros e importantes, do que já demos acima uma idéia

numérica e através dos quais figuras mais expressivas do Império brasileiro tratavam dos mais variados assuntos, muitos enfocando minúcias de sérios problemas históricos estudados até hoje, ameaçando-os agora com um processo de revisão histórica, dado o ineditismo dos documentos guardados em segredo e a veracidade dos acontecimentos neles tratados.

ALGUMAS PEÇAS IMPORTANTES DO ARQUIVO
JOÃO ALFREDO E CONSTANTES DO SETOR
“DOCUMENTOS VÁRIOS”

- 1) Originais do próprio punho de João Alfredo, da sua Carta-Testamento.
- 2) Original autógrafo de uma carta de Deodoro da Fonseca, datada de 10 de dezembro de 1888, e dirigida ao Ministro da Guerra de então, Conselheiro Tomás José Coelho de Almeida, onde o velho militar e proclamador da República, expõe as razões e os inconvenientes políticos e militares da sua comentada remoção para Mato Grosso.
- 3) Prova tipográfica da última Fala do Trono, apresentada na abertura do Parlamento, datada de 20 de dezembro de 1888, na qual o Imperador D. Pedro II fez do próprio punho várias emendas, inclusive com a colocação de tempos de verbos, pronomes e substituição de palavras, procedendo alguns comentários.
- 4) A segunda via da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, e cujo original se encontra no Museu Imperial.
- 5) Algumas escrituras de compra e venda de escravos, datadas de 1870.
- 6) Rendas de todas as Alfândegas do Império, de 1808 a 1886.
- 7) Edição original, em francês, datada de 1878, e publicada em Versailles, da obra *Recherches sur le Climat*

et Moralité de la Ville du Recife ou Pernambuco (Brasil), da autoria de Emile Berenger.

- 8) Portaria de outubro de 1874, autorizando a Ordem Carmelitana do Brasil vender o Convento da Cidade de Goiana, em Pernambuco.
- 9) Contrato aprovado em 1857, entre o Governo e a “City Improvements” para fazer a limpeza das casas e dos esgotos de águas fluviais da Cidade do Rio de Janeiro.
- 10) Várias informações e estudos procedidos no período 1872/1874, — tratando da criação de uma Província do São Francisco, onde seriam anexadas, além das povoações componentes da atual Comarca do São Francisco, algumas vilas de Minas Gerais e da Bahia.
- 11) Autógrafo da Lei 5337 de 16.07.1873, autorizando o arrasamento dos morros de Santo Antônio e do Castelo, no Rio de Janeiro, inclusive um Parecer da Comissão de Obras Públicas da Câmara Imperial, assinado pelos deputados Ferreira Viana, Pereira dos Santos e A. T. de Amaral.
- 12) Contrato firmado na Legação Imperial do Brasil, em Paris, de um lado o embaixador Visconde de Itajuba e, de outro, o Professor Henrique Gorceix, para organizar no Brasil os estudos de mineralogia e geologia, do que resultou a fundação da Escola de Minas, em Ouro Preto.
- 13) Memorial longo e minucioso, criticando o governo imperial, assinado por 2050 Senhoras baianas, a 9 de junho de 1874, pedindo à Imperatriz a libertação de D. Frei Vital e a liberdade da Igreja no Brasil.
- 14) Estudos procedidos por uma comissão presidida por Joaquim Lopes Machado, encarregada pelo governo provincial, em 1888, de promover a construção de um Passeio Público no Recife, denominado 13 de Maio, havendo sido escolhido “o local ao lado do Ginásio Provincial”.

- 15) Cópia-impressa da Portaria mandando prender o expulsar os padres jesuítas da Província de Pernambuco, e esclarecendo-se as razões disso.
- 16) Papéis oficiais da Casa Real, sobre o nascimento de uma princesa extraída morta, filha da Princesa Isabel e do Conde d'Eu.
- 17) Campanha na imprensa, contra e a favor, das obras da remodelação do Rio de Janeiro, projetadas por Pereira Passos.
- 18) Apontamentos acerca do prolongamento da estrada de ferro do Recife ao São Francisco.
- 19) Estudos de 1881 sobre a "Estrada de Ferro do Norte de Pernambuco".
- 20) Exemplar-impresso de um projeto-lei de 1885, sobre a criação de fundos de emancipação, para a abolição gradual do elemento servil no Brasil.
- 21) Relação minuciosa dos móveis, objetos e pertences existentes no Palácio da Presidência de São Paulo, quando da investidura de João Alfredo no governo daquela Província, em 1886.
- 22) Projeto apresentado em julho de 1886, para os serviços de melhoramentos do Porto do Recife, dentro dos estudos, que estão anexos, de Sir John Hawkshaw, a 15 de julho de 1875.
- 23) Resumo do próprio punho de J. A., do que ocorreu na residência do Barão de Cotegipe, a respeito de uma provável renúncia do Ministério do Duque de Caxias, ocasionando uma intervenção militar. Há informações minuciosas sobre a atitude de Deodoro da Fonseca, que teria declarado que a solução seria chamar o Conselheiro João Alfredo para organizar um novo governo.

- 24) Relatório das demarches, que resultaram na composição do Ministério de 10 de março de 1888, que faria a abolição da escravatura no Brasil.
- 25) Minuta, com a letra de J. A., de um manifesto datado de 1896, dirigido à nação, pelos chefes do Movimento Monarquista Visconde de Ouro Preto, João Domingos Figueira, Lafaiete Lemos Pereira, João Alfredo e outros.
- 26) Plaquete colorida do "Prolongamento do Cais da Praça D. Pedro II", no Rio de Janeiro.
- 27) Relatório minucioso dos estudos feitos em 1879/1880, a mando do Conselheiro Cansação de Sinimbu, Presidente do Conselho de Ministros, pelo engenheiro em hidráulica inglês Milnor Roberts, sobre o "Rio São Francisco desde o Mar até a Cachoeira de Pirapora numa extensão de 9198 kms".
- 28) Relatório manuscrito, contendo 78 páginas, sob o título "Observações topográficas, mineralógicas e fisiológicas de São Paulo e Santos". Trabalho do ano de 1885 da autoria de Carlos Ruttle, membro de várias sociedades científicas da Europa.
- 29) Planta, aproximadamente de 1872/1873, de trecho do bairro de Santo Antônio do Recife, principalmente a Rua Nova e adjacências, com indicações sobre número das casas, número dos andares nos sobrados, igrejas, repartições públicas, vendo-se, inclusive, nitidamente, a posição da Ponte da Boa Vista, bem diferente da de hoje.
- 30) Trabalho impresso no Recife em 1874, contendo informações, inclusive leis e decretos, sobre a reforma do ensino público na Província de Pernambuco, efetuada durante o governo do Barão de Lucena.
- 31) Original do livro de João Alfredo, intitulado "O Barão de Goiana e o seu Tempo".

PROSSEGUIMENTO DOS TRABALHOS DE ORGANIZAÇÃO

Localizado, hoje, esse precioso material no Setor de obras raras e documentos históricos da Biblioteca Central da Universidade Federal de Pernambuco, ao término dos serviços preliminares que se estão fazendo, visto que ainda resta uma grande parte a ser apurada e preparada, será ele submetido a:

- 1) Preparação e publicação de um Índice geral analítico (onomástico e de assuntos), a fim de facilitar a consulta pelos interessados;
- 2) Restauração de alguns documentos que se encontram em péssimo estado de conservação;
- 3) Preparação e publicação de um Catálogo-geral dos Verbetes;
- 4) Análise histórica e elucidativa de pessoas e fatos tratados nos documentos, inclusive com um levantamento orientador biográfico do bem numeroso rol de titulares do Império, e outras pessoas importantes neles referidos.

É este o panorama geral que se pode hoje dar, da importância dos trabalhos que estão sendo feitos pela Universidade Federal de Pernambuco, no chamado Arquivo do Conselheiro João Alfredo, que será, aliás, o primeiro de outros que, provavelmente, em futuro próximo, poderão ser incorporados à referida Biblioteca Central, para sofrer esses trabalhos técnicos.

Sairão eles do silêncio em que se encontram, sendo levados, devidamente organizados e orientados, ao conhecimento dos interessados, principalmente como instrumento de trabalho bibliográfico para professores, alunos e historiadores.

O Recife e o desenvolvimento da Região Nordeste

MANUEL CORREIA DE ANDRADE

INTRODUÇÃO

Um dos fatos mais marcantes da segunda metade do século XX é a aceleração do processo de urbanização, tanto no mundo desenvolvido como no subdesenvolvido. O crescimento acelerado da população, provocado pela queda da taxa da mortalidade, sem que seja acompanhada de uma correspondente queda da taxa de natalidade e o abandono do campo por grande parte da população rural têm provocado um crescimento rápido da população urbana. Este crescimento provoca sérias modificações nas cidades, tanto em sua fisionomia quanto no funcionamento dos seus serviços. Isto porque, não se conseguiu ainda criar nas cidades estruturas que absorvessem a mão de obra que migra do campo para as mesmas. Daí a existência de bairros socialmente deteriorados, onde velhos sobrados se transformaram em cortiços e de bairros periféricos formados por choupanas e casas de baixos padrões econômicos e arquitetônicos. A área de influência das cidades mais dinâmicas, mais importantes, também vem se estendendo consideravelmente, graças à expansão e à melhoria das vias de transportes e comunicações. A abertura de rodovias, de ferrovias, de aeroportos e as facilidades de comunicações têm levado cidades mais importantes e melhor equipadas a disputar áreas de influência com cidades menos equipadas, captando-as para sua região de influência, ou provocando a decadência das massas, face a substituição como prestadora de serviços. Daí tornar-se indispensável, tanto ao desenvolvimento do conhecimento científico quan-

to ao conhecimento comprometido com os programas e as políticas de desenvolvimento, a realização de estudos sobre as relações entre os centros urbanos e as áreas de influência dos mesmos, entre a cidade e a região. Daí haver, na moderna geografia, uma tendência à evolução dos estudos de geografia urbana, de uma metodologia estática para uma metodologia dinâmica. Assim, os estudos urbanos realizados no Brasil na década 1940-1950 fixavam a cidade e a estudavam em si mesma, procurando analisar o seu sítio e sua localização, a fisionomia urbana, as funções urbanas, etc. preocupando-se pouco com o inserimento da cidade no exercício destas funções, no contexto regional. São exemplos clássicos deste tipo de estudo as monografias escritas por Aroldo de Azevedo sobre Cuiabá e sobre Garanhuns e o bem documentado livro de Milton Santos sobre o centro da cidade de Salvador. Os estudos dinâmicos, nos quais se procura mais marcar a presença da cidade na região e delimitar, tanto quanto possível, a área de influência de uma cidade na região por ela influenciada, passaram a ser feitos, no Brasil, sobretudo após 1961, quando aqui estive, por dois anos, o Prof. Michel Rochefort que deu em sua tese de doutoramento uma grande contribuição à reformulação da Geografia Urbana, com um substancial trabalho sobre a rede urbana da Alsácia. Posteriormente foram feitos estudos no Brasil, como o de Lísia Bernardes sobre O Rio de Janeiro e sua região, O de Nice Lecocq Muller sobre o Fato Urbano na Bacia do Rio Paraíba-São Paulo e o de Pedro Geiger sobre Evolução da Rede Urbana Brasileira.

Em 1968, o Centre National de la Recherche Scientifique da França, resolveu estudar algumas cidades da América Latina, a fim de melhor precisar a área de influência das mesmas. Entre outras, foram selecionadas pela equipe dirigida pelo Prof. O. Dolfuss, as cidades de Guadalajara no México, de Cuzco no Peru e do Recife e de Salvador no Brasil. Convidado pelo Prof. Bernard Kayser, coordenador da parte brasileira da pesquisa, para coordenar os estudos a serem feitos na capital pernambucana, aceitei a bolsa do CNRS, devidamente autorizado pela Universidade Federal de Pernambuco. Para realizar as pesquisas montei uma equipe de estudantes universitários — Walter Jorge

Coelho Bradley, Thais de Lourdes Correia de Andrade, Ednar Guedes Pereira, Pedro Vasconcelos, José Ferreira Irmão, Maria de Fátima Maciel Formiga — que além de coletarem dados na área que lhes foi destinada, participaram de seminários em que os vários dados, após uma primeira elaboração, eram discutidos e preparados para elaboração final. Como orientador e redator da pesquisa, redigimos os capítulos que formam o presente ensaio, procurando examinar a influência do Recife como centro de serviços em vários setores: administrativo, universitário, comercial, bancário, etc. a fim de melhor se poder compreender as delimitações entre a área de influência do Recife e de suas grandes concorrentes nordestinas — Salvador e Fortaleza — assim como o papel exercido como intermediária entre os dois maiores centros urbanos do país — São Paulo e Rio de Janeiro — e a região Nordeste. Procuramos realizar um trabalho altamente objetivo, a fim de ver qualitativamente quais os serviços prestados pelo importante centro urbano à comunidade nordestina e quantificar esta influência pelos vários setores estudados. Daí um estudo onde são abundantes os quadros demonstrativos e as preocupações quantitativas, mas esperamos ter escrito um ensaio pioneiro, conseqüentemente com todas as virtudes e defeitos dos ensaios pioneiros. Creio que outros estudos sobre cidades brasileiras poderiam ser realizados sob o patrocínio de Universidade ou de outras instituições, a fim de que se pudesse, estudando a área de influência de cada cidade, estabelecer com detalhes a hierarquia dos centros urbanos e a dinâmica da evolução das regiões polarizadas, ou centralizadas, para as principais cidades do país. Conhecimento que seria de grande utilidade para uma política de planejamento do desenvolvimento do país e para a elaboração de uma melhor política de organização do espaço brasileiro.

O RECIFE COMO METRÓPOLE MACRO-REGIONAL

Os estudos geo-econômicos que vêm sendo realizados no Brasil, levaram os cientistas sociais a selecionar 9 aglomerações urbanas como pólos macro-regionais. Essas aglomerações

são as seguintes. Belém do Pará no Norte; Fortaleza, Recife e Salvador no Nordeste; Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte no Sudeste e, finalmente, Curitiba e Porto Alegre no Sul. Nenhuma metrópole se situa no Centro-Oeste, região onde se localiza Brasília, capital administrativa do país o que contava em 1971 com mais de 400.000 habitantes.

É bastante desigual a importância demográfica e de obras de infraestrutura entre esses metrópoles regionais. Assim, São Paulo e Rio de Janeiro, são constituídas por grandes aglomerações de mais de cinco milhões de habitantes em regiões em que os níveis de desenvolvimento e a renda "per capita" é superior a 450 dólares americanos por habitante/ano, provocam a apresentação de padrões bem mais elevados que as demais. Recife, Salvador, Belo Horizonte e Porto Alegre apresentam em suas aglomerações mais de 1.000.000 e menos de 1.500.000 habitantes. Destas, Recife e Salvador se situam na Região Nordeste, bastante subdesenvolvida devido aos baixos níveis de vida — renda "per capita" de aproximadamente 200 dólares americanos por hab/ano e apresentam sérios problemas consequentes do afluxo de habitantes do campo, das cidades do interior e das pequenas capitais dos demais Estados do Nordeste para estes centros. Como nos mesmos não há facilidade de emprego, parte desta população passa a viver na mendicância, de furtos ou de pequenos trabalhos avulsos. Fortaleza, Belém do Pará e Curitiba possuem aglomerações com população inferior a 900 mil habitantes. Não possuindo o nível de desenvolvimento industrial do Recife e de Salvador, Fortaleza apresenta os mesmos problemas destes dois grandes centros, agravados ainda mais pelas dificuldades de obtenção de oportunidade de trabalho por parte dos migrantes que a ela chegam.

O Grande Recife é formado oficialmente por um conjunto de sete municípios — Recife, Cabo, Olinda, Jaboatão, Moreno, Paulista e São Lourenço da Mata — aos quais devem ser acrescentados os de Igarassu e Itamaracá. O conjunto ocupa uma área de 2.201 km² onde vivia em 1970 cerca de 1.800.000 hab, mais de um milhão e meio, portanto, (Tabela 1).

TABELA I

POPULAÇÃO, ÁREA E DENSIDADE DEMOGRÁFICA — 1965

Municípios	População total (hab)	População urbana (hab)	Área	Densidade demográfica (hab/km ²)
Cabo	53.517	10.639	451	119
Igarassu	38.359	9.608	497	77
Itamaracá	6.526	2.338	55	119
Jaboatão	108.759	34.991	234	465
Moreno	30.729	15.794	189	163
Olinda	113.398	113.598	29	3.917
Paulista	53.517	19.353	207	258
Recife	972.664	847.645	209	4.654
S. Lourenço da Mata	52.826	9.010	330	160
Total	1.440.490	1.064.676	2.201	654

FONTE: IBG — DEE — CONDEPE.

A densidade demográfica era de 654 hab/km², convindo destacar, porém, que o núcleo urbano mais importante e concentrado da população é representado pelos municípios do Recife e de Olinda que estão quase inteiramente urbanizados e que apresentam, respectivamente, as elevadas densidades demográficas de 4.654 e 3.917 hab/km²; à proporção que nos afastamos do núcleo da aglomeração formado pelas cidades do Recife e Olinda, as densidades vão decrescendo, sendo mais baixas nos municípios periféricos do Grande Recife, como Cabo, Igarassu, Itamaracá e São Lourenço da Mata.

A importância do Grande Recife decorre de uma série de fatores como o de ser capital do Estado de Pernambuco, que durante quatro séculos foi a divisão político-administrativa de economia mais dinâmica, ao lado da Bahia, na região; devido

a importância do seu porto, o 5.º do Brasil em exportação e o 5.º em importação; aos seus equipamentos urbanos e ao fato de nele se localizar a sede de importantes órgãos públicos regionais como a SUDENE e de empresas privadas. É verdade que outros órgãos como o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e o Banco do Nordeste do Brasil têm suas sedes em Fortaleza, também com jurisdição sobre toda a região.

Para caracterizarmos a importância do Recife (Grande Recife) sobre a região nordestina, passamos a analisar sectorialmente uma série de atividades como saúde, ensino, administração, comércio, bancos, etc.

A IMPORTÂNCIA DA FUNÇÃO COMERCIAL

A importância da função comercial de uma cidade se mede, ao nosso ver, pela importância dos equipamentos comerciais de que a mesma dispõe, pela quantidade de pessoas que trabalham para estes equipamentos comerciais e pela influência dos mesmos. Devemos também analisar as especializações por essas pessoas exercidas, as ligações com os equipamentos industriais e até que ponto o comércio funciona como intermediário entre os agentes produtores e o mercado consumidor.

A cidade do Recife tendo se desenvolvido em consequência da importância do seu porto e só posteriormente, tendo adquirido uma grande importância urbana e diversificado as suas funções, mantém no comércio uma de suas atividades mais importantes. Assim, em 1968, dispunha o Recife de cerca de 8.387 estabelecimentos comerciais que empregavam cerca de 22.211 empregados. Dentre os estabelecimentos, 7.881 dedicavam-se ao comércio retalhista e apenas 506 ao grossista. O comércio retalhista dava emprego a 17.044 pessoas, enquanto o grossista empregava 5.167. Para efeito comparativo podemos informar que Caruaru, a segunda cidade do Estado, dispunha de apenas 703 estabelecimentos comerciais retalhistas e de 63 grossistas, empregando, respectivamente, 1.385 e 208 trabalhadores. Garanhuns, a terceira do Estado, dispunha de apenas 245

estabelecimentos retalhistas e de 21 grossistas, empregando, respectivamente, 562 e 57 trabalhadores. O número de estabelecimentos grossistas é elevado em outras cidades de menor importância como Araripina (63), Arcoverde (32), Belo Jardim (33), Correntes (22), Flores (52), Pesqueira (28), Petrolina (21), Vertentes (31), e Vitória de Santo Antão (28), porque estas cidades ora são centros comerciais de relativa importância, ora porque se situam em área de elevada e diversificada produção agrícola e dispõem conseqüentemente de armazéns que adquirem a produção agrícola local para exportar para outras áreas da região, do país, ou mesmo para o exterior. No primeiro caso podemos colocar Arcoverde e Petrolina, no segundo estão caracterizados Araripina, Belo Jardim, Correntes, Flores e Vertentes. Os casos de Pesqueira e de Vitória de Santo Antão estão ligados tanto à comercialização da produção rural, como ao da importância dos centros urbanos como centros regionais, dispondo ainda de uma indústria relativamente importante.

Para avaliar a importância do Recife como metrópole regional resolvemos examinar o seu comércio grossista, de vez que o comércio varejista se destina a atender a sua própria população — o Grande Recife possui perto de 1.800.000 habitantes — à população das cidades vizinhas que vêm se abastecer na Capital. Já o comércio grossista tem influência em toda a região nordestina. Deste exame observamos que a análise deveria ser feita levando-se em conta um certo número de firmas — 81 em um total de 506, o que corresponde a 16,0% do total, ao nosso ver uma boa amostragem — e selecionamos as firmas entrevistadas de acordo com a sede do grupo econômico que a domina. Por isto, foram as mesmas classificadas em quatro grupos:

- a — Firmas com matriz sediada no Recife;
- b — Firmas sediadas em São Paulo, com filiais no Recife;
- c — Firmas sediadas no Rio de Janeiro, com filiais no Recife;

- d — Firmas sediadas em cidades do interior de Pernambuco, com filiais em Recife.
- e — Firmas sediadas em pequenas cidades do país, fora do Estado de Pernambuco, com filiais sediadas no Recife.

Como o que nos interessava era estabelecer a área de influência do comércio recifense, afastamos quase totalmente aquelas matrizes ou filiais que tinham a sua área de ação restrita à cidade ou à aglomeração, incluindo apenas três casos deste tipo devido à importância das mesmas e para utilizá-las comparando a outras empresas. O destaque dado às empresas sediadas em São Paulo e no Rio de Janeiro é consequência da importância destas duas cidades sobre as demais cidades brasileiras, de vez que são as duas únicas com área de influência por todo o país, enquanto as demais metrópoles macro-regionais — Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Curitiba e Porto Alegre — têm sua área de influência limitada a uma região. Ao nosso ver, aquelas duas cidades, que possuem mais de 4.000.000 de habitantes cada, são metrópoles nacionais, enquanto as outras, com população que oscila entre 1.800.000 habitantes e 500.000 habitantes, são metrópoles macro-regionais.

Em seguida passaremos a examinar de per si, a estrutura de funcionamento de cada um dos cinco grupos de firmas acima mencionadas.

1. *Características das firmas com matrizes sediada no Recife*
Analisando-se o grupo A observa-se a dominância dos capitais nacionais na razão social das firmas, de vez que se misturam empresas formadas por comerciantes brasileiros ou portugueses fixados e residentes no Brasil. Como exceção aparece um italiano e um alemão, radicados no Brasil; encontramos poucas empresas ligadas a grupos econômicos estrangeiros como Grandes Moinhos do Brasil Indústrias Gerais, Imperial Diesel S. A., Refrescos do Recife S. A., Ron Bacardi S. A., etc.

Quanto a área de influência das firmas, observa-se que a maioria delas — cerca de 12 — tem como área de influência todo o Nordeste, isto é, os Estados do Maranhão (Ma), Piauí (PI), Ceará (CE), Rio Grande do Norte (RN), Paraíba (PB), Pernambuco (PE), Alagoas (AL), Sergipe (SE), e Bahia (BA). Outras têm como áreas de influência uma grande porção do Nordeste (NE), como ocorre com uma que estende a sua influência do Ceará a Alagoas (CE, RN, PB, PE, AL) e uma outra que a estes Estados somam o de Sergipe. Duas firmas limitam sua área de influência a apenas três Estados, Paraíba, Pernambuco e Alagoas e uma a dois — Pernambuco e Alagoas —, enquanto três limitam sua influência ao território pernambucano e outras três ao do Recife. Duas se dedicam à exportação de produtos regionais para o exterior e três para todo o território brasileiro e para o exterior. Sete têm como área de influência o território brasileiro e três, o Norte e o Nordeste do país.

Observa-se que conforme o setor e a punjança da firma, a área de influência do Recife se amplia ou se contrai, mas que ela é substancial em toda a região nordestina e mais acentuada nos Estados localizados nas proximidades ou limítrofes com Pernambuco.

Comparando-se os setores com a área de influência observa-se que esta é maior, em geral, quando se refere a tecidos e confecções, óleos vegetais, produtos químicos, móveis e cimento. É menor em máquinas. Em alimentos e bebidas não se pode bem caracterizar porque se apresentam dos mais variados tipos, devido à importância do setor exportação.

Quanto aos centros redistribuidores destacam-se João Pessoa e Maceió, capitais dos Estados da Paraíba e Alagoas, respectivamente, mais próximos ao Recife, como sede, cada uma de 9 agências ou filiais. Este fato mostra a dependência destas cidades do comércio do Recife e a função das mesmas como intermediárias entre o interior dos Estados e a metrópole nordestina. Em seguida aparecem Natal, capital do Estado do Rio Grande do Norte, com cinco filiais e Campina Grande, Caruaru e Fortaleza com quatro. Natal é capital de Estado que não se limita com Pernambuco, mas que fica relativamente próxi-

ma ao Recife, estando ligada ao mesmo por rodovia asfaltada e por ferrovia. Fortaleza, embora distante do Recife, é cidade de 900.000 habitantes e com grande área de influência, sobretudo no Piauí e no Maranhão, enquanto Campina Grande e Caruaru são centros comerciais bastante dinâmicos no interior dos Estados da Paraíba e de Pernambuco. Salvador e Garanhuns apresentam três filiais, explicando-se o caso da primeira por ser capital da Bahia, cidade importante, equivalente ao Recife (1.000.000 hab) e que com ela disputa o controle econômico do Nordeste, e Garanhuns, centro urbano de grande influência em grandes trechos de Pernambuco e de Alagoas. Aracaju, apesar da sua proximidade com Pernambuco, tem apenas duas filiais, porque como capital do Estado de Sergipe acha-se muito mais sob a influência de Salvador que do Recife. As demais cidades que apresentam apenas uma filial são Terezina, capital do Piauí e São Luís, capital do Maranhão, situadas a grande distância do Recife, se encontram em área de influência direta de Fortaleza. A influência recifense chega a elas através da Capital cearense. Macau é um porto salineiro no Rio Grande do Norte e as demais cidades são centros urbanos do interior do Estado de Pernambuco — Limoeiro, Pesqueira, Poção, Sannharó, Palmares, Timbaúba, Vitória de Santo Antão — para conhecer a importância dos mesmos é conveniente consultar a publicação do CONDEPE intitulada “Considerações sobre a Distribuição dos Equipamentos Urbanos no Espaço Pernambucano e Indicações dos Polos Existentes”.

2. *Características das firmas com matriz em São Paulo* — Quando passamos a analisar o grupo B, observamos que se trata de grandes firmas sediadas em São Paulo, o centro econômico mais dinâmico do País, que utilizam como “relais” para o seu comércio no Nordeste do país a cidade do Recife. Aí desaparecem as firmas que expressam na sua razão social o nome dos seus proprietários e surgem as grandes sociedades anônimas, quase sempre ligadas a capitais estrangeiros como Atlas, Copeo, Bates, Goodyear, Nestlé, SKF, Olivetti, SANBRA, Siemens, Philips etc. Fato que indica a grande penetração do capital estrangeiro na grande indústria nacional, ao contrário do que ocorre na média e na pequena indústria.

Observando-se a área de influência das filiais instaladas no Recife, vê-se, como é natural, o desaparecimento de áreas de influência que se estendem além dos limites das regiões Norte e Nordeste do país, havendo oito firmas que se estendem por essas regiões, cinco que limitam essa influência ao território nordestino, uma que estende essa área de influência pelo Nordeste excetuando o Estado da Bahia, duas que excetuam a Bahia e Sergipe, três que dão à agência do Recife o controle do mercado apenas em quatro Estados — Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas —, uma apenas a Pernambuco, Paraíba e a Alagoas e uma a Paraíba e Pernambuco. Uma firma, a SANBRA, grande comercializadora de oleoginosas — algodão e mamona —, tem sua área de influência por todo o Nordeste e realiza também a exportação do produto aqui industrializado para o exterior.

Mais uma vez se observa que para certos produtos mais procurados pelo mercado consumidor, como máquinas, alimentos e tecidos, a área de influência do Recife é mais limitada, menos extensa; é que o movimento comercial permite a instalação em cidades como Fortaleza e Salvador, às vezes até em cidades menores, de filiais no mesmo nível do Recife, dependentes diretamente da matriz em São Paulo. Para produtos de menor consumo ou de preços mais elevados há maior expansão da área de influência das filiais e estas são em menor número. Daí decorre a ampliação da área de influência do Recife nos setores de material elétrico, de papel, de ferragens, de eletrodomésticos, etc. Claro que às vezes, devido ao pequeno movimento comercial de determinadas firmas ou devido ainda a sua organização administrativa, a área de extensão contraria esta linha dominante.

Quanto ao número de agências dependentes da filial ou da agência do Recife, elas são bem menos numerosas e localizadas quase sempre em cidades de maior importância. Assim, não possuem agências, cobrindo a área com viajantes ou vendendo diretamente os seus produtos a comerciantes de outras cidades, seis das vinte firmas, quase um terço. As dezesseis firmas restantes mantêm cerca de 42 sub-agências distribuídas apenas

pelas capitais de Estados, excetuando-se uma em Campina Grande, o que indica a grande importância que tem no Brasil a função administrativa no desenvolvimento dos núcleos urbanos. Dentre estas capitais, Salvador se destaca por possuir 11 sub-agências, Fortaleza vem em segundo lugar com 10 e João Pessoa em terceiro com cinco. Seguem-se Natal com quatro, Aracaju, Maceió e São Luís com três e Terezina com duas. A importância de Salvador e de Fortaleza como centros redistribuidores vem indicar a posição dessas duas cidades como centros de grandes áreas de influência no Nordeste.

3. *Características das firmas com matriz sediada no Rio de Janeiro* — Analisando-se as 11 firmas sediadas no Rio de Janeiro com filiais no Recife que cobrem grandes áreas do Nordeste, encontramos características que as assemelham às firmas paulistas.

Assim, como ocorre com as firmas paulistas, não se observa na razão social o nome dos proprietários ou dos grupos econômicos que controlam as firmas. Dominam de forma absoluta as sociedades anônimas. Entre elas, destacam-se uma sociedade em que o Governo Brasileiro tem grande participação, a ACESITA, e uma série de sociedades ligadas a grupos econômicos estrangeiros como a Atlantic, a Souza Cruz, a Esso, a Lutz Ferrando, a Remington Rand, a Shell, a White Martins e a Texaco. Firms que localizaram suas filiais no Brasil na época em que o Rio de Janeiro era Capital do país e o centro que comandava a vida econômica nacional, e lá mantiveram as suas sedes.

A área de influência das filiais do Recife é geralmente semelhante a das firmas paulistas, de vez que quatro têm influência no Norte e no Nordeste, seis em todo o Nordeste, uma no Nordeste, excetuando-se os Estados de Sergipe e Bahia, duas do Ceará a Alagoas (CE, RN, PB, PE, AL) e três apenas em três Estados — Pernambuco, Paraíba e Alagoas —. A área de influência do Recife é mais extensa nas firmas ligadas ao comércio de borracha e plásticos, de ferragens, de fumo, de tecidos, de máquinas, de material de escritório, de oxigênio e de tintas. Quanto a combustível, duas companhias dão à filial do

Recife todo o Norte e Nordeste como áreas de ação, enquanto duas outras restringem a alguns Estados do Nordeste. Os setores de jóias, de publicações de listas telefônicas e de artigos óticos apresentam áreas mais reduzidas.

Quanto à existência e à distribuição pelo espaço de agências e sub-agências dependentes da filial do Recife, convém observar que sete das dezesseis firmas, quase a metade, não possuem sub-agências e as nove firmas restantes têm agências localizadas geralmente em grandes cidades, de vez que as 37 sub-agências existentes assim se distribuem: nove em Fortaleza, oito em Salvador, quatro em Maceió; São Luís, Terezina, Natal, João Pessoa e Aracaju têm três cada uma e Campina Grande tem uma. A distribuição especial é profundamente semelhante à das firmas sediadas em São Paulo e mais uma vez indica a importância, do ponto de vista comercial, das cidades nordestinas que são sedes dos governos estaduais. Apenas Campina Grande aparece além das capitais e com uma única agência.

4. *Características das firmas sediadas no interior de Pernambuco* — Das quatro firmas de grande expressão sediada em cidades pernambucanas, duas têm suas sedes no Grande Recife, uma em Paulista e outra em Jaboatão e as demais têm sede em Goiana, situada a apenas sessenta quilômetros do Recife e outra em Garanhuns.

A primeira é uma firma fundada em Pernambuco por uma família originária da Suécia — Lundgren — mas inteiramente radicada no Estado e dedicada à fabricação de tecidos. Sediada em Paulista, ela possui centenas de lojas que se distribuem por todo o território brasileiro, ora com o nome de Lojas Paulistas ora com o nome de Lojas Pernambucanas, vendendo diretamente a sua produção ao consumidor.

A segunda, localizada em Garanhuns e também pertencente a grupo econômico radicado no Estado, dedica-se à compra de café e a sua exportação para o exterior, não possuindo agências ou sub-agências em outras cidades do país, tem escritório no Recife.

A terceira é representada por uma indústria de cimento pertencente também a grupo econômico pernambucano, que distribui a sua produção por todo o Nordeste e Norte do país. Com a instalação de novas indústrias de produção de cimentos nos Estados do Norte e Nordeste, certamente o cimento produzido em Itapessoca vai ter uma área de consumo mais reduzida. Este fato, entretanto, não trará problemas à indústria, devido ao crescimento do consumo em um país onde a indústria de construção civil tem grande dinamismo e devido ainda ao fato de várias das novas indústrias de cimento acima referidas estarem sob o controle do mesmo grupo. Como a firma anteriormente citada, esta tem escritório sede no Recife.

A quarta firma produz tubos de aço e de plástico, e tem como área de venda dos seus produtos todo o território nacional, mas os vende diretamente no Nordeste do país, possuindo sede em Jaboatão e filiais nas várias capitais nordestinas — São Luís, Terezina, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracaju e Salvador.

5. *Características das firmas sediadas em outras cidades do Brasil com filial no Recife* — Dentre as firmas sediadas em outras cidades do Brasil com filial no Recife destacam-se três sociedades anônimas, uma catarinense, uma gaúcha e uma baiana. A primeira está sediada em Joinville, Santa Catarina, dedicando-se à produção de canos e conexões para tubos. A filial do Recife tem como área de influência todo o território nordestino, possuindo agências em oito capitais dos demais Estados da região.

A segunda é sediada em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul e entrega à filial do Recife todo o Norte e Nordeste. Ela não atua através de agências e sub-agências. Dedicar-se à produção de fogões.

A terceira, sediada em Salvador, é uma firma baiana, dedica-se ao comércio de material de construção, a material para instalações industriais, máquinas e motores. Sendo uma firma sobretudo baiana, possui filial no Recife que atende a Pernambuco e Estados vizinhos. Sua grande preocupação, porém, é com

o mercado baiano, de vez que possui agências dependentes da matriz em Salvador em três principais cidades baianas — Feira de Santana, Ilhéus e Jequié.

Concluindo, achamos, como afirmamos no início do capítulo, que os dados utilizados são suficientes para indicar a grande importância do Recife como centro comercial, ora levando os produtos aqui fabricados para outras áreas do território brasileiro, ora servindo como “relais” entre o grande mercado produtor do Rio de Janeiro e de São Paulo e o mercado consumidor da porção oriental do Nordeste como um todo e até do Norte. Observa-se que a influência do Recife é muito grande em uma pluralidade de setores em Pernambuco e nos Estados mais próximos — Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte — diminuindo e se especializando à proporção que se caminha para o Ceará, Sergipe, Bahia, Piauí, Maranhão e, em menor escala, pelos Estados e territórios situados na região Norte — Pará, Amazonas, Acre, Amapá, Roraima e Rondônia.

A FUNÇÃO BANCÁRIA

De acordo com pesquisas realizadas, havia no Grande Recife cerca de 109 agências bancárias das quais 101 localizadas no município do Recife, 3 no do Cabo, 4 no de Jaboatão e 1 no de Olinda. As demais cidades que compõem o Grande Recife não dispõem de agências bancárias.

Há um domínio absoluto dos bancos particulares sobre os oficiais, de vez que estes são representados por apenas uma agência no Cabo e seis no Recife. Os bancos oficiais ora pertencem à Federação — Banco do Brasil, Banco do Nordeste do Brasil, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, Banco Nacional da Habitação e Banco Central — ora aos Estados — Banco do Desenvolvimento do Estado de Pernambuco S. A., Banco do Estado de Minas Gerais S. A., Banco do Estado de São Paulo S. A. Dentre as agências de bancos particulares algumas são filiais de grandes bancos estrangeiros — Bank of London & South America Ltda., First National City Bank, Banco Francês e Brasileiro, Banco Francês e Italiano para a América Latina, Banco Português do Brasil S. A. e Banco Real do Canadá;

outros têm matrizes em outros Estados do Brasil, pertencendo a grupos econômicos sediados nos mesmos.

As agências dos bancos localizados no Recife têm suas matrizes nos seguintes Estados:

2 no *Pará*, ambas em Belém (Banco Comercial do Pará S. A. e Banco Comércio e Indústria da América do Sul S. A.).

1 no *Ceará*, em Fortaleza (Banco do Nordeste do Brasil S. A.).

2 na *Paraíba*, um em João Pessoa (Banco Comércio e Indústria da Paraíba S. A.) e um em Campina Grande (Banco Industrial de Campina Grande S. A.).

7 em *Pernambuco*, todos no Recife (Banco do Desenvolvimento do Estado de Pernambuco S. A., Banco Financeiro S. A., Banco Comércio e Indústria de Pernambuco S. A., Banco Industrial de Pernambuco S. A., Banco Nacional do Norte S. A., Banco de Pernambuco S. A. e Banco Real de Pernambuco S. A.).

4 na *Bahia*, todas em Salvador (Banco da Bahia S. A., Banco Comercial do Nordeste S. A., Banco de Crédito da Bahia S. A. e Banco Econômico da Bahia S. A.).

8 em *Minas Gerais*, sendo sete em Belo Horizonte (Banco Comércio e Indústria de Minas Gerais S. A., Banco do Estado de Minas Gerais S. A., Banco da Lavoura de Minas Gerais S. A., Banco de Minas Gerais S. A., Banco Mineiro do Oeste S. A., Banco Mercantil de Minas Gerais S. A. e Banco Nacional de Minas Gerais S. A.), e uma em Juiz de Fora (Banco de Crédito Real de Minas Gerais S. A.).

9 no Rio de Janeiro, *Guanabara* (Banco Aliança S. A., Banco Andrade Arnaud S. A., Banco Irmãos Guimarães S. A., Banco Lar Brasileiro S. A., Banco Mercantil do Brasil S. A., Banco Nacional de Crédito Cooperativo S. A., Banco Real do Canadá, Banco Ultramarino Brasileiro S. A., e First National City Bank).

10 em *São Paulo*, sendo nove na capital (Banco Bandeirante do Comércio S. A., Banco Brasul de São Paulo S. A., Banco Comércio e Indústria de São Paulo S. A., Banco do Es-

tado de São Paulo S. A., Banco Francês e Brasileiro S. A., Banco Francês e Italiano para América do Sul S. A., Banco Mercantil de São Paulo S. A., Banco Português do Brasil S. A. e Bank of London & South America Ltd.) e uma em Osasco (Banco Brasileiro de Descontos S. A.).

2 no *Rio Grande do Sul*, ambas em Porto Alegre (Banco Industrial e Comercial do Sul S. A. e Banco da Província do Rio Grande do Sul).

1 em Brasília, *Distrito Federal* (Banco do Brasil S. A.).

A União dos Bancos Brasileiros S. A. tem três matrizes (Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre).

Há sete matrizes de Bancos no Recife. 6 Bancos só possuem, no Nordeste, agências no Recife. 15 Bancos têm sua principal agência do Nordeste no Recife. 8 Bancos têm importantes filiais nesta cidade, mas não são as mais importantes da Região. 10 Bancos têm filiais que se equivalem a outras do Nordeste.

Todos os bancos se dedicam a todas as atividades creditícias, com exceção do Banco Mercantil do Brasil S. A., em que só a Matriz é que aplica crédito na Agricultura. O Banco Nacional de Crédito Cooperativo só aplica capital na agricultura. O Banco Comercial do Pará S. A., por ter sua agência, faz pouco tempo, nesta cidade, ainda não se dedica ao crédito agrícola. As aplicações no crédito são em sua maior parte dedicadas à indústria, seguindo-se a aplicação ao comércio. Vinte e uma agências só movimentam capitais no Recife, oito movimentam em todo o Grande Recife, dez atingem todo o Estado. Apenas 3 agências alcançam todo o Nordeste, que são o Banco Comércio e Indústria de Pernambuco S. A., Banco Nacional do Norte S. A. e o Banco Real do Canadá.

Os capitais do Recife atingem São Luiz, Fortaleza, Natal, Maceió, e Salvador, concentrando-se, porém, no Recife, no interior de Pernambuco e na Paraíba.

Dos bancos do Recife, apenas 4 têm movimento de capital em mais de 2 Estados do Nordeste (incluindo Pernambuco), são os seguintes: Banco Comércio e Indústria de Pernambuco S. A., Banco Real do Canadá S. A., Bank of London & South

America Ltd. e First National City Bank. (A atuação do Banco Nacional do Norte S. A. em todo Nordeste é na parte administrativa, pois o mesmo possui agências em quase todos os Estados, cabendo a cada uma o movimento de capital).

Conforme entrevistas feitas nos bancos acima citados, chegamos à conclusão de que não existe um controle efetivo de aplicação por Estado, o critério seguido pelos bancos particulares não faz distinção entre os Estados, embora logicamente, o Estado de Pernambuco seja o maior recebedor das quantias aplicadas. O Banco Central obriga que os recursos financeiros do Nordeste sejam aplicados na própria região. Os capitais do Sul do país podem vir para o Nordeste; os depósitos é que se transformam em capitais aplicáveis.

O Banco Nacional de Habitação (B.N.H.) emprega capitais cuja origem é da arrecadação do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Este capital é unido com a poupança dos setores privados, representada por depósitos com correção monetária. Outra origem: o investimento em letras imobiliárias.

Para cada programa que executa, só é financiada uma parte, variando a percentagem, podendo ser de até 100%, de acordo com a finalidade social, decrescendo com a diminuição dos fins sociais de cada projeto.

O dinheiro é financiado pelas Financeiras e pela Caixa Econômica. Alguns bancos particulares operam com o B.N.H. como refinanciadores. A Caixa Econômica recebe projetos dos incorporadores, posteriormente financia, de acordo com o BNH, depois o BNH envia a parte que lhe compete. Existem cooperativas habitacionais e companhias habitacionais com finalidades social, estas recebem dinheiro diretamente do BNH.

Os bancos comerciais não podem trabalhar com o setor imobiliário.

Para atender as firmas comerciais os bancos emprestam por meio de notas promissórias (com prazo de 30 a 180 dias), por meio de empréstimos com correção monetária (6 a 12 meses) etc.

Os órgãos federais (Ex.: a SUDENE) não financiam o comércio. As necessidades primeiras são para a indústria e a agricultura. A indústria sendo financiada faz com que o comércio indiretamente também o seja, pois a indústria vendendo seus produtos ao comércio, com longos prazos para pagamentos, financiam o comércio através das rendas obtidas com os lucros.

Para se ter uma idéia da importância da rede bancária do Recife, interessante se torna compará-la com a de outros centros urbanos que têm função polarizadora de menor expressão que o Recife, o Nordeste, o que fazemos na Taberna II:

TABELA II

REDE BANCÁRIA DE ALGUMAS CIDADES DO NORDESTE

<i>Cidades</i>	NÚMERO DE BANCOS		
	<i>Oficiais</i>	<i>Particulares</i>	<i>Total</i>
Recife	4	78	82
São Luiz	2	11	13
Caxias	2	—	2
Terezina	3	7	10
Parnaíba	3	2	5
Fortaleza	3	28	31
Crato	1	2	3
Sobral	2	3	5
Juazeiro do Norte	2	3	5
Mossoró	2	4	6
Natal	2	14	16
João Pessoa	3	17	20
Campina Grande	3	13	16
Caruaru	1	7	8
Garanhuns	3	4	7
Petrolina-Juazeiro	3	6	9
Arcoverde	1	2	3
Maceió	3	14	17
Aracaju	2	16	18
Salvador	7	87	94
Feira de Santana	3	12	15
Ilhéus	2	8	10
Itabuna	2	9	11

A FUNÇÃO ADMINISTRATIVA

1. *Função administrativa e importância das cidades* — A função administrativa tem contribuído de forma considerável para o crescimento da população e da importância das cidades no Brasil. Na Tabela III observamos que as 10 cidades de população superior a 400.000 habitantes existentes no Brasil, são a própria Capital do país e as capitais de nove de seus vinte e dois Estados.

TABELA III

POPULAÇÃO DAS DEZ MAIORES CIDADES DO BRASIL

CIDADE	POPULAÇÃO
São Paulo	5.921.000
Rio de Janeiro	4.297.000
Belo Horizonte	1.233.000
Recife	1.079.000
Salvador	1.001.000
Porto Alegre	886.000
Fortaleza	842.000
Belém	642.000
Curitiba	603.000
Brasília	545.000

FONTE: IBGE.

Para se aquilatar a importância dos centros administrativos basta que se observe o fato de Brasília, fundada para ser a Capital do país faz apenas nove anos, já é a décima cidade do país em população. As cidades mais populosas são, por ordem: a Capital do Estado de São Paulo, o Estado mais populoso e mais rico do país; a Capital do Estado da Guanabara e, até

1960, Capital do país; a Capital do Estado de Minas Gerais, apesar de fundada faz apenas 75 anos; a Capital do Estado de Pernambuco que foi durante séculos o mais importante Estado da região nordestina; a Capital da Bahia que foi Capital do Brasil de 1549 até 1763; a Capital do Rio Grande do Sul, um dos Estados mais importantes do país; e, finalmente, as Capitais do Ceará, do Paraná e do Pará. Essas cidades, às funções de Capital de Estado, juntam a de centros de regiões que abrangem vários Estados ou porções de Estados diversos.

2. *As funções administrativas estaduais* — Sendo o Brasil uma República Federativa, cada Estado goza de uma relativa autonomia e possui um governo local que tem certa complexidade. Assim, os Governadores são eleitos pelo povo, cada Estado possui uma Assembléia Legislativa composta de um número de Deputados correlacionados com o número de eleitores existentes no Estado e um Tribunal de Justiça de 2a. entrância.

No caso de Pernambuco, ou melhor do Recife, o Governador do Estado exerce o Poder Executivo auxiliado por um secretariado bastante numeroso, conforme especificamos abaixo:

1. Secretário do Governo
2. Secretário da Coordenação Geral
3. Secretário da Casa Civil
4. Secretário de Assistência Social
5. Secretário da Agricultura
6. Secretário da Indústria e Comércio
7. Secretário de Obras Públicas
8. Secretário da Educação e Cultura
9. Secretário da Saúde
10. Secretário dos Transportes
11. Secretário do Interior e Justiça
12. Secretário da Segurança Pública.

Além destas secretarias de Estado, têm suas matrizes sediadas em Recife, vários órgãos para-estatais como o Banco de Desenvolvimento de Pernambuco (BANDEPE), a Companhia de Investimentos de Pernambuco (COMPER), o Conselho de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), etc.

A Assembléia Legislativa é formada por Deputados eleitos por sufrágio universal, com mandato de quatro anos. Exerce o Poder Legislativo.

O Poder Judiciário no território do Estado é exercido pelo Tribunal de Justiça.

A organização e o funcionamento de todos esses órgãos faz com que se concentre na Capital pernambucana um grande número de funcionários públicos e de técnicos, os quais contribuem com suas famílias para o crescimento da população urbana.

3. *Repartições Federais de âmbito interestadual* — A função administrativa do Recife tornar-se maior porque nesta cidade estão sediadas várias repartições federais que têm jurisdição não só sobre o território do Estado de Pernambuco como sobre o território de outros Estados.

Grande importância tem o Recife, por exemplo, como centro militar. Assim, nesta cidade localiza-se o comando do IV Exército e da 7a. Região Militar, uma Base Naval e o Comando de uma Zona Aérea. Para se compreender a importância destes fatos, convém salientar que existem no país apenas quatro exércitos e que, conseqüentemente, apenas quatro cidades são sedes de comando de Exército — o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre e Recife —. Por sua vez as Regiões Militares são apenas 11.

Um órgão federal da importância do Departamento de Obras Contra as Secas (DNOCS) que tem a sua sede em Fortaleza, possui uma Diretoria no Recife com jurisdição sobre quatro Estados — Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas —. Igual jurisdição tem a Diretoria, no Recife, do Departamento Nacional de Obras do Saneamento (DNOS). Também os Ministérios da Agricultura e do Planejamento e Coordenação Geral têm no Recife escritórios com jurisdição que se estende por todo o Nordeste.

4. *A contribuição da SUDENE* — A importância administrativa do Recife cresceu muito, porém, após 1959, quando

foi criada pelo Governo Federal, com sede nesta cidade, um novo órgão, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) com jurisdição sobre os Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Território de Fernando de Noronha e 42 municípios situados na porção Norte do Estado de Minas Gerais.

A grande contribuição da SUDENE ao crescimento da importância urbana do Recife, é provada pelos seguintes fatos:

a — concentração de grande número de funcionários no Recife, porque aí se localiza todo o seu conjunto administrativo, formado pelo Gabinete do Superintendente e pelos Departamentos de Transportes, Recursos Naturais, Agricultura e Abastecimento, Saneamento Básico, Industrialização, Recursos Humanos e Energia. Assim, nas capitais dos demais Estados a SUDENE mantém apenas escritórios ou determinados serviços que ocupam, naturalmente, um pequeno número de funcionários.

b — pela criação de um mercado de trabalho para uma série de profissões — economistas, agrônomos, administradores, técnicos em desenvolvimento econômico, etc. — que teriam pouco incentivo caso não existisse um órgão deste tipo.

c — por dar condições de proliferação a uma grande quantidade de escritórios de projetos pertencentes a firmas situadas no Estado. O Recife possui 20 escritórios de projetos; as demais cidades, capitais de Estados do Nordeste, possuem pequeno número de escritórios que atendem apenas, quase sempre, a projetos formulados por grupos econômicos do próprio Estado.

Para melhor compreendermos a importância dada ao Recife pela SUDENE examinaremos a influência que ela exerce através de três aspectos:

a — a naturalidade dos funcionários da SUDENE;

b — a origem dos projetos destinados a receber incentivos da SUDENE elaborados por escritórios do Recife;

c — a influência dos grupos econômicos recifenses na industrialização do Nordeste.

No primeiro caso obtivemos da Associação dos funcionários da SUDENE que congrega como associados mais de 70% dos funcionários desta autarquia, o levantamento da origem e da profissão dos funcionários, dividindo-se em quatro grupos:

a — funcionários que exercem funções técnicas de nível superior;

b — funcionários que exercem funções técnicas de nível médio;

c — funcionários burocráticos;

d — funcionários de outros serviços.

No primeiro grupo encontramos 359 funcionários em um total de 1.288. Estes eram 3 engenheiros industriais, 9 engenheiros tecnológicos, 2 engenheiros eletricitas, 46 engenheiros agrônomos, 1 engenheiro florestal, 54 engenheiros civis, 3 engenheiros de minas, 1 engenheiro hidrólogo, 1 engenheiro químico e 1 engenheiro mecânico. Além dos engenheiros encontramos 36 geólogos, 18 químicos, 8 arquitetos, 1 cartógrafo e 1 hidrologista. Dispõe ainda de 3 bibliotecários, 32 técnicos em desenvolvimento econômico, 2 botânicos, 2 cirurgiões dentistas, 8 programadores educacionais, 3 hidrogeólogos, 2 sociólogos, 16 advogados, 1 pesquisador social, 19 técnicos em administração, 35 economistas, 7 veterinários, 33 contadores, orientadores sanitários, 16 calculistas, 3 biólogos, 5 assistentes sociais, 8 redatores e 1 médico.

Quanto à naturalidade, há o predomínio absoluto de pernambucanos (50,9%) entre técnicos de nível superior, seguido dos paraibanos (10,9%), cearenses (8,9%) e alagoanos (4,4%). É elevado o número dos que não declararam a sua naturalidade (6,7%) e baixo o número dos técnicos estrangeiros (1,1%). Dos Estados situados fora da região nordestina a maior contribuição é fornecida pelo Rio Grande do Sul, com 8

geólogos. O total dos Estados nordestinos fornece cerca de 86% dos técnicos de nível superior da SUDENE, o que indica já disporem os referidos Estados, sobretudo Pernambuco e Ceará, de equipamentos de ensino superior bem diversificados. A baixa contribuição da Bahia (2,2%) pode ser explicada pela demanda de técnicos no próprio Estado, onde existem outros órgãos que absorvem numerosos técnicos de nível superior — a Petrobrás, por exemplo — e a migração dos mesmos para a Região Sudeste, a mais desenvolvida do país e bem mais próxima da Bahia que de Pernambuco e do Ceará. A elevada contribuição paraibana e alagoana pode ser explicada pela proximidade em que se encontram estes Estados e suas Capitais do Recife e pela afluência de estudantes dos mesmos Estados às Universidades situadas na Grande metrópole pernambucana. Isto, apesar da Paraíba dispor de duas universidades, uma em João Pessoa e outra em Campina Grande e de Alagoas dispor de uma universidade em Maceió. São universidades, porém, que não dispõem de uma variedade de cursos que se iguale aos das universidades do Ceará, de Pernambuco e da Bahia. Os técnicos estrangeiros são 1 geólogo, 1 engenheiro civil, 1 engenheiro agrônomo, 1 arquiteto e dois técnicos em desenvolvimento econômico, oriundos da Alemanha, Bolívia e Portugal.

Passaremos, em seguida, à análise do grupo formado pelos técnicos de nível médio. Aí encontramos cerca de 219 técnicos, ou seja 17% de pessoal total pesquisado. Quanto à distribuição por Estados, observamos as mesmas tendências das observadas quanto ao pessoal técnico de nível superior, isto é, o grande domínio de pernambucanos (55,2%), seguidos dos norriograndenses (9,5%), dos paraibanos (6,8%), dos cearenses (6,8%) e dos alagoanos (5,4%). Os nordestinos correspondem a 87,8% do total. Quanto aos estrangeiros, encontramos apenas três tradutores.

Pode se aquilatar a importância da ampliação do mercado de trabalho para técnicos provocado pela criação da SUDENE pela percentagem dos mesmos existentes no seu corpo de funcionários. Assim, no total pesquisado, cerca de 44,9% era formado por técnicos de nível superior e de nível médio. Pro-

fissões houve, como a de economista, a de técnico de administração, a de tradutor, etc. que quase não tinham perspectivas de trabalho antes da fundação da SUDENE e que passaram a tê-lo com a sua atuação. Outras surgiram graças à ação e às necessidades deste órgão, como a de Técnico de Desenvolvimento Econômico, a de Técnico em Cooperativismo, a de Programador Educacional, etc.

Ao analisarmos a origem dos funcionários burocráticos que trabalham na SUDENE vemos mais uma vez a absoluta dominância dos pernambucanos (67,4%) seguido dos paraibanos (10,9%); com grande diferença seguem-se os cearenses (4,0%) e os alagoanos (3,5%). A percentagem de nordestino é bem superior à observada nas tabelas anteriores (92,1%) o que facilmente se explica devido ao fato de os funcionários burocráticos não necessitarem de uma formação técnica como ocorre com os técnicos de nível superior e médio.

Quanto à origem dos funcionários que são artífices e que prestam serviços braçais, observamos que os pernambucanos, de modo especial, e os nordestinos de forma geral, formam quase a totalidade com, respectivamente, 85,5% e 94,8%.

Estes números indicam a importância que tem a SUDENE como força de atração de mão de obra qualificada e não qualificada de todo o Nordeste e do interior do Estado de Pernambuco para o Recife.

Muito importante ainda é a contribuição da SUDENE à concentração de escritórios de planejamento no Recife. Daí possuir esta cidade um grande número de escritórios deste tipo, se compararmos com os existentes em outras cidades do Nordeste ou mesmo do Brasil. Também os escritórios pernambucanos tendo mais fácil acesso à SUDENE, podem dar um melhor acompanhamento ao andamento dos projetos e, em consequência, serem procurados, tanto por empresas do Recife e do Estado, como também de outros Estados e até estrangeiros.

Realizando pesquisas junto aos escritórios existentes vimos que dos vinte em funcionamento, apenas dois nos recusaram in-

formações; as obtidas nos dezoito restantes indicam que os mesmos elaboram cerca de 218 projetos, dos quais apenas 118 a serem localizados no Estado de Pernambuco. Cerca de 100 projetos deveriam ser localizados em outros Estados (45,9%). Daqueles elaborados, 68 seriam localizados no Grande Recife que compreende os municípios de Recife, Olinda, Paulista, Igarassu, Itamaracá, São Lourenço da Mata, Cabo e Jaboatão, ou seja 31,2%, enquanto cerca de 22,9% se localizam nos vários municípios do interior do Estado de Pernambuco.

Vê-se desse modo a importância que têm os escritórios de planejamento localizados no Recife e como sua área de influência tem grande expansão. Casos há de escritórios que têm grande influência em determinados Estados, como a PLANESC, a PLASA, a ADIPLAN e a EQUIPLAN, em relação à Paraíba, o Nordeste Projetos e o NORTEL, em relação à Minas Gerais ou a ADIPLAN, em relação ao Rio Grande do Norte.

Convém salientar ainda, para comprovar a importância desses escritórios, que dos 471 projetos aprovados pela SUDENE, 218, ou seja, 46,2% foram elaborados pelos mesmos, quase a metade, portanto. Observou-se ainda, na pesquisa que a participação dos grupos econômicos de Pernambuco, praticamente do Recife, foi predominante de vez que a maioria absoluta das grandes firmas pernambucanas tem sua matriz no Recife, nos projetos beneficiados pelos incentivos dos arts. 34/18. Por ela se vê que a influência pernambucana é ponderável, tanto quando analisamos levando em conta o número dos projetos, como quando levamos em conta o valor dos investimentos. Assim, de 471 projetos aprovados, 135, ou seja 28,6% eram pernambucanos; num valor total de Cr\$ 987.309.185,00 cerca de Cr\$ 224.408.878,00 ou seja 22,7% do valor total cabiam a estes projetos. A influência dos investimentos pernambucanos é elevada no próprio Estado de Pernambuco — 77,5% dos projetos e 58,1% do valor dos investimentos —, no Estado do Maranhão — 22,2% do número dos projetos e 65,5% do valor dos investimentos —, e de Alagoas — 13,6% do total de projetos e 4,5% do valor dos investimentos, cerca de 3,2% mas é ponderável quanto ao valor dos investimentos, pois se eleva a

6,5%. Ela é completamente nula em Sergipe, no Piauí e no Rio Grande do Norte.

Ponderável é a influência de São Paulo e do Rio de Janeiro; os grupos paulistas controlam um projeto no Maranhão, seis no Ceará, quatro na Paraíba, vinte e três em Pernambuco, um em Sergipe e dezessete na Bahia. Os grupos cariocas (do Rio de Janeiro) são menos numerosos de vez que participam de três projetos na Bahia, de oito projetos em Pernambuco, dois na Paraíba, dois no Rio Grande do Norte, quatro no Ceará. Há grupos dos mais variados Estados do Brasil e de outros países investindo em projetos nordestinos.

A FUNÇÃO CULTURAL: A UNIVERSIDADE

1. *A importância do Recife como centro universitário* — É grande a importância do Recife como centro universitário, de vez que nesta cidade se encontram instaladas três Universidades, a Federal de Pernambuco, a Rural de Pernambuco e a Católica de Pernambuco, além de haver uma Fundação do Ensino Superior que mantém quatro faculdades na Capital (Administração, Ciências Médicas, Enfermagem e Odontologia) e de haverem algumas escolas superiores isoladas, como a de Relações Públicas e a de Sociologia e Política. As duas primeiras são mantidas pelo Governo Federal e a terceira pela Companhia de Jesus. A Fundação do Ensino Superior é mantida pelo Governo do Estado de Pernambuco; esta Fundação além de manter escolas superiores acima mencionadas, mantém escolas de Formação de Professores Secundários em cidades do interior do Estado como Nazaré da Mata, Petrolina e Garanhuns. Há em Caruaru uma Fundação Municipal que mantém Faculdade de Direito e de Odontologia, enquanto a Diocese mantém uma Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Em Arcoverde, outra fundação municipal acaba de instalar (1970) uma Faculdade de Formação de Professores.

Para termos uma idéia do desenvolvimento do ensino superior nos vários Estados do Nordeste, é interessante observar a Tabela IV:

TABELA IV

O ENSINO SUPERIOR NO NORDESTE DO BRASIL

<i>Estados</i>	<i>N.º de Cursos</i>	<i>N.º de Professores</i>	<i>N.º de Alunos</i>
Maranhão	14	362	1.610
Piauí	7	147	472
Ceará	40	1.222	6.931
R. Grande do Norte	23	498	2.172
Paraíba	33	752	4.163
Pernambuco	92	2.394	13.668
Alagoas	25	378	2.486
Sergipe	9	169	644
Bahia	69	1.566	9.661

A análise da Tabela acima vem confirmar a importância do Recife como centro universitário do Nordeste, de vez que guarda distância sobre o segundo colocado, Salvador, tanto pelo número de cursos mantidos como pelo número de professores e alunos. Depois de Salvador (Bahia), vem o Ceará, que além das Faculdades sediadas em Fortaleza, possui escolas superiores isoladas nas cidades de Sobral, Crato, Juazeiro do Norte e Limoeiro do Norte. Em quarto lugar se encontra a Paraíba que possui duas Universidades, uma em João Pessoa e outra em Campina Grande.

Na Tabela V relacionamos as Universidades existentes na região, indicando a cidade e o Estado em que se localizam.

TABELA V

UNIVERSIDADE	CIDADE	ESTADO
Universidade do Maranhão	São Luiz	Maranhão
Universidade do Piauí	Terezina	Piauí
Universidade Federal do Ceará	Fortaleza	Ceará
Univ. Federal do Rio Grande do Norte	Natal	Rio G. do Norte
Fundação Univ. Regional do Nordeste	Campina Grande	Paraíba
Universidade Federal da Paraíba	João Pessoa	Paraíba
Universidade Católica de Pernambuco	Recife	Pernambuco
Universidade Federal de Pernambuco	Recife	Pernambuco
Universidade Rural de Pernambuco	Recife	Pernambuco
Universidade Federal de Alagoas	Maceió	Alagoas
Universidade Federal de Sergipe	Aracaju	Sergipe
Universidade Federal da Bahia	Salvador	Bahia
Universidade Católica de Salvador	Salvador	Bahia

Vemos, assim, que apenas duas capitais nordestinas possuem mais de uma Universidade, o Recife com três e Salvador com duas. Observa-se também que Campina Grande, apesar de não ser capital de Estado é sede de Universidade.

A pesquisa levantando a distribuição dos cursos, dos professores e dos estudantes pelos vários cursos e pelos vários Estados, assim como os 26 tipos de cursos que eram ministrados nos vários Estados do Nordeste em 1969, indica que Pernambuco é o Estado que do ponto de vista quantitativo mantém mais cursos assim como que se encontra em primeiro lugar do ponto de vista qualitativo. Assim, dos 26 tipos de cursos existentes, ele só não dispõe do curso de Agrimensura, enquanto a Bahia, segundo colocado, não dispõe de cursos de Educação Física e Desportos, de Engenharia de Operação, de Fisioterapia e Terapia Ocupacional, de Química Industrial e de Relações Públicas. O Estado colocado em terceiro lugar, Ceará, não tem os cursos de Agrimensura, Educação Física e Desportos, Engenharia de Operação, Estatística, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Geologia, Nutrição e Relações Públicas. Os Estados que dispõem de menor número de cursos são o Piauí, onde funcionam apenas Direito, Filosofia, Ciências e Letras. Medicina e Odontolo-

gia e Sergipe com Economia, Direito, Filosofia, Ciências e Letras, Medicina, Química Industrial e Serviço Social. O Maranhão, o Rio Grande do Norte, a Paraíba e Alagoas, embora quantitativamente, bem menos equipados com cursos superiores que Pernambuco, Ceará e Bahia, estão melhor equipados que o Piauí e Sergipe.

Interessante, porém, é salientar a importância do Recife como centro universitário com capacidade para atrair para os seus cursos de Graduação estudantes dos demais Estados do Nordeste e, em menor escala, de estrangeiros radicados no país.

A pesquisa indicou para vários cursos — infelizmente não podemos fazer o levantamento de todos os cursos como desejávamos — uma predominância de estudantes nascidos em Pernambuco, seguidos dos Estados vizinhos, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte. Este número decresce consideravelmente quando se trata de Estados situados mais ao Norte e muitas vezes desaparece quando se trata de Estados do Sul e do Centro-Oeste. A presença de um certo número de estudantes do Rio de Janeiro, São Paulo e Guanabara pode ser explicado pelo fato de ser grande o número de profissionais desses Estados que vêm trabalhar no Nordeste, sobretudo após a instalação na região, devido à política desenvolvimentista da SUDENE, de inúmeras indústrias e de serviços de grupos econômicos do Sudeste. Observa-se ainda que a afluência de pessoas originárias de outros Estados se faz com maior frequência em determinados cursos como Ciências Econômicas, Química, Direito, Jornalismo, Letras, Biociências, Relações Públicas e Administração, sendo bem menor em cursos de Matemática, Física e Biblioteconomia.

Quanto ao número de estudantes estrangeiros, vimos que é insignificante, sendo mais numerosos os portugueses, seguidos dos italianos e dos alemães. Este fato é facilmente explicável porque sendo o Nordeste do Brasil uma região sub-desenvolvida e densamente povoada, não é uma região de imigração.

Após a implantação da Reforma Universitária a Universidade Federal de Pernambuco está organizando cursos de Pós-

Graduação em Matemática, em Sociologia, em Economia e em Biociências que vêm atraindo pessoas já graduadas dos Estados vizinhos que desejam especializar-se. Essa atração se faz bem mais sensível que nos cursos de Graduação, de vez que só as Universidades Federais do Ceará, de Pernambuco e da Bahia mantêm no Nordeste cursos de Pós-Graduação. Há, também, nesses cursos, um intercâmbio de professores não só entre as universidades da região como de outras áreas do país.

A Universidade Federal de Pernambuco mantém entre seus órgãos complementares o Centro Regional de Administração que ministra cursos de treinamento para funcionários municipais dos vários Estados da região e da porção Norte de Minas Gerais, de vez que trabalha em íntima ligação com a SUDENE. A referida Universidade também mantém um Centro de Ensino de Ciências do Nordeste que ministra cursos de aperfeiçoamento de Ciências Físicas e Biológicas para professores secundários de toda a região, que se transferem para o Recife como bolsistas, para um curso intensivo de alguns meses ou semanas. Às vezes, porém, o Centro (CECINE) envia sua equipe de professores para ministrar cursos em outras cidades do Nordeste. Funcionam ainda como órgãos complementares da Universidade Federal de Pernambuco, um Laboratório de Ciências do Mar, uma Editora Universitária e uma Rádio e Televisão Universitárias.

A importância do Recife como centro cultural — A função cultural do Recife não é exercida apenas como centro universitário. Tendo sido a sede de uma das duas Faculdades de Direito criadas pelo Governo Imperial em 1827 (as primeiras criadas no país), e tendo sido o ponto dinâmico que comandou o povoamento de toda a Região Nordeste do país, tornou-se o Recife, desde os primeiros tempos, um centro de grande influência cultural, assim como um centro onde estão instalados diversos órgãos de divulgação de notícias e de conhecimentos.

Assim, ao lado da Editora Universitária (da Universidade Federal de Pernambuco) que já editou mais de 100 livros inseridos nos vários setores de conhecimento científico, filosófico

e literário e que mantém regularmente a revista Estudos Universitários, destaca-se também a Imprensa da Universidade Católica de Pernambuco que mantém um periódico, a revista Simposium e uma série de Cadernos de Geografia, de História, de Ciências Sociais, de Jornalismo, etc. Recentemente os trabalhos de publicação de livros didáticos e para-didáticos vêm sendo intensificados. O Estado de Pernambuco também mantém uma pequena Editora que funciona em regime de sociedade de economia mixta.

Como centro econômico e cultural de importância, dispõe o Recife de dois jornais matutinos — o Diário de Pernambuco (o jornal mais antigo em circulação da América Latina, fundado em 1825) e o Jornal do Comércio, fundado em 1910, assim como de um vespertino, o Diário da Noite, de circulação local. Os principais jornais do Rio de Janeiro — Correio da Manhã, Jornal do Brasil e o Globo — assim como os de São Paulo — Folha de São Paulo e O Estado de São Paulo — circulam diariamente no Recife.

No setor de televisão existem três estações em funcionamento na Capital pernambucana, a TV Rádio Clube, do grupo dos Diários Associados, a TV Rádio Jornal do Comércio, ligada ao Jornal do Comércio e a TV Universitária, pertencente à Universidade Federal de Pernambuco e dedicada sobretudo a programas educativos.

O número de estações rádio-emissoras comerciais é bastante elevado, de vez que é composto pelas Rádio Capibaribe do Recife S. A., Rádio Clube de Pernambuco S. A., Rádio Continental, Rádio Jornal do Comércio, Rádio Olinda Pernambuco Ltda., Rádio Paulista Ltda., Rádio Tamandaré Ltda., Rádio Universitária do Recife, Rádio Repórter e Rádio Relógio Musical.

Além disto, várias associações científicas nacionais têm no Recife a sede de suas seções regionais que incluem geralmente os núcleos localizados nos Estados da Paraíba e de Alagoas sob sua jurisdição.

VII

A IMPORTÂNCIA DOS SERVIÇOS DE SAÚDE

A análise da Tabela VI indica a deficiência dos serviços médicos, de vez que o Grande Recife dispõe de um baixo número de leitos em relação à sua população. Assim, para uma população de 1.800.000 habitantes, dispõe de apenas 8.332 leitos, o que indica a média de 1 leito para cada 216 habitantes. Como a maioria dos leitos — 7.404 —, ou seja 88%, se situa no município do Recife onde vive 67,5% da população da aglomeração, observa-se que este município, que é o núcleo da aglomeração, possui um melhor equipamento hospitalar do que a aglomeração, ou seja um leito para cada 130 habitantes. Convém salientar, porém, que a rede hospitalar recifense não atende apenas à população da aglomeração, mas a do Estado de que o Recife é capital e até a doentes oriundos de outros Estados do Nordeste.

TABELA VI

Distribuição dos Serviços de Saúde e de Leitos — 1964

<i>Município</i>	<i>N.º de Serviços de Saúde</i>	<i>N.º de Leitos</i>
Cabo	1	40
Igarassu	10	313
Itamaracá	2	—
Jaboatão	4	33
Moreno	2	26
Olinda	14	81
Paulista	12	435
Recife	251	7.404
S. Lourenço da Mata	7	—
Total	303	8.332

Sendo o Nordeste uma região subdesenvolvida, com baixa renda “per capita” e baixos níveis culturais, não é de estranhar que nas cidades do interior só se encontrem quase sempre clínicos gerais e cirurgiões gerais, salvo em centros populacionais mais importantes como Petrolina (11 médicos), Caruaru (47 médicos), Garanhuns (18 médicos), Campina Grande, Arcoverde (16 médicos), etc., onde encontraremos alguns especialistas de especialidades menos raras e hospitais. Por isto é razoável o número de doentes do interior do Estado de Pernambuco e de outros Estados menos desenvolvidos do Nordeste, que converge para o Recife quando os casos requerem um tratamento especial. Ao analisarmos os doentes atendidos em um hospital pertencente ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), observamos que dentre 150 pacientes cerca de 34 não residiam no Recife. Esta percentagem de 20,6% não é mais elevada devido ao fato do INPS possuir uma rede de atendimentos dos seus associados no interior, ora em hospitais de sua propriedade, ora em leitos alugados em hospitais particulares ou dos Estados ou municípios. Assim, dentre os associados do INPS, apenas confluem para o Hospital Getúlio Vargas aqueles portadores de doenças mais graves que requerem um atendimento de especialistas mais raros.

Dentre os 34 doentes não oriundos do Recife, cerca de 12 vieram de localidades e cidades integradas no Grande Recife — Cabo, Jaboatão, Olinda e Paulista — ou seja 32,2% dos oriundos de outros municípios e 8% do total entrevistado; 18 pacientes — 32,9% dos não oriundos do Recife, ou seja 12% do total entrevistado — eram oriundos de várias cidades do interior do Estado e 6 dos outros Estados — Ceará (Ce), Rio Grande do Norte (RGN), Paraíba (Pb) e Alagoas (Al). Destes, a metade era oriunda de Alagoas, de sua capital — Maceió —, cidade que se encontra a menos de 400 quilômetros do Recife e que a ele se liga por estrada de ferro, por estrada de rodagem asfaltada e por mar. Convém salientar que semanalmente são feitas 133 viagens de ônibus de Maceió a Recife, ou seja uma média de 19 ônibus por dia. É conveniente salientar os diferentes casos patológicos que trazem os pacientes aos hospitais do Recife. Dela se pode concluir quais as moléstias que

não podem ser atendidas no interior ou nas pequenas capitais do Nordeste.

Convém salientar, porém, que a construção de boas estradas asfaltadas está provocando uma maior ampliação da área de influência do Recife, ora permitindo que a este grande centro acorram pessoas acidentadas a grande distância e que sem essas não poderiam viajar até o Recife e permitindo também que equipes médicas possam se deslocar para o interior em certos dias da semana a fim de aí realizarem exames médicos e intervenções cirúrgicas. Por exemplo, às quintas-feiras três ortopedistas do Recife se deslocam para Caruaru a fim de realizar intervenções cirúrgicas em pacientes que apresentam sequelas de poliomielite em consequência de um surto que ocorreu naquela cidade no primeiro semestre de 1968.

É comum ainda que médicos residentes no Recife ou nas cidades mais desenvolvidas do interior, se desloquem uma ou duas vezes por semana para os pequenos centros onde não existem médicos residentes, os quais não são muito numerosos, mesmo no Estado de Pernambuco, o mais desenvolvido do Nordeste. Entre os municípios que não possuem médicos salientamos os seguintes: Amaraji, Angelim, Betânia, Brejão, Buenos Aires, Caetés, Calçado, Calumbi, Camutanga, Carnaíba, Cedro, Chã de Alegria, Chã Grande, Correntes, Cortez, Cumaru, Cupira, Feira Nova, Ferreiros, Frei Miguelinho, Glória do Goitá, Granito, Iati, Ibimirim, Ibirajuba, Inajá, Ingazeira, Ipojuca, Ipubi, Itacuruba, Itaíba, Jupi, Jurema, Lagoa de Itaenga, Lagoa de Ouro, Lagoa dos Gatos, Machados, Orobó, Palmeirina, Panelas, Paranatama, Parnamirim, Poção, Pombos, Primavera, Riocho das Almas, Sairé, Salgadinho, Saloá, Sanharó, Santa Maria de Cambucá, Santa Teresinha, São Benedito do Sul, São Joaquim do Monte, São José da Coroa Grande, São José do Belmonte, Sítio dos Moreiras, Solidão, Tacaimbó, Tacaratu, Teresinha, Terra Nova, Tracunhaém, Trindade, Tuparatinga, Tuparetama, Venturosa, Verdejante e Vicência.

Quanto aos doentes internados no Hospital Infantil, de caridade observamos o seguinte: foram entrevistados 161 pacien-

tes dos quais 102, ou seja, 63,3%, não residiam em Recife. Destes, cerca de 22, ou seja 13,6%, vinham dos municípios que compõem o Grande Recife, restando 74 pacientes de outros municípios do Estado de Pernambuco e seis de outros Estados — Paraíba (3), Alagoas, Rio Grande do Norte e Piauí, um de cada —. Assim, cerca de 50,3% dos pacientes são oriundos da grande aglomeração, restando 45,9% para o interior do Estado e apenas 3,7% para os demais Estados do Nordeste. Fato que possibilita o levantamento de duas hipóteses: a) — ou as capitais dos Estados nordestinos já dispõem de equipamentos semelhantes aos existentes no Recife e não necessitam recorrer a esta cidade, ou b) — estando os demais Estados em condições de desenvolvimento bem inferiores às de Pernambuco, não possibilitam o atendimento nas mesmas proporções deste Estado.

Acreditamos que o Ceará e a Bahia estejam no primeiro caso e que os demais Estados estejam no segundo. É claro que Sergipe deve sofrer uma maior atração para Salvador, Bahia, e o Piauí e Maranhão para Fortaleza no Ceará ou para Belém do Pará do que para o Recife.

No Hospital Pedro II que é o hospital de clínicas da Universidade Federal de Pernambuco e onde são atendidos pacientes pensionistas (que pagam) e indigentes, foram ouvidos 1980 pacientes. Destes, residiam no Recife apenas 68, ou seja, 37,7% do total de 17 dos demais municípios que formam o Grande Recife, perfazendo um total de 85, ou seja de 42,7%, restando 79 pacientes — cerca de 43,8% — para os demais municípios do Estado e apenas 16 ou seja, 8,8% para outros Estados. Destes, 9 eram da Paraíba, 4 do Rio Grande do Norte, 2 de Alagoas e 1 do Maranhão. Constata-se mais uma vez a influência de Pernambuco sobre os pequenos Estados mais próximos — Paraíba e Alagoas, seguido do Rio Grande do Norte — e a quase ausência de influência na Bahia, no Ceará e em Sergipe. Sua influência sobre o Maranhão e o Piauí é mínima, devido à maior proximidade entre estes Estados e Fortaleza, assim como ao nível de desenvolvimento dos dois Estados.

O resultado de uma pesquisa realizada no Hospital do Pronto Socorro que, em consequência de sua finalidade, atendi-

mento de casos de urgência, recebe sempre pacientes do local ou da área em que se situa, observa-se aí que cerca de 45 pacientes são originários do município do Recife, entrando os demais municípios da aglomeração com 28 pacientes. O Grande Recife, portanto, contribui com cerca de 64,0% dos pacientes entrevistados. Os demais pacientes são oriundos, com exceção de dois, de cidades localizadas a menos de três horas de viagem de automóvel da aglomeração recifense.

Após a análise da procedência dos doentes, necessário se torna, pesquisar quais os males que atacam os pacientes, a fim de obter dados qualitativos sobre as especialidades médicas existentes no Recife e inexistentes nos centros urbanos de menor expressão econômica e demográfica.

Assim, dentre as especialidades que provocam maior afluência de pacientes ao Recife salientam-se:

a) *Ortopedia e Traumatologia* porque é pequeno o número de especialistas e porque requer o emprego de material muito caro, um centro radiológico, bancos de sangue, etc.

b) *Cirurgia plástica* por ser pequeno o número de especialistas e por exigir enfermarias bem equipadas: acresce que os casos de cirurgia plástica são sempre de pessoas economicamente bem situadas.

c) *Dermatologia* devido ao pequeno número de especialistas e à necessidade de apoio em laboratórios bem equipados e capazes de realizar as mais variadas culturas possuindo, em consequência, um número suficiente de cobaias.

d) *Neurologia e Neurocirurgia* devido também ao pequeno número de especialistas que necessitam trabalhar em equipe de outras especialidades.

e) *Urologia*, em consequência da falta de cuidados e do baixo nível cultural dominante no interior, provocando a *este-nose gonorreica* originada da gonorreia maltratada, devido à resistência dos gonococcus à penicilina, ou ao orgulho que tem

o rapaz do interior ao ser atacado de moléstia venérea que o torna um adulto — velho costume não desaparecido.

f) *Ginecologia*, devido ao fato de ainda ser freqüente o atendimento das parturientes por parteiras não diplomadas, as “práticas”, que não têm conhecimentos científicos e não fazem o parto com cuidados médicos e higiênicos necessários. Daí a grande ocorrência de “ruptura do períneo” em pacientes que deram à luz a 8 e 10 anos atrás.

g) *Endocrinologia*, devido à escassez de especialistas e à necessidade de um bom laboratório de análises.

h) — *Cirurgia vascular, torácica e abdominal*, devido à necessidade, no período pré-operatório, de uma série de análises de laboratório para dar um mínimo de segurança ao paciente, assim como pela inexistência, nas cidades de pequeno e médio porte, de bancos de sangue que atendam à necessidade de transfusões de sangue.

i) *Cancerologia*, devido ao pequeno número de especialistas em câncer, à deficiência de laboratório — falta de patologistas para analisar e firmar o tipo de tumor através de biópsias — assim como de instalações para radioterapia e cobaltoterapia.

Vê-se, portanto, que os fatores que tornam o Recife um centro médico-hospitalar são:

a) — dispôr de especialistas das mais diversas especialidades;

b) — dispôr de bancos de sangue bem providos;

c) — dispôr de material e instalações caras que seriam anti-econômicas se instaladas em centros menores.

Quanto aos laboratórios de análises médicas, ainda cabe uma série de considerações.

Grande parte dos exames laboratoriais é feita no Recife, o que é um fato significativo e serve para comprovar a nossa afir-

mativa. Isto se deve a uma série de problemas, entre os quais, classificamos de maior importância:

a) — falta de pessoas capacitadas tecnicamente para executar o serviço;

b) — deficiências de aparelhagem e substâncias químicas, algumas delas de custo elevado e fácil deterioração, para a execução dos referidos exames;

c) — dificuldade na manutenção de aparelhos muito delicados e sensíveis, manutenção esta que tem de ser bastante acurada devido, principalmente, às condições climáticas da nossa região.

Certos exames, entretanto, que não requerem certos requisitos, como exame parasitológico de fezes, exame sumário de urina, exame de sangue (hemograma), são efetuados em algumas cidades do interior como Caruaru, Petrolina, Garanhuns, Arcoverde, Vitória de Santo Antão, etc., e nas capitais dos Estados. Estas diferenças quanto a equipamentos de laboratório é muito importante, pois muitas vezes é responsável pela afluência de certos pacientes para o Recife, quando podiam ter os seus problemas de saúde resolvidos no próprio município de origem.

Assim, podemos contar no Recife, além dos exames de rotina (fezes — gorduras, pH, urobilinógeno), com outros como:

Urina (clearance uréia, insulina, diodrast, prova de concentração, prova de diluição, prova do PSP).

Liquor — (inclusive as provas de precipitação).

Sangue — Bilirrubina total (direta e indireta), colesterol total e ésteres, amilase, lipase, glicose, fosfatase, transaminase, proteínas totais, uréia, reserva alcalina, tempo de coagulação, tempo de sangria, tempo de protrombina.

Raios X — com radiografias simples e contratadas (estas envolvem uma técnica bastante fina como no caso da angiografia cerebral, pneumoencefalografia, ventriculografia, estudo contra-

tado do tubo digestivo, de veias biliares, pielografia ascendentes e descendentes.

Devemos destacar ainda o valor das biópsias dos tecidos diversos, onde contamos com um grupo de patologistas que fazem o diagnóstico precoce dos tumores malignos.

Temos exames, utilizando os isótopos como exemplo do I 131, empregado no estudo do mapeamento da tireóide. Culturas como os meios mais diversos e antibiogramas.

VIII

OS TRANSPORTES

1. Os transportes por ônibus

Dispondo o Nordeste de uma deficiente rede ferroviária e de uma ampla rede de rodovias, em grande parte asfaltadas, há, na região, uma preponderância do transporte rodoviário sobre o ferroviário. Por isto o ônibus é muito utilizado no transporte de passageiros, sendo numerosas as linhas regulares do Recife para os grandes centros urbanos do país, assim como do Recife para os centros urbanos de menor expressão e que até certo ponto são para ele polarizados.

Estes transportes são representados por um maior número de viagens dentro do Grande Recife e para uma série de cidades e vilas situadas em torno à Capital; forma-se, assim, um anel de, aproximadamente, 40 quilômetros de raio, em que os ônibus viajam continuamente do Recife ao local de destino, desde às 4 horas da manhã até às 24 horas. Estes ônibus são muito numerosos, cerca de 214, e realizam no mínimo 10 viagens de ida e volta por dia.

Daremos abaixo as linhas existentes com o número de veículos que a servem diariamente. Quando o local de destino for uma vila ou um povoado, poremos na frente do nome do mesmo, entre parêntesis, o nome do município em que se localiza.

É interessante confrontar essas informações com um mapa de divisão municipal do Estado:

TABELA VII

Linhas de ônibus suburbanos

Recife-Abreu e Lima (município de Paulista) — 15 veículos; Recife-Cruz de Rebouças (município de Paulista) — 8; Recife-Paulista 2; Recife-Paratibe (Paulista) — 4; Recife-Marinha Farinha (Paulista) — 1; Recife-Mirueira (Olinda) — 4; Recife-Olinda 7a. R.O. — 10; Recife-Jardim Jordão (Jaboatão) — 34; Recife-Prazeres (Jaboatão) — 23; Recife-Pacheco (Jaboatão) — 8; Recife-Jaboatão — 29; Recife-Caixa d'Água — 10; Recife-Socorro — 15; Recife-Águas Compridas (Olinda) — 16; Recife-Cabo — 14; Recife-Parque Industrial (Cabo) — 2; Recife-Ponte dos Carvalhos (Cabo) — 6; Recife-Gurjaú (Cabo) — 1; Recife-Pirapama (Cabo) — 1; Recife-Usina Mercês (Cabo) — 1, Recife-Suape (Cabo) — 1; Recife-(Jaboatão) — 7; Recife-Camaragibe (São Lourenço da Mata) — 25; Recife-Piedade (Jaboatão) — 5; Recife-Candeias (Jaboatão) — 5; Recife-Cavaleiro (Jaboatão) — 10; Recife-Jangadinha (Jaboatão) — 6; Recife-Cajueiro Seco (Jaboatão) — 12; Recife-Olinda — 26; Recife-Casa Caiada (Olinda) — 16; Recife-Rio Doce (Olinda) — 3; Recife-Tiuma (S. Lourenço da Mata) — 6; Recife-S. Lourenço da Mata — 7; Recife-S. Benedito (Olinda) — 11; Recife-Fosforita (Olinda) — 5.

São, assim, 214 ônibus a trafegar, realizando mais de duas mil viagens diariamente para os vários pontos localizados no Grande Recife.

Após esta faixa mais diretamente ligada e dependente do Recife, vem o território pernambucano e algumas cidades de Alagoas e da Paraíba que têm grande ligações com a Capital Pernambucana.

Para melhor compreendermos a importância do fluxo de passageiros e, conseqüentemente, as relações entre as cidades

pernambucanas e o Recife, é interessante observar os dados abaixo onde assinalamos, baseados em informações do D.E.R. (Departamento de Estradas de Rodagem), o número de viagens semanais (ida e volta) entre o Recife e estas cidades.

TABELA VIII

*Linhas de ônibus para o interior do Estado
(Número de viagens semanais)*

Recife-Bom Jardim, 28; Recife-Orobó, 28; Recife-Cortês, 20; Recife-Barreiros, 35; Recife-Barra do Serinhaém, 6; Recife-Camela, 14; Recife-Ipojuca, 14; Recife-Rio Formoso, 7; Recife-Serinhaém, 21; Recife-S. José da Coroa Grande, 7; Recife-Sto. Amaro de Serinhaém, 7; Recife-Tamandaré, 7; Recife-Arripina, 1; Recife-Amaraji, 28; Recife-Escada, 87; Recife-Exu, 1; Recife-Primavera, 7; Recife-Usina Barão, 7; Recife-Usina Massauassu, 7; Recife-Afogados de Ingazeira, 4; Recife-Buique, 7; Recife-Belém do S. Francisco, 2; Recife-Cabrobó, 2; Recife-Itapetim, 2; Recife-Petrolina, 5; Recife-Salgueiro, 2; Recife-Sertânia, 5; Recife-Serra Talhada, 2; Recife-S. José do Egito, 2; Recife-Tabira, 3; Recife-Arcoverde, 42; Recife-Belo Jardim, 7; Recife-Custódia, 7; Recife-Floresta, 5; Recife-Sanharó, 7; Recife-Pesqueira, 14; Recife-Triunfo, 3; Recife-Feira Nova, 20; Recife-Lagoa de Itaenga, 6; Recife-Tacaimbó, 7; Recife-Águas Belas, 3; Recife-Belém de Maria, 7; Recife-Bom Conselho, 3; Recife-Cupira, 7; Recife-Correntes, 7; Recife-Catende, 7; Recife-Canhotinho, 7; Recife-Camutanga, 7; Recife-Carpina, 124; Recife-Garanhuns, 114; Recife-Jurema, 7; Recife-Lagedo, 7; Recife-Lagoa dos Gatos, 7; Recife-Panelas, 7; Recife-S. José do Belmonte, 2; Recife-S. Bento do Una, 7; Recife-Quipapá, 7; Recife-Água Prda, 7; Recife-Timbaúba, 112; Recife-Nazaré, 12; Recife-Vicência, 21; Recife-Aliança, 14; Recife-Serrita, 2; Recife-Cedro, 2; Recife-Itaquitinga, 14; Recife-Bizarria, 7; Recife-Casinhas, 2; Recife-Frei Miguelinho, 2; Recife-João Alfredo, 14; Recife-Limoeiro, 133; Recife-Matinada, 2; Recife-Sta. Maria do Cambucá, 7; Recife-Salgadinho, 14; Recife-Surubim, 28; Recife-Tamboatá, 3; Recife-Taquaritinga do Norte, 3; Recife-Umburetama, 21; Recife-Vertentes, 20; Recife-Vertentes do

Lerio, 2; Recife-Vila Nova, 7; Recife-Ameixas, 6; Recife-Cumaru, 7; Recife-Riacho das Almas, 7; Recife-Glória do Goitá, 20; Recife-Moreno, 335; Recife-Usina N. S. do Carmo, 14; Recife-Vitória de Sto. Antão, 332; Recife-Macaparama, 7; Recife-São Vicente Ferrer, 14; Recife-Altinho, 6; Recife-Bezerros, 6; Recife-Brejo da Madre de Deus, 4; Recife-Caruaru, 112; Recife-Calçados, 6; Recife-Gravatá, 42; Recife-Jataúba, 3; Recife-Toritama, 4; Recife-Agrestina, 7; Recife-Bonito, 14; Recife-Barra da Guabiraba, 5; Recife-Camocim de São Félix, 7; Recife-Lage Grande, 7; Recife-S. Joaquim do Monte, 7; Recife-Usina São José, 26; Recife-Vinagre, 6; Recife-Condado, 12; Recife-Ferreiros, 7; Recife-Goiana, 90; Recife-Itapessoca, 11; Recife-Itamaracá, 56; Recife-Itapissuma, 40; Recife-Ponta de Pedras, 7; Recife-N. Senhora do Ó, 7; Recife-Palmares, 173; Recife-Ribeirão, 126; Recife-Gameleira, 14; Recife-Usina Cucaú, 14; Recife-Machados, 21.

Analisando-se a Tabela acima e comparando-se o número de viagens com a localização em um mapa do Estado e com a população urbana, observa-se que o número de viagens é maior:

1) — Para centros urbanos próximos ao Recife que integram ou tendem a integrar, em futuro próximo, a sua área metropolitana, como Carpina, Moreno, Vitória de Santo Antão, Itamaracá e Itapissuma;

2) — Para as cidades mais populosas e que, em consequência, têm função polarizadora (ver Considerações sobre os equipamentos urbanos das Cidades Pernambucanas e Indicações dos Polos existentes) — Arcoverde, Escada, Garanhuns, Timbaúba, Limoeiro, Caruaru, Gravatá, Palmares e Ribeirão;

3) — Entre cidades da mesma importância o número de viagens semanais é maior nos centros mais próximos que nos mais distantes do Recife.

Essas linhas, chamadas do interior, são exploradas por 390 ônibus que realizam 2.754 viagens semanais e pertencem a 27 empresas particulares.

Quanto a outros centros urbanos com menor importância econômica e demográfica que o Recife, situados em outros Estados, são os seguintes o número de viagens semanais:

TABELA IX

Linhas Interestaduais

<i>Estado</i>	<i>Destino</i>	<i>N.º de viagens semanais</i>
Para a Paraíba	Paraíba-João Pessoa	195
	Recife-Campina Grande	175
	Recife-Monteiro	14
	Recife-Guarabira	14
	Recife-Itabaiana	7
	Recife-Cajazeiras	7
	Recife-Princesa Isabel	4
	Recife-Patos	2
	Recife-Maceió	133
Para Alagoas	Recife-Penedo	9
	Recife-Palmeira dos Índios	7
	Recife-Arapiraca	6
Para o R. G. do Norte	Recife-Santana do Ipanema	6
	Recife-Natal	63
	Recife-Paulo Afonso	7
Para a Bahia	Recife-Crato	5
Para o Ceará	Recife-Terezina	2
Para o Piauí	Recife-Floriano	1
Para o Maranhão	Recife-São Luís	2

A análise desta Tabela indica a existência de grande fluxo de passageiros, direto, entre o Recife e as mais importantes cidades da Paraíba e de Alagoas, além do existente com as ca-

pitais desses Estados. É muito grande também o intercâmbio direto entre o Recife e Paulo Afonso, cidade do interior baiano, localizada próxima a fronteira com Pernambuco. Com a Bahia, o Ceará e o Rio Grande do Norte o fluxo de pessoas é grande de capital a capital, o que indica que, se excetuarmos o caso de Paulo Afonso, a influência do Recife se faz, caso exista, utilizando as capitais como polos intermediários. O fluxo de passageiros com o Piauí e o Maranhão é inexpressivo.

Os dados abaixo discriminados indicam os fluxos rodoviários importantes entre o Recife e o Rio de Janeiro e São Paulo, ao contrário do que ocorre com Brasília, devido à maior importância e à maior influência econômica daquelas duas grandes cidades brasileiras sobre o espaço nacional, em detrimento de Brasília, mera capital administrativa.

Assim, o número de viagens Recife-Brasília-Recife é 21 vezes menor que o Recife-São Paulo-Recife e 23 vezes menor que o Recife-Rio de Janeiro-Recife. As relações com Salvador e Fortaleza são muito intensas também.

TABELA X

*Linhas para grandes cidades
(Número de viagens semanais)*

Recife-Rio de Janeiro, 47; Recife-São Paulo, 43; Recife-Salvador, 35; Recife-Fortaleza, 28; Recife-Brasília, 2.

Da mimesis à criação em Aristóteles

ÂNGELO MONTEIRO

Diferentemente de Platão, cuja teoria sobre a Beleza repousava em arquétipos inatingíveis, Aristóteles partia dos dados do sensível para urdir seu ideal estético. É verdade que Platão acreditava, tal como Aristóteles, que a idéia da Beleza fosse em nós despertada pelo mundo sensível. Mas, na sua "República", dá margem a que a Arte seja entendida como um subproduto desse mesmo mundo sensível, ao negar que ela conseguisse traduzir os arquétipos ideais das coisas, e sim as imagens falseadas da realidade, e ao fazer, por isso, depender daqueles e não destas a perfeição da mimesis artística. Para Platão a Arte teria de, forçosamente, se aproximar dos seus arquétipos no mundo das idéias, porque o mundo sensível não passaria, em última análise, de mera sombra do primeiro. Daí porque o conceito de mimesis em Platão não tem a mesma propriedade que em Aristóteles, o qual toma a mimesis como a representação superior do Sensível e não como a reprodução imperfeita do Absoluto. Aristóteles, rejeitando o Plano da Idealidade, transforma a Arte numa aliança entre o verossímil e o possível; a Arte, para ele, parte do real para ser uma coisa totalmente diversa dele. A distinção entre as concepções platônica e aristotélica da Beleza foi muito bem compreendida por Ernesto Grassi: "Em oposição à Platão, Aristóteles tentou dar um fundamento absoluto e não relativo à Arte, invocando contra o seu grande antecessor a afirmação deste segundo a qual a Arte nunca era *mimesis do acidental*". Pois, no caso de Platão, a Arte terminou por se constituir mesmo num acidente daquilo que, por sua vez, era também meramente acidental: a realidade, tal como a apreendemos através do sensível. A Arte seria, nesse caso, já um acidente do acidente, e isso entra em desacordo com Aristóteles que afirma na "Física": "A Arte realiza integralmente o que a *physis* não consegue realizar".

Platão não deixava de, à sua maneira, pregar a autonomia do objeto estético, quando preconizava para a obra de arte tal soma de perfeição, que está só viesse atingir o estágio desejável à medida que mais fosse se aproximando do seu arquétipo: donde se depreende a profunda exigência platônica em relação à Arte. Permanecendo insolúvel apenas este problema: quando a obra artística se confundisse a tal ponto com o seu modelo, o criador ficaria de braços cruzados? O que restaria ao artista: contentar-se com o resultado atingido e mais nada? Ninguém pode negar as instituições básicas de Platão a respeito do problema estético, pois muitas questões levantadas por ele ainda hoje permanecem insolúveis.

Foi só a partir de Aristóteles, no entanto, que começou realmente a ter ingresso na Arte uma concepção do belo diferente da natureza: pelo menos a partir do momento em que ele distinguia a *verossimilhança da verdade*, libertando a arte da fidelidade aos seus modelos. O artista, para ele, permanecia um "imitador". Entretanto esta "imitação" ou mimesis constituiria uma nova *realidade*, uma *síntese* que se fizesse a partir do objeto imitado. Donde se pressupõe na imitação apenas um primeiro estágio, necessário e inevitável, para a execução de qualquer obra de arte. Essa questão se torna mais clara quando o próprio Aristóteles (e tomamos como base, a partir de agora, os textos da "Poética") manifesta ser possível a criação sem a estrita observância do original, ou mesmo distante dele: "Se alguém acontece não ter visto o *original*, não é a imitação que produz o prazer, mas a perfeita execução, ou a cor ou outra causa do mesmo gênero". Se, por um lado, Aristóteles desaconselha a fidelidade ao original, por outro lado nega que a imitação seja capaz de produzir prazer. Refere-se ele à imitação enquanto tal, porém não à imitação, como já vimos, enquanto estágio primeiro e necessário. Pois não é por ela, a imitação, que entramos em conhecimento com os objetos? E por acaso não sentimos um prazer sempre renovado e cada vez mais desconhecido, diante das imensas potencialidades por eles rasgadas à nossa indagação? É por isso que Aristóteles nos diz: "A causa é que a aquisição de um conhecimento arrebatada não só ao filósofo mas a todos os seres humanos, mesmo que não saboreie durante

muito tempo essa satisfação. Sentem prazer em olhar essas imagens, cuja vista os instrui e os induz a discorrer sobre cada uma e a discernir sobre Fulano ou Sicrano! O artista também não saboreia por muito tempo essa satisfação. Ser de espera infatigável, eternamente torturado pelo desejo de se superar a si mesmo, o artista poderia saborear essa satisfação, por muito tempo, sem o desejo correspondente de discorrer sobre as imagens abarcadas pela sua visão? A paixão do discorrer e, se possível, transformar essas imagens não o deixaria. A partir do momento em que o artista observa uma coisa, esta coisa, se lhe interessa, não o deixará em paz. Essa coisa haverá de perseguí-lo, de dominá-lo, de subjugá-lo. Pois, em tempo algum, cessará o desafio da Beleza. Esta esfinge que se sabe indecifrável e, por isso, apresenta o seu grande desafio ao artista: "Transforma-me, ou eu te devorarei". Foi provavelmente sobre a capacidade transformadora da arte a qual Aristóteles quis falar quando escreveu: "Objetos reais que não conseguimos olhar sem custo, contemplamo-los com satisfação em suas imagens mais exatas: é o caso dos mais repugnantes animais ferozes e dos cadáveres". Antes ele parecia referir-se apenas àquelas coisas que nos poderiam causar prazer. Agora se refere àquelas que, no momento de observados, não nos poderiam causar nenhuma satisfação, mas que sob a mudança operada da realidade para a arte nos provoca um gozo que dantes era impossível pressentir, em vista da própria fealdade e horror com que víamos na natureza. Chegamos aqui à grande compreensão aristotélica da Beleza, quando permitiu o ingresso do feio, do horrível, do monstruoso na Arte, sem que esse feio, horrível e monstruoso permanecessem como tais quando transformados, também, sob o fenômeno ambivalente e mesmo contraditório da Arte, em novas categorias da Beleza. A Beleza, portanto, não haveria de se circunscrever somente àquelas coisas que já eram consideradas belas na natureza. Mas, sob a passagem operada de um estado para outro, isto é, da natureza para a Arte, o feio, o horrível e o monstruoso seriam também objetos de fruição da Beleza, não porque deixassem de evocar as características que lhes eram atribuídas, e se transformassem de fato nas coisas belas que não mostravam ser: e, sim, porque a Arte teria esse poder mágico e transubstanciador de descobrir nas categorias do feio, do monstruoso e

do horrível, virtualidades para uma beleza imprevisível, virtualidades que só seriam assumidas dentro do domínio de transfiguração própria da natureza da Arte. Observe-se que Aristóteles frisa bem o termo *exatidão*: o feio tomado “em suas imagens mais exatas”, isto é, o feio não modificado em sua essência, mas transfigurado sob o esplendor da Beleza. A Arte operando uma transfiguração, sem entretanto, transformar os aspectos fundamentais da natureza. A criação na Arte estando, por tal razão, sujeita à capacidade de transfigurar, maior ou menor, de cada artista.

Chegou, então, o momento de se perguntar: o que seria a Beleza para Aristóteles? Falamos, até agora, sobre a imitação como etapa preparatória e progressiva em direção à Arte. Falou-nos referir particularmente à forma como Aristóteles encarava o fenômeno da própria Beleza. Até onde nos foi dado observar a Beleza seria, para Aristóteles, o primado da ordem e do equilíbrio. Não de uma ordem ou de um equilíbrio que excluísse a imaginação. De uma vez que a Arte não deveria se prender simplesmente à imitação enquanto tal, mas dela utilizar-se como ponto de partida. Pois a Arte não seria um produto do nada. Porém, até certo ponto, produto da observação e do trabalho. Seria este o sentido da imitação aristotélica.

Conquanto não se encontre em Aristóteles aquele frêmito que caracteriza a dicção platônica, — e fosse o primeiro um espírito extremamente lógico e analista, ao passo que o segundo mais uma natureza poética do que propriamente científica, — temos de convir que Aristóteles formulou mais satisfatoriamente o problema da Beleza, não somente ao libertá-la da visão dos arquétipos, ou, numa transição mais imanente, da pura fidelidade à natureza, (pois Aristóteles buscava antes uma ordem possível que ideal), mas ao precisar certos termos, ainda não devidamente utilizados, como *grandeza*, *unidade* e *ordem*, na sua cosmovisão estética. E temos, então, de Aristóteles esta completa definição de Beleza: “O Belo, num ser vivente, ou num objeto composto de partes, deve não só apresentar ordem em suas partes como também comportar certas dimensões. Com efeito, o belo tem por condições uma certa grandeza e ordem”. Gostari-

amos de precisar que Aristóteles, a exemplo de seus antecessores, confunde o belo com a Beleza. Da mesma forma, o feio, o horrível, e o monstruoso, de que falamos mais acima, foram, como categorias da Beleza, mais sugeridos do que expressos em Aristóteles. Na realidade, ele apenas abriu o campo para a compreensão de tais categorias, não as precisando bem, como fizeram, depois, os estudiosos ao analisar o sentido implícito no pensamento do mestre.

Quando Aristóteles refere-se, entretanto, a um objeto composto de partes, não somente pressupõe o termo unidade, mas o deixa mesmo explícito. Pois um objeto composto de partes teria de apresentar unidade para que as partes não se confundissem a não ser num todo. Temos, portanto, a obra de Arte como uma unidade, unidade-síntese da imitação-criação. Ora, toda unidade para permanecer íntegra exige a *ordem* por necessidade. Senão a própria unidade se destruiria. E ainda: para que uma unidade apresente alguma significação “deve comportar certas dimensões”. Tanto para significar uma realidade concreta, ela precisa de ter certas dimensões; como, ainda, sem cair no mesquinho nem no desmesurado, sem certas dimensões ela não teria grandeza. Seria, então, uma unidade sem *grandeza*: este último vocábulo assumindo grande significado em Aristóteles que, com ele, abriria campo para o *sublime* e o *grandioso*.

Não encontramos, em Aristóteles, infelizmente, nenhuma referência àquilo que Platão chamava de “possessão”, perante a qual o artista seria mais um possuído do que um possessor, fenômeno que impressionou fortemente Platão, que dele falava com uma ênfase, por assim dizer, dramática. A Arte é, com efeito, definida por Platão, no “Fedro”, como um dom divino. É interessante observar que Aristóteles se preocupasse mais ou somente com o *fazer* ou o *como fazer* da Arte e quase ou não se referisse ao artista, interessando-lhe mais o fato artístico do que o seu criador. Ainda que tivesse uma perspectiva maior para a compreensão do fenômeno estético do que Platão, era entretanto, menos poeta do que ele. Todavia, se Aristóteles não se refere à *possessão*, pretendendo talvez mais o poeta lúcido do seu fazer estético, teve o cuidado de não fa-

zer do artista ou do poeta um simples escravo da realidade, quando ao referir-se às diferenças entre história e poesia, chega a conclusões dessa ordem: "... é evidente que não compete ao poeta narrar exatamente o que aconteceu, mas sim o que poderia ter acontecido, o possível, segundo a verossimilhança e a necessidade". Ou quando compreendeu: "Não acontece que por se ter exposto em verso um assunto de medicina ou física, se é chamado correntemente poeta. Entretanto, nada de comum existe entre Homero e Empédocles, salvo a presença do verso. Mais acertado é chamar poeta o primeiro e, ao segundo, fisiólogo, mais do que poeta".

Aristóteles vai, inclusive, além daquilo que concebeu como imitação, ao preocupar-se mais com a imagética, com a transfiguração da realidade pela imagem, do que com a precisão e a exatidão das formas estéticas. Pois é este o sentido de fábula ou mito que ele nos quer fazer ver por estas palavras: "É manifesto que a missão do poeta consiste em fabricar mais fábulas do que versos". Isto é, a missão do artista, de modo geral, e a do poeta, em particular, deve consistir mais na utilização de fábulas ou mitos (passando por cima de uma distinção sutil entre ambos) ou, numa extensão mais moderna, da imagem, do que da pura aproximação com os dados da realidade, ainda quando se trate especificamente de uma realidade estética. É como bem salientou Ernesto Grassi: "Na poética aristotélica o mito representa em primeiro lugar a tensão, isto é, aquilo que liga em uma unidade todos os meios artísticos da obra, cores, sons, movimentos corporais, etc. Não é porém a "realidade" por excelência, mas apenas uma ordem possível de fenômenos, ou seja, um mundo possível".

O que significa fabular, senão criar, através da utilização do mito, ou, mais modernamente, da imagem, uma nova realidade que, ainda que apresente contacto com a realidade ambiente seja, contudo, bem mais maravilhosa e superior? Aristóteles, ao valorizar na Arte mais o verossímil do que o verdadeiro, por um lado enfatiza a imitação, pois se nós imitamos uma realidade, nós a refletimos, e se a refletimos ela deixa de ser *realidade* para ser *imagem*; e, por outro lado, servindo-se da ra-

ção apenas como mediadora, quase não distinguiu fronteiras entre o verossímil e inverossímil, o possível e o impossível em Arte, ao confessar que "é preferível escolher o impossível verossímil do que o possível incrível".

Caberá, finalmente, ao artista a escolha entre as duas realidades: a *realidade que é* e a *realidade que ele vê*. Esta última, exprimindo maior consanguinidade com os fins próprios da Arte terá, por força, que ser a verdadeira, por corresponder melhor a *uma realidade que se quer ver*, a uma realidade que não exclui as "visões", mas necessariamente as comporta e as faz surgir ou, mais precisamente, tal realidade brotando por impulso delas. Aristóteles já nos abriu o caminho para esta realidade: exigência de uma necessidade maior, que é a de transfigurar a natureza através da Arte.

Não é noutro sentido que um poeta moderno como Fernando Pessoa chega a conceber a Arte como um fingimento. Pois não se pode negar que haja elementos para uma filosofia da Arte, de origem aristotélica, nestes versos:

"O poeta é um fingidor.
Finge tão completamente
que chega a fingir que é dor
a dor que deveras sente".

Que é o fingimento, tomado nesse sentido, senão uma forma requintada de mimesis? A Arte pode ser considerada basicamente como um fingimento: é toda uma realidade que vemos, e que passamos a fingir, a partir do instante em que a estamos representando para nós mesmos.

E essa realidade representada, — como não pode ser, de modo algum, uma representação perfeita do sensível, mas que também não se quer imperfeita, pois a Arte não pretende mostrar a realidade tal como é, mas como deveria ser, — se distingue radicalmente da realidade de onde emergiu. É uma realidade fingida a partir do objeto imitado, sendo, portanto, uma realidade diversa e, também, íntegra enquanto tal.

Pois se a Arte fosse uma representação perfeita do real, não seria Arte, e se fosse, por outro lado, uma representação imperfeita dele, seria ainda menos que Arte: não seria coisa alguma.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arte e Poética, Aristóteles.
 Física, Aristóteles.
 Fedro, Platão.
 Fedro, Platão.
 Arte e Mito, Ernesto Grassi.
 Obra Poética, Fernando Pessoa.

Necrológio

PROF. SÉRGIO LORETO FILHO

A Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco perdeu um dos seus vultos mais zelosos e dedicados com a morte do Prof. Sérgio Loreto Filho, ocorrida em sua Fazenda Santa Leopoldina, na cidade do Cabo.

Nasceu em 9 de setembro de 1894 em Cachoeiro de Santa Leopoldina, no Estado do Espírito Santo, onde seu pai foi Promotor Público e depois Prefeito. Foram seus genitores o Dr. Sérgio Teixeira Lins de Barros Loreto, que veio a ser Governador do Estado de Pernambuco de 1922 a 1926, e D. Virgínia de Freitas Loreto.

Iniciou seus estudos no Externato Santos Pinto, de Vitória do Espírito Santo, prosseguindo no Instituto 19 de Abril, no Recife. Recebeu o título de bacharel em Ciências e Letras no antigo Ginásio Pernambucano em 2 de dezembro de 1911. Colou o grau de bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais em 12 de dezembro de 1916 na Faculdade de Direito do Recife, onde ingressara por meio de Exame Vestibular, exigido pela primeira vez. Em agosto de 1917, depois de concurso de provas, foi nomeado livre-docente das cadeiras de Direito Público e Constitucional Privado. Em 3 de janeiro de 1920 foi nomeado pelo Governo de Pernambuco para o cargo de Inspetor Escolar da Capital, no qual se conservou até 6 de setembro do mesmo ano. Nesta mesma data tomou posse do cargo de Professor Substituto da Segunda Secção do Curso Jurídico da Faculdade de Direito do Recife, a qual abrangia as três cadeiras acima citadas. Esteve em exercício ininterruptamente desde essa data até sua aposentadoria compulsória em 1964, nunca tendo solicitado licença. Obteve sua indicação para tal cargo em livre concorrência de obras notáveis, pelo voto favorável de dois terços da Congregação, ratificado pelo Conselho Superior de Ensino. Candidatara-se com o livro "O Comércio Marítimo no Direito Internacional Privado" (462 páginas, Recife, 1919), que mereceu lisongeira acolhida por parte dos doutos, no Brasil e no estrangeiro. Em 27 de maio de 1925 foi promovido a Professor Catedrático de Direito Internacional Privado. Nos anos de 1936 e 1937 foi professor de Psicologia e Lógica do Curso Pré-Jurídico mantido pela Faculdade de Direito, ao mesmo tempo em que regeu o Seminário de Investigação Científica e Preparo de Teses do Curso de Doutorado. Eleito várias vezes pela Congregação, integrou a Comissão do Vestibular, examinando Psicologia. A partir de 1937 figurou no Conselho Técnico e Administrativo da Faculdade quase ininterruptamente. Fez parte da Comissão de Redação da Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife. Participou ainda de numerosas bancas de Concurso para professor livre-docente e professor catedrático. Em junho de 1949 foi indicado pelo então Reitor Joaquim Amazonas para o cargo de Vice-Diretor da Faculdade de Direito, sendo reconduzido em todos os períodos subsequentes até setembro de 1964, quando foi aposentado compulsoriamente. Em várias oportunidades exerceu a diretoria da Faculdade, tendo merecido da respectiva Congregação já depois de aposentado (dezembro de 1966), a homenagem da aposição de seu retrato no ga-

binete da Diretoria. Na qualidade de Decano do Conselho Universitário, chegou ainda a assumir a Reitoria da Universidade em várias ocasiões. Integrou as Comissões de Concurso para professor Livre-Docente e Catedrático em Direito Internacional Público, Teoria Geral do Estado e Direito Constitucional. Em 1968 foi homenageado pela TV Universitária, no Programa "Uma Vida, um Exemplo". Foi membro titular da "Sociedade Brasileira de Direito Internacional" a partir de 25 de agosto de 1954.

Foi ainda professor de Direito Comercial do Curso de Comércio do Colégio Pritaneu durante os anos de 1921 a 1928. De maio de 1924 a outubro de 1926, foi redator-chefe do *Diário do Estado* que organizou e dirigiu, e da *Revista de Pernambuco*, ambas publicações oficiais. Influuiu no sentido de realizar o governo trabalhos marcantes como a Avenida Boa Viagem, Praça do Derby, a redação e promulgação dos Códigos de Processo Civil e Penal do Estado, etc. Exerceu o mandato de Deputado à Câmara Estadual de Pernambuco, de 16 de dezembro de 1926 até a revolução de outubro de 1930. Foi ainda membro do Conselho Penitenciário do Estado de 1927 a 1931. Advogou, tendo conseguido brilhantes vitórias particularmente nos primeiros anos de formado.

Publicou em 1917 três dissertações para o Concurso de livre-docência "Conceito e Organização do Estado, Classificação dos Estados e Princípios adotados no Brasil". Em 1919 publicou "O Comércio Marítimo no Direito Internacional Privado", e em 1959, uma coletânea de discursos e conferências sob o título de "Idéias e Convicções". Publicou ainda alguns trabalhos de advocacia e grande número de artigos doutrinários, sobretudo na Revista Acadêmica da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Pernambuco, e pequenas monografias. Não teve a alegria de ver publicada sua maior obra, um alentado Curso de Direito Internacional Privado, cujo primeiro volume foi editado posteriormente pela Editora Universitária. Ao falecer estava concluindo um Manual de Direito Internacional Privado para uso dos estudantes, bem como, um Estudo de Direito Público, consubstanciado pelas suas conferências no Curso de Doutorado a partir de 1951.

Casou-se em 30 de outubro de 1920 com d. Leopoldina de Albuquerque e Melo, de quem teve oito filhos, dos quais uma falecida na infância. Deixou ainda vinte e sete netos.

JACI BEZERRA

lavradouro

SEPARATA DA REVISTA

ESTUDOS UNIVERSITÁRIOS

VOL. 13 — N.º 2-3 — ABRIL/SETEMBRO 1973

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

EDITORA UNIVERSITÁRIA

RECIFE — 1973

Capa de Alúcio BRAGA

*“Em sempre móvel íris, verde neve,
azul jacinto e as abrasadas rosas”*

Sousândrade

*Para Vilma Maria,
Consulesa dos Gnomos*

O ANIMADOR DAS ROCHAS

Do século XVIII para cá, houve o milagre da multiplicação dos pães novamente, a morte lenta do artesanato, a escalada mundial do capitalismo. Os novos donos do mundo, para se sentirem merecedores de tal poder, não precisam ser mais os nobres cultos de outros tempos, basta-lhes um belo cadastro na rede bancária. “Atualmente não se espera que o rico faça, mas seja”, di-lo Randall Jarrel (1). Para completar o quadro, a Ciência, a serviço de uma indústria com tais proprietários, foi ocupando, entre as atividades espirituais, um lugar só comparável ao da Teologia na Idade Média. Em meio a tudo isso, a tão grandes concorrentes, a Arte ficou sozinha, mas não capitulou.

A Literatura nunca passou por um período tão rico de sugestões como o atual, e nunca, em toda a sua história, ela foi tão desafiada como agora. É a época do grande inventário humano. Tão complexa e numerosa é a realidade do mundo, que há também o perigo de sairmos de mãos vazias, justamente por causa desta ambição de querer levar, no saco, todos os tesouros de uma só vez. Daí toda essa confusão, essa promiscuidade de tendências e escolas que se sucedem num tempo de jornal, de vídeo-tape, de telstar. Há também, paralelamente, um grande pessimismo em relação à poesia, porque o tempo não dá para fazê-la, nem consumi-la; porque a poesia é um dinossauro que se arrastou até nós e morreu de repente; porque a poesia “quer ficar”, quando nada mais tem direito à eternidade, nem mesmo Deus, cuja morte foi assistida por Nietzsche ao pé de sua montanha. Mas tudo isso passa a a eternidade fica. Tudo isso passa porque são arroubos de nossa adolescência. A eternidade não é burguesa, nem capitalista; como o mar, ela vai acolhendo a pedrinha que quase não se vê, mas compõe a montanha.

Não sei a quem se destina este livro. Assim sendo, ao tentar fazer-lhe uma introdução deste tipo, falo no escuro também: não sei para quem falo. Levo, porém, uma grande vantagem — não sendo crítico de profissão, mas tão somente um

simples convocado a tal incursão, meu direito de errar é maior e, por conseguinte, minha liberdade de ação. Começo logo achando que há certos críticos que são piores do que São Tomé: não acreditam no que vêem. Só crêem no olhar alheio. Por exemplo: Acabam de receber o livro de um autor novo e desconhecido, enchem-se de entusiasmo a princípio, tentam logo mentalmente enquadrá-lo na História da Literatura, etc.; mas, antes de a água ferver, lembram-se de que nunca ouviram referências ao autor e, é engraçado, a partir daí se sentem até envergonhados de terem gostado daquele livrinho, e vão se convencendo pouco a pouco de que ele não presta, até o dia em que alguém corajosamente se levanta e diz: Ecce Homo!

A poesia inicial de Jaci Bezerra, pelo menos em Pernambuco, terra adotiva deste “poeta comprido e seco” e alagoano, não ficou de molho por muito tempo. César Leal, poeta e então diretor do Suplemento Literário do Diário de Pernambuco, tinha o “sal gema” necessário para penetrar, sem hesitação, naqueles estranhos poemas que lhe foram remetidos, nervosamente, por intermédio do ascensorista do Diário, no ano de 1966. Da resenha crítica que escreveu sobre Jaci Bezerra, onde já observava “... aquela disponibilidade *sine qua non* do gênio: capacidade para fazer, quase sem esforço, os versos que deseja” (2) para cá, aconteceu muita poesia nova e variada: “Romances” (3), várias publicações esparsas em jornais, revistas e antologias e, finalmente, este livro límpido e sem rasura, e todo vivo e incandescente — *Lavradouro* — a palavra que tudo alcança.

O TÍTULO

Lavradouro é um título que nos detém logo no portão, e, como os sentinelas dos quartéis, nos pede a senha para entrar lá dentro. Nele estão contidos, tal numa miniatura ou maquete de alguma futura cidade, os elementos essenciais para a sua rápida visualização, mas, vejam bem, agindo em sentido inverso: é preciso esperar que a cidade de fato se levante diante de nós, para que cada elemento do modelo ganhe uma significação. *Lavradouro* não é, propositalmente, uma corrutela de lavrador, no sentido de enriquecê-lo, pelo menos semanticamente, nem tampouco o anagrama de “ouro larvado” (ora insidioso, ora lim-

po e honesto) ou ainda um sinal cabalístico qualquer, mas tão só uma pequenina amostra de todo processo (processo mesmo) de composição dos poemas-múltiplos ou plurais do livro. Sendo o que alguns poderiam chamar de palavra “atomizada”, passível de uma desintegração funcional dentro do poema, do tipo, por exemplo, que Edgar Braga, concretista brasileiro, utilizou no seu *Extralunário* (4), chamando-a de “diacássica”: “fra (turado) terno a (pelo) deus”, proporcionando um simultaneísmo gráfico/semântico diferente, como veremos, do de Jaci Bezerra: “a sós segar a pedra”, “a dor messe maria”, que não mexe graficamente com a palavra, porque seu “plurissigno” é espontâneo (pelo menos consegue esse efeito), quase um reflexo condicionado, e a sua fragmentação vocabular (sobre a qual voltaremos a falar adiante), não representa, na verdade, nenhuma violação morfológica das unidades vocabulares. Nesse título, *Lavradouro*, estão também contidos dois elementos de extrema significação poética na sua obra realizada até aqui: a preocupação com o seu ofício de poeta (lavra) e a ânsia de validade e permanência da própria poesia (ouro). Mas *ouro* também tem outra função conotativa importante dentro do texto, como teremos oportunidade de demonstrar mais tarde.

O TEXTO

Com este livro nas mãos, é difícil lembrarmos de uma possível “crise poética de nosso tempo”. É difícil imaginar o que virá depois deste “delírio azul de lírio” deste “amar elo esquecido”. É na verdade uma realização representativa de nossa época, por seu caráter experimental, por sua exacerbada multiplicidade de níveis de significados, etc., mas tão contrária a ela no que tem de minucioso e acabado, de desafio “artesanal”, que parece ter sido escrita num mosteiro de madeira, bem longe deste tempo e do tumulto do mar. Se por sua meticulosidade nos recorda ligeiramente as antigas iluminuras e vitrais do medievo, por outro lado funciona autonomamente como uma máquina fantástica do presente, para aproveitar-me aqui de uma expressão de William Carlos William, citada por Cassiano Ricardo (5), segundo o qual o poema é uma “máquina de palavras”. Não encontramos no momento uma comparação mais precisa do que esta para representar este teatro eletrônico, onde

os vocábulos se juntam, se separam, se fragmentam, numa trama ótica e acústica, numa dança frenética para alcançar cada um o primeiro plano, e monopolizar as atenções do leitor/espectador. Mas não por puro interesse de divertir e nunca gratuitamente: “a dor meço indo a horta” (entre medir a dor e adormecer, jaz o alienado lavrador). É bom observar que tal modalidade de escrita, se não fosse um método, poderia inclusive suscitar dúvidas se “a dor meço”, “se pulcro” “a varo”, não seriam falhas de datilógrafo, um salto da máquina de escrever.

Esse simultaneísmo vocabular, conquanto não seja hoje nenhuma novidade formal, nunca foi, ao que eu saiba, tão sistematicamente empregado por outro poeta em língua portuguesa, levando a frase poética a extremos nunca visto de ambigüidade. E essa ambigüidade formal e conteudística vive em função da já por nós assinalada realidade múltipla e completa que vivemos atualmente, levando o artista a responder, com um só brado, a várias questões propostas. Em Jaci Bezerra, o que existe, além do mais, é necessário repetir, não é nada semelhante a um jogo de fragmentos coloridos, cristais de gelo, caleidoscópio, ou o mero deleite infantil de quebrar o brinquedo, procurando o mistério. Num verso como este: “de ária és, ó dor!”, as categorias gramaticais desempenham normalmente suas funções, cada palavra se mantém semanticamente inalterada, mas sentimos que há um corpo estranho nesse idioma familiar; algo como um fermento da mesma cor intumesce o verso, fazendo de repente brotar dele, tão inocentemente como se fosse fruto do já mencionado erro datilográfico, dois, três ou mais significados literais, oferecidos à nossa escolha. Resultando deste processo o poema de várias versões, ou vários poemas num só, numa agradável idealização de síntese e multiplicidade, ao mesmo tempo. A fórmula grega “a unidade na multiplicidade” tem aí uma justificação. Vejam a endeixa dúplice de Camões. É engraçado que atualmente se faça tanta questão de lutar por uma obra de arte que possibilite a participação, no plano da criação, do público. Quando essa arte sempre existiu, tanto saída das mãos de um Sófocles, como dos Beatles. O próprio Lautréamont já dizia: “A poesia deve ser feita por todos. Não por um”. Se tal acontecesse atualmente seria uma maravilha. Mas o certo é que

ainda não dispomos de lazer suficiente para pedir tanta participação do público, a ponto de que ele refaça, a seu modo e com o zelo de uma vocação verdadeira, os nossos trabalhos. Pior ainda, ele não tem tempo sequer de participar de nossas pretensas proezas no campo da arte, ou seja, de nossos trabalhos impaticipáveis. Creio que quando o público tiver esse tempo e esse lazer ele próprio fará os seus poemas, quadros, ou seja lá o que for, para preencher mais criativamente a sua vida. Visitei certo dia uma exposição de vanguarda e lá estavam, amontoadas no meio da sala, centenas de palavras impressas, cada uma delas mais cuidadosamente recortada de manchetes de revistas, jornais, etc., e reforçadas com papelão. O objetivo do autor era uma criativa participação do público, que, coitado, apanhava, por exemplo, a palavra *vietnã* e ficava procurando como a uma agulha num palheiro, outra palavra que se compadecesse de sua solidão. O negócio, até o presente, não pegou. Não entro no mérito do movimento, mas acho que os poemas de Jaci Bezerra, sob este ponto de vista, são bem mais modestos. Porque os seus poemas múltiplos não pretendem, a priori, dar trabalho a ninguém. Eles já estão definitivamente realizados e não querem forçar a paciência de leitores apressados. Essa linguagem ambígua, multívoca e de tantas intenções poéticas simultâneas, é comandada, no entanto, por uma poderosa intuição, e sob a égide dos mais modernos e válidos conceitos de poesia, porque sempre se dirige à imaginação através de imagens frequentemente concretas, sensoriais, e sempre consegue essas imagens sem o aparato retórico e vazio que torna aborrecida para o nosso gosto certa poesia do passado. Apoiando-nos nas palavras do poeta, diária é, portanto, a dor, o preço de realizar plenamente tão fecunda ária, através de recursos aparentemente simplórios (até primitivos, como o do encadeamento utilizado no poema *Lavrada Vida*). Alcança Jaci Bezerra uma linguagem extremamente móvel e concreta, sem preocupar-se desesperadamente, como Apollinaire via Mallarmé e seus epígonos brasileiros, com o aproveitamento plástico do espaço em branco da página, e sem chegar a uma avareza de palavras própria de uma “infelicidade profunda”. Seu amor físico pelo poema também existe em grau elevado, sugerindo-nos até uma experiência tátil com a palavra, mesmo erótica, e um zelo de recém-casado

que só quer dentro de casa o novo, o limpo, o funcional. Ainda que a obra de Jaci Bezerra (que está na casa dos vinte anos ainda) não seja muito conhecida, já é considerável pelo volume. Mas nada no entanto foi ou é feito com a urgência imediatista dos iniciantes. Parece-nos até que procurou seguir à risca as sugestões de Goethe (6) "O legítimo talento, verdadeiramente grande, encontra na interpretação sua mais elevada satisfação. Ross é incansável nas acuradas minúcias da lã e do pelo de seus carneiros e cabras, e pelos infinitos detalhes vê-se que se sente durante o trabalho inteiramente feliz, sem a preocupação de terminá-lo".

Essa experiência amorosa com a palavra leva-o porém, por veredas estranhas aos poetas rasamente formalistas, que lhe são contemporâneos; conduzindo-o, contudo, a uma poesia de primeira água; colocando-o, por seu equilíbrio clássico, profundidade reflexiva e arranjo moderno, bem acima de sua própria geração, e num período mais vasto e poderoso, entre os poucos artistas excepcionais que souberam usar com propriedade e segurança quase todos os resultados positivos que a livre pesquisa estética ofereceu ao nosso século; entre os revolucionários maduros e conscientes, que buscam menos ser heróis de um minuto, expor-se por vaidade aos perigos de radicalismo exibicionista, do que atuar eficazmente dentro de seus limites e empregá-los economicamente todas as suas forças na realização de seus projetos. Se por tal prudência ele se aproxima, no Brasil, da chamada Geração 45; pela extraordinária capacidade inventiva, filia-se diretamente aos fundadores do Modernismo brasileiro, à poesia "de choque" de 22. No entanto, tudo isso não satisfaz o sectarismo formal e turbulento, e, às vezes, até extra-lingüístico, de alguns teóricos da atualidade, sendo-lhes até antipática a constatação de que Jaci Bezerra, não obstante dar exemplos magníficos de compreensão das exigências estéticas de nossa época, submete seu livro a uma monométrica, usando até o fim do *Lavradoiro* o verso heróico quebrado, de seis sílabas, e, para maior escândalo deles, recorrendo sempre a formas antigas e fixas de composição, como a sixtina (dois dos 5 longos poemas deste livro: *Parábolas e Sixtinas*) "atualmente consideradas simples brincadeiras e pouco modernas" (7). No entanto, só aqueles a

quem foi dada força de insuflar novo alento aos restos empoeirados de uma invenção antiquíssima, como é o caso da sixtina, criada pelo provençal Arnaut Daniel (n. 1180, m. 1220), poderão verdadeiramente ser capazes de renovar a arte difícil da poesia, num país desencorajador como o nosso para tais empreendimentos. Entenda-se que nesse procedimento de Jaci Bezerra não há nada de reacionário, pois todo reacionarismo artístico é uma atitude de aceitação passiva de velhos meios de expressão, sem a eles nada somar de verdadeiramente novo e pessoal, superar contradições, acrescentar uma nova informação, aceitando-os como os encontraram na fonte, como foram feitos no passado, por pura preguiça intelectual ou censurável desejo de agradar a classe numerosa de conservadores que os cercam (em todas as partes e épocas). De tal maneira Jaci Bezerra deu à sixtina um substrato de sabor atual e atuante, além de pessoal, que ela se tornou coisa sua. Afora a construção exterior, que a rigor só sofreu a exclusão da estrofe final de três versos, porque até a repetição vocabular foi mantida, tudo o mais se passa no plano interno da linguagem, tudo o mais é criação do autor. Esse tipo de poema se prestou maravilhosamente bem a seus planos, e por se apoiar na repetição metódica das palavras finais da primeira estrofe nas palavras finais das cinco estrofes restantes, facilitou-lhe pôr em relevo determinadas palavras-chaves, verdadeiros traços estilísticos, que ajudam um pouco o analista a rastrear o núcleo de sua personalidade artística, tornando de certa maneira fácil a apreensão do clima poético sob o qual se desenvolve toda a sua mensagem lírica; auxiliando-o, através da eleição desses vocábulos, a penetrar no seu círculo de sugestões e soluções formais preferidas. Mas, pelo simples fato de usar ainda o verso como unidade de composição, já estaria ele inevitavelmente classificado entre os poetas ditos prosaicos e discursivos; alheio, portanto, à notícia de que o verso já morreu, se não fosse condenado por desconhecer uma das mais recentes conquistas da Humanidade, ou seja: a língua chinesa, que Pound inventou especialmente para um tipo de vanguarda brasileira já superada. Queriam ser novas substituindo as dificuldades do presente pelas do passado: "Ao passo que as dificuldades da grafia moderna decorrem do fato de termos um número de símbolos demasiadamente reduzidos, as dificuldades

dos povos antigos eram opostas às nossas. As escritas antigas consistiam em símbolos separados para cada vocábulo e eram, portanto, excessivamente embaraçosas” (8). Não somos contra qualquer vanguarda, porque defendemos um vanguardista de primeira ordem, mas alegamos-nos em constatar que Jaci Bezerra não se propõe a empresas demasiadamente extraordinárias, utópicas, extra-históricas, nem dedica noventa por cento de sua vida a teorias ambiciosas de reinvenção da própria arte, através de sua global negação. Contenta-se, e faz muito bem, com um tipo de verso, ou frase independente só raras vezes subordinado sintaticamente ao anterior. Mas nem a fobia do discursivo pode manifestar-se impunemente diante dele. A não ser que tal doença reflita todo o desespero estético do nosso Século, ou o de um pastor confuso e impotente, que já não pode controlar o seu rebanho de palavras. Mas o *Lavradouro* não foi escrito certamente para esse tipo de recalque. Nem, por outro lado, significa concessão a certos radicalismos exclusivistas o fato de não existir, por exemplo, em todo o livro, o conectivo *que*. A elipse de tal partícula determina em parte a mobilidade extrema de significados e significantes dentro dos poemas, e já é sinal de uma próxima linguagem mais solta, livre e arejada, como a cinematográfica, e é outro marcante traço estilístico do presente volume. Note-se ainda que, em consequência desses fatos e da própria indefinição ou indeterminação temática do livro, a ordem dos versos, na maioria das vezes, pode ser a nosso bel prazer alterada; sem que com isso haja necessariamente uma queda de nível, um prejuízo estrutural do texto, ou mesmo uma quebra de sua homogeneidade estilística. Neste livro, com poucas exceções (*Lavrada Vida, Fabulário*, parte de *Velório Amigo*) a ordem dos versos não altera o poema. Aqui é bom fazer uma referência especial à “Obra Aberta” de Umberto Eco, talvez um dos mais importantes enfoques da poética contemporânea. O recrudescimento dos elementos optativos da linguagem moderna encontrou em Eco o seu mais sistemático analista: “As grandes poéticas contemporâneas, ao propor estruturas artísticas que exigem do fruidor um empenho autônomo especial, frequentemente uma reconstrução, sempre variável, do material proposto, refletem uma tendência geral de nossa cultura em direção àqueles processos em que ao invés de uma referência unívoca e

necessária de eventos, se estabelece como que um campo de probabilidades, uma “ambiguidade” de situação, capaz de estimular escolhas operativas ou interpretativas sempre diferentes” (9). Esse “empenho autônomo especial” e essa “reconstrução”, de que nos fala Eco, são exigidos do público, realmente, mas isso não deve ser levado às últimas consequências, como querem alguns exagerados. É o problema de tempo e de lazer de que já nos ocupamos, mesmo porque já nos diz em outra parte de seu livro o citado teórico: “acreditamos ter afirmado suficientemente que a abertura, entendida como ambiguidade fundamental da mensagem artística, é uma constante de qualquer obra em qualquer tempo” (10). O tipo de poema proposto por Jaci Bezerra vem, em parte, atender o desejo de uma maior ambiguidade, sem sucumbir ao perigo de não dizer nada por tentar dizer tudo ao mesmo tempo. Se o poema de um modo geral permitia para uma só leitura várias interpretações individuais, o de Jaci admite além de várias interpretações, várias leituras. Essa estrofe, por exemplo: “Na pedra a mão lavrada
recolhe a flor enxuta
a flor mais abrasada
o lavrador a escuta
aurora como o pássaro
safrejando o chão sáfaro”
“Safrejando o chão sáfaro
aurora como o pássaro
o lavrador a escuta
a flor mais abrasada
recolhe a flor enxuta
na pedra a mão lavrada”
Fizemos apenas uma variação de estrofe, poderíamos ter feito diversas, porque cada estrofe da maioria dos poemas pode ter seus versos combinados nos mais diversos arranjos, mas, o que é importante, sem que o clima poético altere a sua temperatura a ponto de matar o poema. No seu livro “A Educação pela Pedra” João Cabral de Melo Neto faz uma tentativa nesse sentido, sem no entanto generalizar o processo, através dos recursos empregados por Jaci Bezerra.

Além disso, o nosso poeta usa uma sintaxe fluida, rarefeita, quase uma anti-sintaxe, e isso de certo modo agrada um pouco aqueles que tanto combatem na poesia essa lei disciplinadora do idioma, por considerá-la (a sintaxe) índice de quase todo sistema lógico/discursivo. Agrada-lhes também o esquema aliterativo de todo livro: “alumbra alumando”, “morno moroso rio”, “aurando a amada aurora”, “sólido sol assola”. Logo

mais, porém, constatarão com certa ironia ou desprezo, o grande esquema metafórico, o emprego milionário dos símbolos, a soberania do mistério e da fantasia, coisas que são para os saudosistas do concretismo e congêneres a sucata imprestável de uma poesia extinta.

Falamos de indefinição temática e tocamos sem querer numa outra característica da poesia nova, onde os assuntos, os temas, vão no último vagão; tendo em vista ser a poesia atual uma grande excursão lírica dentro da própria linguagem. Jaci Bezerra partiu justamente desta perspectiva para a consecução de uma espécie de poema cujo tema central (se existe) é o próprio ato de interrogar a palavra através da palavra. Sabemos sobre o que o poeta está falando, mas logo mais já não o sabemos, porque o que nos passa a prender verdadeiramente a atenção é o modo como ele o está fazendo. É como se alguém se apresentasse a nós com um objeto misterioso nas mãos e falando sobre coisas que já conhecemos. Nosso interesse de tal forma estaria concentrado naquele objeto que o assunto tratado pelo visitante se reduziria a um ruído sem muita importância. Nos jardins de infância modernos, os objetos, os brinquedos, etc., são meios de desenvolvimento da coordenação motora, preparando a criança para o que ainda vem. A palavra para o poeta Jaci Bezerra parece exercer a mesma atividade, ainda mais se levarmos em consideração que, no mundo novo do artista, somos crianças necessitadas de uma motivação material ou lúdica (às vezes), a fim de não desistirmos de ficar para ouvir as coisas essenciais. Tudo isso, no entanto, não é fácil de apreender, quando somos às vezes menos interessados pela vida do que uma criança de cinco anos. E realmente sempre o somos.

Para uma crítica pretensamente marxista, tal atitude seria, via de regra, considerada mero comportamento bizantino, levando ao exercício verbal dos poetas menores do Barroco, ou um desfile real de ornamentos numa aldeia de terra batida. Mas as coisas estão mudando e o pensamento de Marx já não é usado como emboscada contra as realizações supremas do espírito humano no plano da Arte. Muito menos contra um artista que procura dignificar o seu ofício, encontrando uma identificação pro-

funda entre ele e o dos demais seres humanos, ou melhor, procurando mesmo desaliená-lo, através do esforço no sentido de situá-lo devidamente no mundo: “Na horta da palavra / o trabalho sem queixa / perdida é a lavra / se o lavrador a deixa / porém nunca é vazia / a flor se a mão a fia”. E que, diante das adversidades de tal ofício, permanece firme na decisão de recomeçar ali mesmo, já que não deve fugir: “Sol entre a cerca e a fuga / o lavrador madruga”.

É estimulante constatar a seriedade com que Jaci Bezerra encara o seu trabalho e as suas preocupações com respeito a ele, ainda que para isso tenhamos de recorrer à talvez secundária pesquisa de seus temas, à caça das numerosas palavras-chaves que abrirão muitas portas deste extenso poema de auto-definição e de necessária confiança no poder lírico da palavra escrita. Jaci Bezerra já habita um mundo de símbolos próprios, identificador dos grandes artistas.

Prendendo-nos apenas a este livro, encontramos logo no seu segundo verso a palavra-símbolo *aurora*, que mais adiante veremos tratar-se de fonte poética de um sem número de outras, ao longo de toda a obra, e que são o rastro legítimo para alcançar um dos seus objetivos principais. Sob este ponto de vista o *Lavradoiro*, como toda a obra de Jaci Bezerra até aqui, poderia ser submetido a um levantamento geral de suas “áreas de símbolo”, como o fez com a obra de João Cabral de Melo Neto o incansável ensaísta Othon Moacyr Garcia (11), no seu trabalho “A Página Branca e o Deserto”. Não estando dentro de nossas modestas limitações um estudo sistemático dessa natureza, o que exigiria de nós, para começo de conversa, uma rigorosa pesquisa de texto, o que pode parecer fácil quando se trata de um poeta novo, mas que é realmente difícil quando esse poeta novo é Jaci Bezerra. Mas tão grande é a tentação para uma análise desse tipo, que nos arriscamos a uma hesitante e pequena exploração dentro dessa enorme “floresta de símbolos”, escolhendo entre eles apenas os que julgamos mais afins com os nossos propósitos de sugerir vários planos de abordagem da obra. O primeiro poema “Paisagem Sozinha” começa com estes dois versos: “Infante sendo rio/me dói aurora ser”.

Não obstante a idéia acidental de morte (infantesendo), o problema do eterno recomeçar, suscitado pela metáfora do rio, que desde os clássicos prevalece, é logo mais confirmada pelo lamento "me dói aurora ser". Ser novo a cada momento e a cada novo instante da criação é o principal objetivo de Jaci Bezerra. E o reflexo de tal desejo em sua poesia é o que veremos depois, quando tratarmos de sua tendência à mutabilidade, de livro para livro. O que vai nos interessar no momento é a palavrinha *aurora*, matriz fértil de uma rede de similares, dentro de uma vasta área semântica cuidadosamente cultivada pelo autor: aurora / claro / ardendo / acendendo / acesa / aura / sol / clareia / abrasado / lua / calça / alvo / áureo / ourando / leite / brasa / brancos / dias / madrugando / nascia / lume / luminoso / lâ pa da / primavera / rubra / azul púrpuro / burnida / vermelho / vela / alumbra / inflama / corado / rubi / incendeia / chama / amar elo / fagulha / a brasa da / alumio / crepitando / maio / diurna / acorda / delírio / trinado / fumegando / manhã / infla má dura / ruivo / explode / etc. Várias dessas palavras são repetidas dezenas de vezes ao longo do livro, todas elas ligadas entre si por afinidades físicas, psicológicas, ou temporais, espalhando sobre o texto uma luminosidade constante e particularmente nordestina. A preferência de Jaci Bezerra por tais áreas simbólicas desperta a suspeita de que para ele foi a poesia que realmente deu a luz à sua vida, que só através dela pôde conhecer, aceitar, ou rejeitar o mundo que encontrou. Essa aurora que se repete, numa festiva redundância, de estrofe a estrofe, de verso a verso, é a repetição natural de seu próprio conceito de poesia, ressurreição imposta pelo mundo a cada manhã, esse levantar-se sempre novo. A preocupação com a luz é completa, estendendo-se mesmo à seleção fonética dos vocábulos, ressaltando a predominância neles da vogal fundamental: *a* (a primeira que emite a criança). O poeta certamente não pensou em tais sutilezas, mas a sua intuição poética o fez por ele. Conforme Wolfgang Kayser (12) "... as subordinações de vogais a cores, feitas até agora, divergem fundamentalmente (o que não exclui uma correlação constante para o próprio autor)". Assim sendo, *A*, para Jaci Bezerra, é branco, claro, diurno; ao contrário do *A* de Rimbaud, que era *noir*, no seu célebre soneto "Voyelles". Em

todo *Lavradoiro* as vogais abertas tomam conta de tudo: claro, água, aura; pedra, enxergo, messe; rio, calça; rosa, olhar, sol; flui, pulcro, rubra; ou mais explicitamente: "Senti nela não digo / rubra rosa sadia / mas a brasa do abrigo / quando a pedra doía / neste século tão áspero / clara vestia pássaros". Resultando também disso uma suave aliteração que percorre todo o livro como um fundo musical.

Um tanto afoitamente, mas ficando entretanto no terreno das suposições, suspeitamos que toda a poesia de Jaci Bezerra, justamente por causa dessa obsessão por palavras fonético e semanticamente claras, tem alguma coisa a ver com as teorias, já um tanto abandonadas, de Mme. de Stael sobre a influência do clima sobre a literatura (vejam também as pesquisas atuais sobre as diferenças, na pré-história, entre a arte franco-cantábri-ca e a íbero-africana). Essa história de aplicar os métodos de uma ciência para estudar um objeto que não está aprioristicamente no seu campo de ação foi muito combatida, e Taine sofreu horrores por causa disso, ao retomar e ampliar esse determinismo geográfico em seu "Philosophie de l'Art". No entanto, na atualidade, o que mais vemos é a aplicação de métodos científicos diversos no estudo da Literatura. Sou pela chamada crítica totalizante, que cerca a obra por todos os lados, todos os ramos do conhecimento sendo válidos para ela. E considero bastante interessante a divisão feita por Mme. Stael da literatura europeia. Ao dividi-la em dois grandes blocos: a literatura do Sul, tendo Homero como precursor, e a do Norte, iniciada presumidamente por Ossian; sugerindo com isso que o frio e as brumas do norte foram responsáveis pela introspecção e melancolia de seus artistas, enquanto que a relativa clareza e o colorido natural do Sul encontraram igual correspondência na literatura que aí se fazia, ela nos faz pensar por tabela nos cancioneros espanhol e nordestino, na poesia *clarificante* de João Cabral de Melo Neto e, (em linha curva, por causa da verdade), em Jaci Bezerra. Isso até traz à baila o problema do movimento simbolista brasileiro, que só deixou dois nomes (e alguns críticos já acham demais): Cruz e Souza e Alfonsus de Guimarães. Como já foi observado por Hernani Cidade, no seu admirável "O conceito de poesia como expressão

de cultura" (13), "O simbolismo é a atitude poética menos adequada à clara alma latina, pelo que nele se traduz de amor pelo cinzento e impreciso" — Mas lembrem-se de que a poesia de Cruz e Souza é repleta de claridade "Ó formas alvas...". e essa claridade, creio eu, não é somente resultante de uma compensação psicológica da parte do excelente poeta negro. O trópico é uma fatalidade. Onde o sol poderia ser tanto que invadisse, palavra por palavra, uma literatura? Jaci Bezerra soube aproveitar deste sol os raios mais fecundos para a sua poesia. É um livro inegavelmente tropical, brasileiro, nordestino. Gilberto Freyre que o diga. Fazendo coro com Ortega y Gasset, "Eu sou eu e minhas circunstâncias", Jaci Bezerra poderia dizer: "Eu sou eu e minhas circunvizinhanças". Muito soube valer-se delas, aproveitando-se da matéria-prima mais forte, pois para ele a capacidade de escolher e a de criar são a mesma coisa.

Um outro aspecto digno de nota neste livro é o seu vocabulário preponderantemente carregado de termos da natureza, para não dizermos rurais. Nesse sentido mostrando uma certa afinidade psicológica com a poesia romântica, e usando frequentemente o processo de personificação das coisas. Seu lirismo circunscreve-se a uma área rural de símbolos, a uma paisagem tipicamente nordestina, numa tentativa sem precedentes de "animar as rochas", dar vida a todos os seres inanimados: "exige toda vida / dar vida à pedra morta". Porque é nessa "paisagem sozinha" que ele constata não ter sido a natureza ainda vencida, o desafio apenas começou, e é tão difícil "dar vida à pedra morta" quanto empreender uma viagem ao cosmos. Cravar no solo lunar um emblema que testemunhe a presença do Homem, desenhar um mamute na parede de uma caverna, ou escrever um poema, são formas diversas de uma mesma ânsia, a ânsia de ficar, o medo de morrer.

Ainda sobre este aspecto rural do livro, temos algumas observações a fazer. A palavra *trigo*, sem nenhuma importante conotação bíblica, é abundantemente empregada, e creio mesmo que se trata apenas de uma variante de *milho*, um produto mais brasileiro, mais nordestino. Tem ainda a vantagem de ser um

cereal de casca amarela, cor cuja significação nesta obra já foi passageiramente comentada. Plantar um grão de trigo ou de milho é também outra maneira de perpetuar o homem: "rubra pedra macia / clarificava o abrigo / acesa a mão abria / a semente do trigo / do grão saía o pássaro / aurando o homem áspero". É uma parábola do trigo sem fazer alusão ao joio, pois a separação dos dois já foi feita muito antes, no momento de ser lançada a semente na terra, ou a palavra no papel. Mesmo na última parte do livro, *Fabulário*, cujos motivos são sempre mais pessoais e autobiográficos, aparecem os mesmos símbolos arrancados à paisagem nativa; os mesmos pássaros, rios, rosas, pedras, árvores, pirilampos, tudo liricamente identificado com o resto da obra, confirmando-a do princípio ao fim.

Tudo isso compõe as duas realidades de todo grande artista: a que ele reflete, quando objetiva criticamente o mundo que o cerca; e a que ele cria com os elementos que lhe possibilitam essa objetivação. Duas formas de sentir a mesma angústia; ora reproduzindo-a, ora criando-lhe um substituto ideal. Porque tanto "dói semear a esmo / a angústia de si mesmo", quanto "dói semear o corpo / para a lavoura tão pouco".

Quem conhece a poesia anterior de Jaci Bezerra não esconderá o espanto ao constatar a sua versatilidade de tendências. Basta que se confronte o seu livro anterior: *Romances*, com o presente volume e os seus trabalhos esparsos, ainda não colecionados. Suas mudanças aparentemente bruscas de método, poderão, contudo, proporcionar sérios equívocos àqueles que o acompanham um tanto displicentemente. Mas quem se detiver na análise demorada de suas produções, chegará à conclusão de que tal atitude não é determinada por uma busca primária de uma forma definitiva de expressão, própria de iniciantes. Antes reflete, pela segurança com que interroga o fenômeno da linguagem, em cada um de seus trabalhos, o resultado último de uma procura maior: a do sentido mesmo da Literatura em nossa época (conquanto não seja nessa variação que resida todo o seu mérito e originalidade). Caso semelhante ao seu, nesse aspecto, podemos encontrar na própria literatura portuguesa. Jaci Bezerra tem o mesmo temperamento múltiplo e mutável de Fer-

nando Pessoa. Como o autor português (menos disciplinado do que Jaci), nosso poeta consegue a integridade de toda a sua obra até aqui realizada, não graças ao mesmo método estilístico, contrário à sua índole, mas através da homogeneidade de cada uma de suas partes, da integridade de cada livro que dá como acabado. E cada uma dessas partes, cada um de seus livros, representa sempre a saturação natural de uma descoberta, a exploração exaustiva de todos os seus recursos. Afora alguns elementos comuns, tais como a "luminosidade", já referida, a tendência para os poemas longos (de curtas unidades), a fantasia, a preocupação em afirmar sua condição de criador, tudo o mais, de obra para obra, é novidade, tanto para si, como para nós que o acompanhamos de perto.

ALGUMAS CONCLUSÕES

Como já vimos, este livro de Jaci Bezerra é representativo de nossa época por ser ponto de confluência e sublimação de vários setores da modernidade, por se valer de uma instabilidade funcional muito próxima da instabilidade político-social contemporânea, por ser proponente de uma "solução" pessoal, que é um traço constante de toda grande poesia de após-guerra, por valer-se de um nativismo não-exclusivista, clara imposição da "contiguidade" do mundo atual — proporcionada pelo desenvolvimento acelerado dos meios de comunicação. É um livro "participante", na medida em que essa participação não abafa a experiência mesma do poeta, participação autêntica porque verdadeiramente motivada e vivida. Daí as suas características didáticas, o seu exemplo e advertência contra a escravidão do "dernier cri", verdadeiro beijo de barreira para os talentos jovens. Porque não cai, é bom dizer, na atitude rasamente formalista, para não repetir desastres passados de nossa poesia, resultantes da hipertrofia teórica. É, enfim, uma das mais sérias tentativas de testemunho humano, através da poesia, da nossa infundável obstinação de "animar as rochas", lição que o próprio poeta faz questão de repetir no final deste livro: "a vida não divide / o lavrador a horta / exige toda a vida / dar vida à pedra morta".

Alberto Cunha Melo

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- 1 — Jarrel, Randal — A Poesia e a Época, Editora "Revista Branca", pág. 20.
- 2 — Diário de Pernambuco — Recife, 20 de novembro de 1966.
- 3 — Bezerra, Jaci — Romances, Imprensa Universitária da UFP, Recife, 1968.
- 4 — Braga, Edgar — Extralunário, Martins Editora, São Paulo, 1960, pág. 47.
- 5 — Revista "Invenção", n.º 1, ano I, 1.º trimestre de 1962, São Paulo.
- 6 — Eckermann — Conversações com Goethe, Editora Pongetti, 1950.
- 7 — Kayser, Wolfgang — Fundamentos da Interpretação e da Análise Literária, Américo Amado Editor, Coimbra 1948.
- 8 — Bodmer, Frederick — O Homem e as Línguas, Editora Globo, 1960, Porto Alegre, pág. 43.
- 9 — Eco, Umberto — Obra Aberta, Editora Perspectiva, 1968, São Paulo, pág. 93.
- 10 — Eco, Umberto, Op. Cit., pág. 25.
- 11 — Revista do Livro, ns. 7, 8, 9, respec. set., dez. de 1957 e março de 1958, Instituto Nacional do Livro.
- 12 — Kayser, Wolfgang, Op. Cit., pág. 139.
- 13 — Cidade, Hernâni — O Conceito de Poesia Como Expressão de Cultura, Livraria Acadêmica — Saraiva & Cia. Editores, São Paulo, pág. 265.

um
as parábolas

PAISAGEM SOZINHA

Infante sendo rio
me dói aurora ser
rio, acho, claro fio
d'água é não se conter
convém ser cor roendo
a rosa o seixo ardendo

Tecida gume a fio
a pedra continua
rosa abrasada, o rio
não a deixará nua
aonde vou enxergo
a pedra de olhos cegos

Vi o lento correr
da água enfeixada, o rio,
acesa cor roer
a pedra fio a fio
água dói entre tanto
sol tanto rio e canto

Onde o rio? onde a dor?
messe a aurora da vida
a pedra acesa, cor,
rói, flui, indo dormida
com sol ido renego
a vida a pedra enxergo

Aceso rio, o sol
ácido não clareia
o abrasado lençol
d'água arrastando a areia
ofega ante a água nua
pedra abrasada, a lua

N'água aurorada viça
a pedra, convém ser
riacho, não caliga
para a pedra roer
à água custa entre tanto
mar ser tanto, ser canto!

CLARIFICAÇÃO

O vinho o pão o azeite
coisas puras, declaro,
abrasada as aceite
a mão do ser avaro
corada rosa osculo
orando crepusculo

Alvo lírio, ser claro,
claros o rio e o peixe
isco peixe não aro
o vinho o pão o azeite
corpo corpóreo coro
árida rosa oro

A hóstia acesa anulo
entre o pão e o peixe
auro oro crepusculo
aberto à flor do azeite
no cálice sem cor
rôo, abrasado, o amor

Rorante ourado peixe
a vinho roxo coro
entorno aquoso leite
entre cruz e adro oro
peixe iscado rorejo
ó, dia, aquário aceso

Branco delírios claros
o pão o vinho o azeite
a água do rio a varo
iscando ourado peixe
o dia o sol inflama
peixe, aceso, as escamas

Sinto no peixe o odor
do mar, ó dor do peixe,
artista não ator
doado a água não deixe
a mão a vara o anzol
rio abrasado o sol

FOTO/GRAFIA

Senti nela não digo
rubra rosa sadia
mas a brasa do abrigo
quando a pedra doía
neste século tão áspero
clara vestia pássaros

A pedra não doía
semeada de pássaros
à mão doce se abria
o canto menos sáfaro
a pedra ourado abrigo
aurorava de trigo

Queixoso desabrigo
a pedra se doía
ouro ramo de trigo
seixo rosa macia
branco verão de pássaros
ardia o dia áspero

Rubra pedra macia
clarificava o abrigo
acesa a mão abria
a semente do trigo
do grão saía o pássaro
aurando o homem áspero

Ácido o gume áspero
dura pedra partia
madrugando de pássaros
clara a manhã nascia
ardente grão de trigo
a pedra ourando o abrigo

Aurorescia o pássaro
na pedra ourado abrigo
o duro seixo áspero
madrugava de trigo
acendendo acendia
o corpo dágua o dia

LAVROURADA

Sangra da inchada veia
acesa ourada horta
rubro fio cortei a
de lata atada aorta
trêmula luz esgarço
ó, dia, e não te acho!

Rubra a cal da áurea aorta
o corpo aceso asseiz
a dor meço indo a horta
sobre a lixenta areia
de ária és, ó dor!
lavra do lavrador "

Com signo aro a horta
és cá lavra da dor
ida a vida, ré, voltas
à ponte, a ilhar o amor,
vaga e lume sementeas
de sol e água a areia

Rosa abrasada traço
cedo a dor me recorta
a vida (ar, rosto) a grafo
rescende, ente, és a horta
alvo, roço o rubor
do alumioso amor

Lã, pá, da clara areia
não má, sã, rubra brotas
prima vera primeira
és clara à mente, à horta
quase rosa és tu por
tanto, ó, e terno amor

Ó rosa aurada, amor
tecendo o chão da horta
chaga do sol a cor
da intumescida aorta
onde ando? a cor dei a
onda do mar a areia

CRUCIFICAÇÃO

a bruno tavares

Sol ouro ave maria
castiço ramo de água
a maria amar ia
acesa e terna mágoa
sol ido sol chagado
dói crucifixado

Atado não chagado
tão doce oura da mágoa
cristo à cruz fixado
de sol de vidro de água
se mar fosse mar ia
a maria amaria!

Cântaro derramágua
trêmula ramaria
clara flor à flor d'água
a dor messe maria
de cor ardo a dor nado
sol e crucificado

Não cabe minha mágoa
no ser crucificado
tranço dourada água
corpo à cruz fixado
se a mim se dá maria
abraso a ramaria

Fixo amor fixado
na acesa ramaria
curvo o seio curvado
cruz o amor de maria
sol abrasando a mágoa
maria de sol dágua

Também de sol veria
o casto amor chagado
não me fosse maria
dos bens o mais amado
ramo de azul de mágoa
doendo dentro dágua

a sebastião vila nova

1. A sós segar a pedra
a doce areia enxuta
água correndo lerdá
à pedra não desnuda
— dói semear a dura
pedra na areia escura

2. Na mão fechada rilha
o duro grão sedoso
porém a água na bilha
canta, verso amoroso,
— dói semear o canto
o áspero desencanto

3. Usar os utensílios
próprios à palavra
ah, quem os tem? os cílios,
a boca fresca e escrava
— dói semear o corpo
para a lavra tão pouco

4. Lavrar na pedra a sã
palavra, acesa fruta,
nenhuma luta é vã
quando alguém nos escuta
— dói semear a areia
e tanta angústia, creia!

5. Colher, indo à lavoura,
o verso desatado
toda a palavra oura
o seu fruto dourado
— dói semear o amor
ó, lavra! ó lavrador!

6. Onde a palavra antiga
florir no chão, ceifada,
lavre, será cantiga
a palavra abrasada
— dói semear a vida
por acaso esquecida

7. O verso derradeiro
o coração o sente
púrpuro aceso cheio,
rubro verão candente,
— dói semear, se é tarde
e o coração não arde

8. Doce água de regato
cai da bilha partida
deixar o canto exato
é viver duas vidas
— dói semear a esmo
a angústia de si mesmo

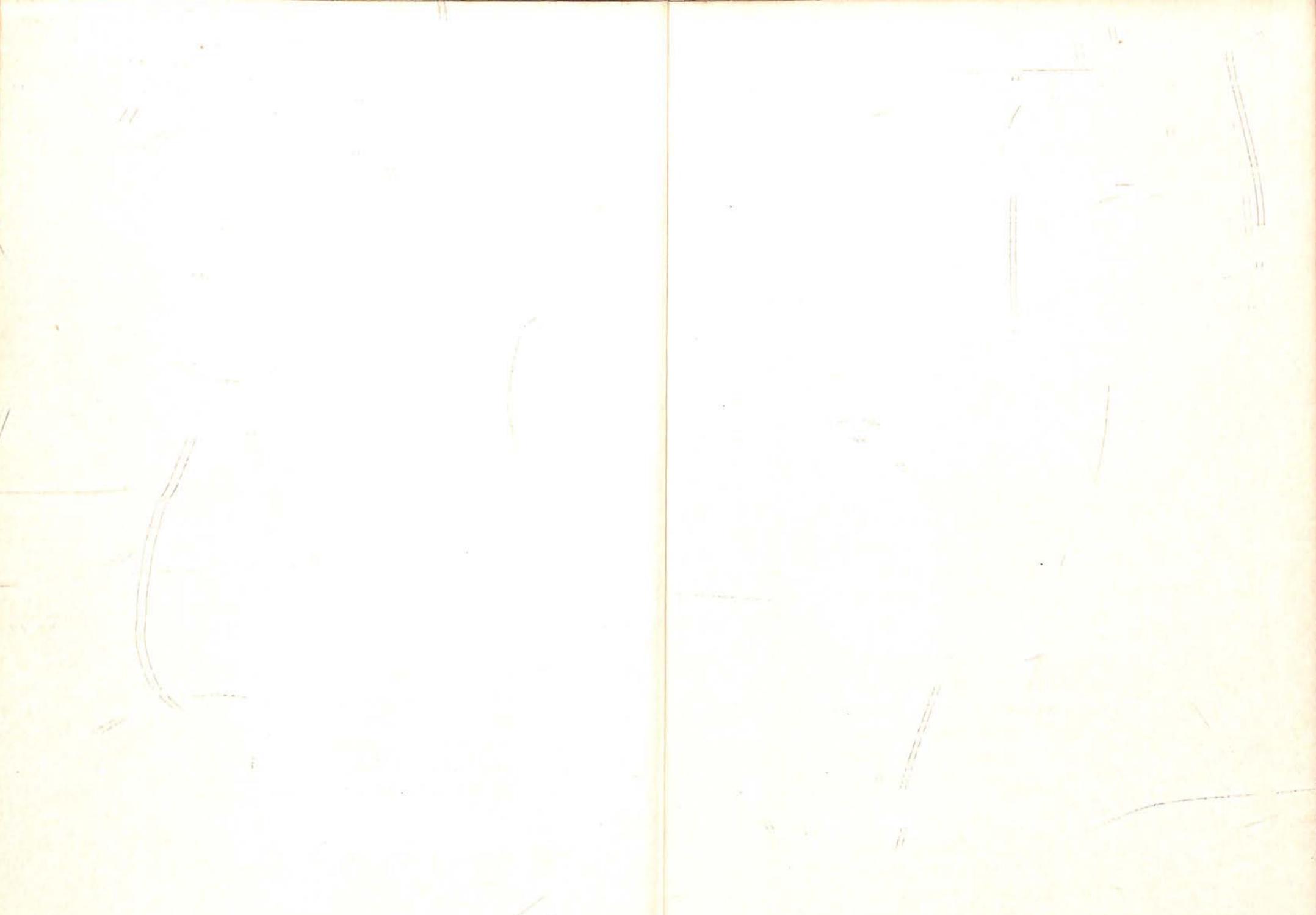
9. Lavrar o rio aceso
água se do céu cai
quem entra fica preso
na lavra e não sai mais
— dói semear a Deus
quando a fé se perdeu

10. Áspero acaricia
a pá, à areia cava,
duro é atar o dia,
a safra da palavra
— cedo, à beira da roça,
o amor não nos conforta
11. Na tarde soa a flauta
não a espiga sonora
onde a pá lavra cauta
outra palavra chora
— cedo, à beira do rio,
só a palavra crio
12. Abrasada auroresce
a palavra na horta
na pedra a tarde desce
acesa, aberta porta,
— cedo, à beira da lavra,
fio a pedra e a palavra

13. O gume da pá traça
o canteiro sadio
branca não é a garça
é o verso quando o fio
— cedo, à beira do amor,
morre o semeador
14. Adormecida ora
clara amiga esquecida
onde, perfeita, mora
a cantiga burnida?
— cedo, à beira da mágoa,
a rosa abrasa a água
15. A palavra não ouça
ausente de si, cante
o verso, frágil louça,
quer ternura de amante
— cedo, esfolhando a rosa,
aqueço a manhã nova

16. Cedo lavrar a terra,
o verso antigo e o novo
o coração encerra
o verso são, o povo,
— a brasa da andorinha
toda palavra é minha
17. Cedo lavrar o rio
a doce água queixosa
no coração afio
o verso, não a prosa,
— abrasado sou eu
e todo verso é meu
18. Lavrar a pedra dura
a carinhosa amiga
no coração madruga
o verso, não a espiga,
— abrasado é o trigo
no coração amigo

19. Lavrar o áspero dia
rio, se acaso corre,
no coração, sadia,
a palavra não morre
— abrasada é a fome
de quem lavra e não come
20. Lavrar o chão alheio
apenas isso cansa
o coração vermelho
de rosas quer mudança
— abrasado só vive
o coração se é livre.



três

velório amigo

O velório do amigo
coisa vasta e sem nome
dói muito, embora antigo,
fome roendo a fome
a mão a amada a vela
a solidão a espera

O amigo não sabia
entrar no olhar da amada
a mão na mão não via
acesa a madrugada
à hora da sentinela
a mãe a amada a vela

Àcida ladainha
escorre da janela
mais amorosa e minha
a amada se flor bela
o silêncio do amigo
trança de núveo trigo

Os enormes sapatos
irônicos na mesa
os atos são (ex) atos
se a vida a morte deixa
nem sempre o amor sobeja
quando a morte safreja

Rosa abrasando a terra
aflorando a mão morta
o morto a morte encerra
e fecha toda porta
na mão do amigo a terra
desata a primavera

Rubra a memória aviva
o amigo na palavra
mais serena e mais viva
a fé se a mão a lavra
arco-íris sem cores
o amigo sem amores

Difícil comentário
sobre o tempo morrido
outro tempo mais vário
contra o tempo vivido
alvo, como uma prece,
o amigo desflorece

No guarda-roupa o espera
o casaco de frio
a manhã primavera
madrugando no rio
o amigo descansado
hoje irá apressado

O amigo não dará
notícias da viagem
e caso ouça chorar
a amada na paisagem
rubro, o escárnio do amigo,
brotará no jazigo

Doce a ausência do morto
na presença da vida
o amigo dorme solto
a terra à terra unida
um ramo de andorinha
tremula a ladainha

O amigo nunca dorme
quando a lembrança acorda
cresce dóida e enorme
áspera como corda
a presença do amigo
na ausência do jazigo

Deixar o amigo à morte
é tarefa pesada
ata-se o amigo à sorte
da gente sem dar nada
o amigo, morto e ausente,
enterra um pouco a gente.

quatro
rosa delux

1.

Amor aceso dá-se
ouro brasa ouro ramo
cedo não o amordace
engano e desengano
não queixo amor se nasce
doído doce dano
rubro auroresça arda
o amor no olhar da amada

2.

Alumbra alumiando
morno moroso rio
na pedra cascantando
queixoso, fio a fio,
água rosa abrandando
endurecido milho
púrpuro azul inflama
madruga se derrama

3.

Noturna rosa inverna
areia amor encanta
atado o rio encerra
o amor e aceso canta
em serra, não em terra,
soluça água mais branca
rubro amor adivinha
desata as andorinhas

4.

Claro ramo de música
ourada rosa orvalha
a pedra chora, a angústia
ameaça amealha
árida flor enxuta
desabrocha cascalha
áspera canta, medra
brasa da flor, a pedra

5.

Acesa pedra cega
o rio não o mar
doendo amor entrega
a mando deixa amar
nunca pedra renega
amor se amor se dá
água do rio cante
acenda cada amante

6.

Crepuscula de aves
o ácido sol, guarda
a pedra o rio a tarde
rosa amor rosa amada
corado rubi arde
vermelha madrugada
o amor doado inteiro
é um ar de moça um cheiro

7.

Cedo a rosa incendeia
o amanhecido bem
água enxugando a areia
afaga o amor de quem
aceita não receia
o amor, se é amor, e vem
trança de rosa e mágoa
ardendo dentro d'água

8.

A pedra, rubra mancha,
acesa verde grama
amor não é mudança
aérea é áurea chama
feixe, sol de lembrança,
derrama quando ama
prenda manhã lavrada
a rosa a pedra a amada

9.

Amor amealhado
morno trigo acendido
aflorando afogado
duro seixo doído
o trigo ara oura o amado
amar elo esquecido
aro sol elo cora
aurando a amada aurora

10.

O trigo cascateia
na pedra ouro debulha
sonora roxa areia
ouro acesa fagulha
a pedra se semeia
amor, sofrendo arrulha
pó ido trigo afago
sol luminoso lago

11.

Aro aura amor elo
não é queda nem queixa
trigo, sol amarelo,
no grão o ouro enfeixa
anula anel anelo
se a dura pedra deixa
eu sou dourado ramo
de pássaros quando amo

12.

Colora água sem cor
o rio em cacho atado
assim se o rio flor
acaso desatado
medrando áspero amor
acenderá o amado
a árida pedra trata
o amado à amada ata

13.

Um ramo azul turquesa
trêmulo o dia nasce
esfriando água acesa
o dia esconde a face
amor à pedra aqueça
deixe o rio abrasar-se
amo roso alumio
ato pedra ato rio

14.

Andorinha anda ourando
o rio o grão de areia
cálido lume ando
se a pedra amor semeia
a amada doce dando
amor se ela o receia
dura pedra refaça
canto aceso de garça

15.

Verde escura verdura
afago amor em feixo
a mão branda não dura
água aquecendo seixo
sempre é queixosa agrura
rio v'indo no leito
crepitando de pássaros
canta a pedra o amor áspero

16.

Ácida rubra amora
roseira roseirando
áureo sol áurea aurora
madruga amor corando
ar de moça ar de rosa
acendendo acordando
chova na pedra o orvalho
destrance o mês de maio

17.

Aclara a clara rosa
cáustico rubro orvalho
deixa diurna nódoa
amor findo cascalho
descasca a casca toda
racha amor quando falho
sólido sol assola
a rosa a pedra a amora

18.

Acorda amor a corda
a cor doa doendo
a vida à vida acorda
corta a vida a retendo
cedo a cor se acomoda
a ávida vida ardendo
tritura como torno
punge amor sem retorno

19.

Delírio azul de lírio
ávido sol dilui
a lírio azul prefiro
dia aceso de luz
amor se a pedra firo
diluvia não rui
de azul de luz de rama
o dia se derrama

20.

Assim a amar convido
se da amada decalco
estes gestos doídos
em canto não em cacos
sol de mar sol de vidro
de sol de mar opacos
amor é vidro vidra
a vida amar com vida.

a alberto cunha melo

1.

Macia a pedra cresça
aurorescida fruta
acidamente espessa
à mão, acesa, oculta
nos olhos rubros faça
numa bainha exata

Sempre abrasada fruta
doce entrando na faca
peixeira à mão oculta
numa bainha exata
ardendo a pedra cresça
rubra manhã espessa

Antes, porém, de faca
peixeira à mão espessa
a pedra corte exata
bainha onde só cresça
a flor antes da fruta
onde, faca, se oculta

Floresça a pedra espessa
por ser fruta e ser faca
a manhã rubra cresça
na pedra mais exata
aí nos mostre, oculta,
a flor causa da fruta

Desatando-se exata
a pedra mostre oculta
desabrochada faca
no miolo da fruta
flor na qual por si cresça
rubra manhã espessa

Pedra, peixeira oculta,
gume de faca espessa,
brote a manhã na fruta
e nunca morra, cresça,
como entre a flor e a faca
a pedra rubra e exata

2.

Assim ácido e rude
canto medrando prosa
menos mar mais açude
a pedra lavra a rosa
e se mar, como a onda,
a pedra não se esconda

Desata a pedra a prosa
morrída de onda em onda
pedra abrasada a rosa
lavrada será onda
mas busque, embora rude,
ser alya onda de açude

Deixando a pedra a rosa
nas palavras esconda
assim na pedra a prosa
rosa será e onda
não onda mansa, rude,
coada pelo açude

A rosa guarda o açude
no mar a pedra a onda
nos dois o mangue rude
cresça nunca se esconda
no mar lavrada a prosa
tece a onda da rosa

Desça a pedra na onda
porém o mangue rude
não desça nem esconda
a rosa sob o açude
na pedra, acesa, a prosa
abrsa o ouro da rosa

Lavrada a onda esconda
a pedra nunca a rosa
é melhor ter a onda
não a pedra na prosa
use a palavra rude
mas alva, onda de açude

3.

O lavrador aprenda
este ofício de pedra
embora não entenda
a rosa como medra
sem rubra cinzarella
na mão quando semeia

Rosa a mão a semeia
lavrando áspera pedra
catando cinza areia
rubra flor quando medra
caso a mão isso aprenda
a pedra a rosa entenda

Lavra da rosa a pedra
áspera não entenda
a rosa quando medra
mas pedra a pedra aprenda
catar os grãos de areia
do milho se o semeia

Agora a pedra entenda
a rosa o milho a areia
a manhã colha prenda
o milho se o semeia
verá assim, a pedra,
a rosa como medra

No lavrar sempre a areia
brota entre a rosa e a pedra
a mão quando semeia
brota também e medra
ao grão a rosa entenda
mas com a pedra aprenda

Nem sempre a rosa medra
fácil nem se entenda
rosa medrando em pedra
caso a mão não aprenda
a expurgar toda a areia
do milho se o semeia

4.

A mão acesa deixa
a rosa a pedra afia
a palavra é uma queixa
caixa às vezes vazia
diariamente lavra
a pedra com a palavra

Morrendo a rosa lavra
a áspera pedra deixa
no verão a palavra
ser colhida sem queixa
a mão a pedra afia
ceifa a rosa vazia

A flor à mão vazia
não se entrega sem queixa
mas se essa mão a fia
tímida a ela se deixa
colhe a mão, sem palavra,
a colheita da lavra

A pedra não se queixa
do verão da palavra
armazena não deixa
fora a manhã da lavra
guarda a mão se a fia
a palavra vazia

Acesa a pedra afia
a enxada a pá da lavra
a flor, seca ou vazia,
é ainda a palavra
recolha a mão sem queixa
a flor se alguém a deixa

Na horta da palavra
o trabalho sem queixa
perdida é a lavra
se o lavrador a deixa
porém nunca é vazia
a flor se a mão a fia

5.

Mesmo no chão mais sáfaro
o lavrador escuta
desabrochado o pássaro
cantar na mão enxuta
doce pedra lavrada
manhã rosa abrasada

A pedra canta enxuta
primavera de pássaros
a mão se a pedra escuta
semeia o chão mais sáfaro
planta a rosa abrasada
na memória lavrada

A antiga mão lavrada
esfolha a flor enxuta
a flor mais abrasada
o lavrador a escuta
aurora como o pássaro
safrejando o chão sáfaro

A manhã abrasada
ensina a pedra enxuta
e mais se a mão lavrada
atenta à pedra escuta
semeando o chão sáfaro
o trinado do pássaro

Quem lavra deixa o pássaro
safrejar não escuta
o desabrochar sáfaro
da flor menos enxuta
flor na pedra abrasada
mas não rosa lavrada

Lavrada a pedra escuta
flor menos abrasada
rosa na mão enxuta
do lavrador lavrada
safreja no chão sáfaro
uma safra de pássaros

6.

A mão safreja o milho
ouro na terra avara
na água rasa do rio
a mão à mão se lavra
cata depois na horta
o grão da espiga morta

Tarde auroresce a horta
no gume da pá-lavra
mas não a espiga morta
mirrada como a vara
na pedra acesa o milho
rubro maduro rio

A pedra a mão a vara
usando aceso milho
ouro se a mão a lavra
fumegando no rio
não deixa a mão na horta
lavar a pedra morta

O sol lavra no rio
cascantante a pá lavra
mas não madura o milho
ouro se a pedra vara
lavrando o sol a horta
acenda a pedra morta

Cortante a enxada lavra
na pedra o grão da horta
mais fundo a mão a vara
se vê a espiga morta
desabrocha no rio
ouro abrasado milho

Sáfara a areia morta
áspero o grão do milho
a mão colha na horta
ácida rosa o rio
porém só a paz lavra
fecunda a terra avara

7.

O pássaro madruga
trina se a mão o trata
na lavra havendo fuga
a manhã se desata
milho espiga madura
na doce pedra dura

Rubra manhã madura
o sol a mão desata
lavrador ama a dura
pedra não a maltrata
com o pássaro madruga
à cerca fecha à fuga

Sempre a safra da fuga
lateja má e dura
na manhã se madruga
tarde na pedra dura
a aurora não desata
nem mal a pedra trata

A mão a pedra trata
depedra toda fuga
se a enxada não desata
a manhã não madruga
canta na pedra dura
grão de espiga madura

Acesa infla má dura
a manhã se desata
o arado corta a dura
mão mas não a maltrata
presa entre o feixe e a fuga
a pedra não madruga

Tarde a enxada desata
a doce pedra dura
se a mão a pedra trata
a safra má não dura
sol entre a cerca e a fuga
o lavrador madruga

8.

Sol milho aflorado
abrasado no estrume
não deixa descuidado
deixar a pá o gume
arar a pedra dói
quando a mão não a rói

No doce chão cuidado
bem mar verde é o estrume
tarde o sol aflorado
enxuga o mar do gume
a espiga sem cor rói
a mão se a pedra dói

O mar brota do gume
da pá o milho dói
a água lavreja o estrume
rói a pedra e mar rói
se vê desaflorado
milharal descuidado

Aceso o milho dói
no chão desaflorado
porém morre e a mão rói
se não flor bem cuidado
dura a pá sulca o estrume
semeia a pá o gume

Amanhece no estrume
ruivo milho aflorado
chia na pá no gume
o milho em sol arado
verdeja o mar e rói
o chão se o milho dói

O gume da pá rói
milhor chão aflorado
mas se o milho não dói
planta a mão com cuidado
o ácido sol do gume
a pá verde no estrume

9.

Poda a mão com a tesoura
a mar dura lavoura
verde mar chia a palha
entre os grãos da colheita
a mão o milho espalha
mas a palha rejeita

No podar a lavoura
a mão fácil se esgalha
ela não entesoura
ouro milho sem palha
se a mão a palha aceita
é sáfara a colheita

Pó dá dá a palha
no milho da lavoura
mas quando a mão a espalha
a espiga tesa oura
assim a mão a aceita
e é mar verde a colheita

A mão faz a colheita
se a espiga antes oura
dura a mão não aceita
milho se não lavroua
a mão não poda a palha
se a palha não se espalha

Pó dá se não se azeita
o eixo grão da tesoura
difícil a colheita
mesmo se a lavra oura
se a mão não poda a palha
de mar a mar se espalha

Na poda se há falha
sempre há sobra de palha
a manhã na colheita
espiga tesa oura
mas nunca a mão aceita
milho se não lavroua

10.

A espiga a mão debulha
cuidosa grão a grão
não deixando na cuia
senão o milho são
sôfrego safrejado
verdeja o grão dourado

O sol em grãos dourados
escaindo na cuia
milhor a mão debulha
o milho safrejado
ouro abrasado o grão
explode o doce chão

O milho safrejado
cai oureando a cuia
só milho mal dourado
branda a mão não debulha
abrindo o duro chão
o grão brota do grão

O milho fere o chão
se já safra é catado
a espiga enfeixa o grão
na palha safrejado
doce a mão não debulha
a espiga má na cuia

Mar nem sempre dourado
o milho safrejado
quando a mão não debulha
a espiga com atenção
sáfara cai na cuia
mais palha e menos grão

O grão brota do grão
se colhido flor são
cedo a atenção debulha
só o milho dourado
tenha sempre na cuia
milho sol safrejado.

seis
fabulário

INDAGAÇÕES DE ANA CRISTINA

Oura lua aurorada
riacho, acesa prata,
e solta desatada
branca chuva de garças

Chora, mas esse choro
não acorda ninguém
entretanto a água de ouro
lavra a mágoa de quem?

Acende o chão lavrado
a trança de ouro branco
quem fez do grão dourado
lua não pirilampo?

Não sabemos, porém,
a chuva cai, agora,
porque a mágoa de alguém
bateu em nós e chora

INICIAÇÃO À FÁBULA

No sertão a árvore chora
ourado seu orvalho
vagens de água sonora
pensas à flor do galho

Mas a caatinga acesa
a sua boca fecha
e se a árvore deseja
falar ela não deixa

Aberta a vagem de água
desata aceso choro
magoando mais a mágoa
da caatinga de ouro

A árvore alumiosa
nunca chora sozinha
abrsa, ácida rosa,
mesmo quando acarinha

A ALBERTO CUNHA MELO

O áspero afã, a rosa
lavrada no olhar manso
a chuva desatada
como um novelo branco

Alva mão abrasada
o dia posto à mesa
água caindo fria
sonoramente acesa

A memória lavrada
sempre, o esforço inócuo,
o tempo diferente
vazio atrás dos óculos

Assim a mulher fácil
docemente esquecida
na vida, docemente,
cada vez mais perdida

a tereza vila nova

Cai a rosa aurorada
lumiosa do galho
não a toques, é orvalho
abrasado mais nada

Cedo oura desatada
a água de estrelas cheia
não a turves, é areia
isso só e mais nada

Chora à beira da estrada
alguém por vão ciúme
não vá, é um vagalume
na escuridão, mais nada

Mas se ouves, alumbrada,
a água soluçando
sou eu, e estou chorando,
eu apenas, mais nada

Sabemos, a ave acesa
cedo abrasada canta
porém só a tristeza
dói na sua garganta

Ah, dói e não conforta
a mágoa de ninguém
nem faz chegar à porta
os olhos do meu bem

Meninos assustados
nos detemos a vê-la,
olhos de água lavados
entre duas estrelas

Múrmura água de prata
a ave canta sozinha
e sozinha maltrata
a tua mágoa e a minha

LIÇÃO NO PARQUE

Não ser duro nem áspero
se o amor, ourado, medra
a rosa não o pássaro
da luminosa pedra

O pássaro, assustado,
morrendo a sós, na grama,
desata áureo trinado
e ama e ama e ama

Pássaro a gente deixa
cantar canto sadio
lavando nossa queixa
na água clara do rio

Em nós soluça a dor
do pássaro não, da água
se distantes do amor
auroramos de mágoa

ENTRE / VISTA

O amor? quem o semeia
sente o rosto abrasado
e entrega, não receia,
receios ao amado

O amor, rosa desperta,
nos ensina, esfolhada,
a vida, a mais incerta,
é mais vida doada

O amor? doce trinado,
canto aceso e doído,
é, mesmo se doado,
cortante e duro vidro

O amor? a nota grave
do pássaro, se canta?
não, a manhã da ave
ardendo na garganta

Se cauto o amigo ara
a dura pedra doce
a sentirá tão clara
como se água fosse

Se exausto o amigo chora,
dorme e não amanhece,
verá Nossa Senhora,
aceso mar celeste

Se acaso o amigo ama
e não o ama ninguém
fará, quem sabe, drama
do seu amor, porém

Se tarde o amigo escreve,
entre a pedra e o espinho,
morrerá, sim, e deve,
cada vez mais sozinho

Chorágua, mar ou rio?
o noturno abandono
de quem morreu de frio,
de frio? não, de sono

Água, não nos responda
quem de frio morreu
e nem esconda a onda
do mar a onda de Deus

A onda silenciosa
interroga no Porto:
ó água é ave ou rosa
o companheiro morto

Ondeando disforme
a água não nos responde,
assim o morto dorme
e não sabemos onde

A LAVRA DA VIDA

O lavrador aprende
com a pedra de mó
acesa enxada fende
defende o canto só

Defende, não depedra
a áspera e dura horta,
a enxada sulca a pedra
a vida, acesa, brota

Arada a pedra oura
a mão, mesmo doída,
a safra da lavoura
doce safra de vida

A vida não divida
o lavrador a horta
exige toda vida
dar vida à pedra morta.

ÍNDICE

O ANIMADOR DAS ROCHAS 7

AS PARÁBOLAS

Paisagem Sozinha	27
Clarificação	29
Foto/Grafia	31
Lavourada	33
Crucifixação	35
LAVRADA VIDA	37
VELÓRIO AMIGO	47
ROSA DELUX	53
SIXTINAS	65

FABULÁRIO

Indagações de Ana Cristina	89
Iniciação à Fábula	90
A Alberto Cunha Melo	91
Rua 13, Jardim São Paulo	92
Ária Noturna	93
Lição no Parque	94
Entre/Vista	95
Opus 9	96
Cara/Vela	97
A Lavra da Vida	98

Composto e impresso nas oficinas gráficas da
Editora Universitária da Univ. Fed. de Pernambuco
Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20 — Eng. do Meio
Fone: 27.03.58 — 50.000 - Recife - Pernambuco